

vô pedro e a rua bela flor:
revendo narrativas historiográficas

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

vô pedro e a rua bela flor: revendo narrativas historiográficas

mariana ribeiro de carvalho

orientação:

profa. dra. beatriz piccolotto siqueira bueno

banca examinadora:

profa. dra. ana cláudia castilho barone

prof. dr. lindener pareto jr.

Catalogação na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Carvalho, Mariana
Vô Pedro e a Rua Bela Flor: revendo narrativas
historiográficas / Mariana Carvalho; orientador Beatriz
Bueno. - São Paulo, 2021.
134 p.

Trabalho Final de Graduação (Bacharelado em Arquitetura
e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de São Paulo.

1. Memória. 2. História Urbana. 3. Arqueologia da
Paisagem. 4. Negros em São Paulo. I. Bueno, Beatriz,
orient. II. Título.

universidade de são paulo
faculdade de arquitetura e urbanismo
trabalho final de graduação em arquitetura e urbanismo

são paulo - 2021

Ao meu avô Pedro,
pela inspiração e exemplo.

agradecimento

À profª Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, pelo incentivo e orientação sensível de um tema tão caro para mim e aos demais professores da FAU pelo conhecimento proporcionado.

Aos professores Ana Barone e Lindener Pareto, que eu tenho o maior entusiasmo de receber como membros da minha banca.

A Celso Ohno, arquiteto do DPH, pela disposição em conversar sobre o meu trabalho e ajuda imprecindível no levantamento de registros oficiais sobre minha família.

À minha mãe, Rita, mestre na arte de se reinventar e pessoa que eu mais admiro. Ao meu irmão Francisco, meu pai Eugênio e toda a minha família, especialmente os Ribeiro, a quem dedico este trabalho com muito carinho.

A Giovana e Patrícia, minhas melhores amigas de infância que carrego no coração por terem crescido e vivido tanto comigo.

Aos amigos que foram ponto de acolhimento durante estes 6 anos de FAU. Raisa, que sempre sabe a coisa certa a se fazer e me ajudou neste trabalho de modo verdadeiramente colaborativo, e Van, que me apoiou nos momentos que o trabalho parecia grande demais para eu dar conta - ambas finalizando esta etapa de mãos dadas comigo. Nat, com quem iniciei o tfg compartilhando do mesmo riso nervoso quando as ideias eram ainda distantes e imprecisas (tenho certeza que concluirá seu trabalho de maneira brilhante). Mirella, Regina, Dani, Lipe, Mari, Douglas, Abe, Vitória, Maria Rosa, Fernanda, Kaique e Juju. Lembrarei com saudade dos happy hours, perrengues e conversas no horário do almoço que mudavam de estúdio com o passar dos anos.

Resumo

Motivado por memórias afetivas, este estudo explora dinâmicas sociais atreladas à urbanização de São Paulo entre o final do século xix e meados do século xx acerca de um território na fronteira entre os perímetros urbano e suburbano da cidade, mais precisamente no limite entre os distritos Vila Mariana e Saúde. O protagonista deste questionamento, o meu avô, Pedro Roque Ribeiro, que foi um construtor da prática e representa a luta da 1^a geração nascida sob o advento da Lei do Ventre Livre pela integração na sociedade paulistana pós-abolição. Investiga-se sua história e vestígios de seu trabalho no bairro hoje, com interesse especial na caracterização de uma pequena rua chamada Bela Flor, onde ele firmou residência própria. A partir dessa rua, emergem descobertas sobre o bairro e a população negra que ali residia na época, perspectiva importante de resgatar visto que a fama do bairro se concentra na população imigrante que ali se instalou na mesma época. Assim, abordamos a diversidade da população do bairro e o papel da construção civil como meio de renda e integração social dos indivíduos invisibilizados pela sociedade - seja como auxiliares, pedreiros, ou mestres de obras. Trata-se de um estudo biográfico que revela a cidade de São Paulo por um viés anti-hegemônico, tendo bases em fontes primárias.

palavras-chave: Memória; Arquitetura; Arqueologia da Paisagem; História Urbana; Negros em São Paulo.

Abstract

Motivated by affective memories, this study explores social dynamics related to the urbanization of São Paulo between the late nineteenth and mid-twentieth centuries about a territory in the border between the urban and suburban perimeters of the city, more precisely in the limit between the districts Vila Mariana and Saude. The protagonist of this inquiry is my grandfather, Pedro Roque Ribeiro, who was a builder of practice and represents the struggle of the 1st generation born under the advent of the Ventre Livre Law for integration in the post-abolition São Paulo society. We investigate his history and traces of his work in the neighborhood today, with special interest in the characterization of a small street called Bela Flor, where he established his own residence. From this street, discoveries emerge about the neighborhood and the black population that lived there at the time, an important perspective to rescue since the fame of the neighborhood is concentrated on the immigrant population that settled there at the same time. Thus, we approach the diversity of the neighborhood's population and the role of civil construction as a means of income and social integration of individuals invisible to society - be it as assistants, bricklayers, or master builders. This is a biographical study that reveals the city of São Paulo from an anti-hegemonic perspective, based on primary sources.

Keywords: Memory; Architecture; Landscape Archaeology; Urban History; Black People.

Índice

INÍCIO 11

i. meu avô pedro 23
a. começo de vida (1894-1934) 24
b. árvore genealógica 30
c. objetos do vó pedro 39
d. fase madura (1934-1974) 40
e. linhas do tempo 50

ii. a bela flor 55
a. uma leitura do lugar 57
b. fragmentos de memória na bela flor 85

LUGAR OU LAR 125

início

Comecei meu tfg no fim do ano passado quando tive um estalo e percebi que a arquitetura fazia parte da minha vida antes de ter sido uma escolha, ideia que me trouxe conforto e a sensação de fechar um ciclo não só de aprendizagem, mas de aceitação. Nunca tive a arquitetura como um sonho de criança ou me espelhei em alguém na profissão e isso alimentou ideias negativas sobre a casualidade da minha escolha - eu tenho aquela tendência chata de superestimar o que tem nome e razão e ela norteou a minha experiência na faculdade mais do que deveria. Hoje, enxergo gatilhos e respostas para esses sentimentos na FAU e acredito que uma experiência transformadora aconteceu nestes últimos seis anos para que eu pudesse abraçar o que vem depois.

Antes da graduação eu conhecia uma fração bem pequena de tudo. Vindo de uma criação no interior, hoje parece que foi um faz de conta o caminho que eu tomava até a escola, a vista da janela do meu quarto, o shopping que ficava perto de casa; tudo era o mesmo, tudo preto no branco. Vindo para São Paulo, a vida já se escancarava de um modo novo e contrastante, mas foi escolhendo minha graduação que essa visão de

mundo se alargaria e se sensibilizaria de maneiras que eu não imaginava. Viver uma formação que não se limitava a capacidades individuais e introspecção acadêmica foi esclarecedor.

A FAU nos provoca a notar aquilo que nos cerca com intenção e prospecção, entrevendo as possibilidades na cidade e o aprendizado na construção conjunta do conhecimento, avançando além dos livros e apostilas. Aprendi que a formação do arquiteto é melhor quando é receptiva ao outro e fecho esta primeira etapa acolhendo como princípio a valorização das pessoas e pistas do cotidiano como interesses infinitos possíveis para quem busca se dedicar e criar para este mundo. E foi me abrindo para esse acaso que tive a epifania de que a arquitetura era tão familiar e tão obviamente despercebida na minha vida.

Havia afinal alguém em quem eu poderia me espelhar e pareceu bobo não ter percebido antes. Foi numa aula da profª Beatriz, hoje orientadora deste trabalho, que notei: enquanto São Paulo se construía e reconstruía no perímetro central, havia alguém que eu conheço tensionando fronteiras nas franjas deste mesmo lugar no início do século passado; São Paulo se tornava mais afetuosa do que antes. Esse alguém era o meu avô Pedro, uma figura distante que vivia mais como ideia no meu subconsciente e que agora me apresenta uma maneira factual de conhecer a cidade, assim como a cidade me apresenta uma maneira singular de conhecê-lo.

Reconhecer o valor na história do meu avô e o seu potencial como veículo para revisitar São Paulo foi inspirador para mim. Agora tenho real dimensão de que as cidades são feitas das mãos que as construíram e como arquiteta em formação, respeito-as e tenho a felicidade de me juntar a elas. Assim, este trabalho é uma ode aos silêncios e linhas invisíveis que amarram a cidade, tratando não só do que vemos, mas também do que experienciamos e do que poderia ter sido. Da compreensão de que a terra batida dá sustento ao pavimento, não somente lugar, e o tempo coleciona camadas que a cidade costura, carregando seus rastros que dizem muito e nos demandam perguntar.

Não é fácil optar pelo que não vemos - como diz a minha orientadora, o caminho da memória pode ser espinhoso - mas há valor no que aflora, não por meio de perfeitas precisões, mas pelo próprio processo de navegar as questões e instigar o que há de mais fértil na memória. A percepção de viver um certo momento, um certo lugar, as influências que incidiram lá e também incidem aqui; são perguntas que faço à cidade, prospectando aspectos imateriais tão essenciais quanto os materiais. Considero-os a

interpretação mais encantadora sobre o tempo - e este esforço, assim como o tempo, é um trabalho de paciência e capricho.

Começamos na virada dos séculos xix e xx num bairro tradicional de São Paulo, a Vila Mariana, em momento de progressão acentuada da sua ocupação e paisagem construída. Essa escolha não é aleatória, pois foi ali que meu avô Pedro firmou residência no número 94 da Rua Bela Flor, uma pequena rua no limite administrativo entre Vila Mariana e Saúde. Esse lugar é o coração deste trabalho: refletimos questões que afloram a partir dele, para então transcendê-lo na ideia de que a história abrigada ali não foi exceção no bairro e nem na cidade. Nosso protagonista: Pedro Roque Ribeiro, homem nascido sob a Lei do Ventre Livre e construtor não-diplomado que cresceu no ofício em período síncrono à consolidação do bairro, construindo casas primeiros como aprendiz e depois como autônomo.

Nossas balizas temporais se estabelecem também sobre a vida dele, que interessantemente abrange a Primeira República do Brasil, o maior pico da imigração no país e a luta da 1ª geração de negros livres pela integração na sociedade capitalista. Assim, levamos em conta o seu ano de nascimento, 1894, e o ano de sua morte, 1974, não obstante, entendendo necessário considerar o cenário social de todo o século xix por suas sucessões fortes e presentes na vida dele. Fixamos também as bases cartográficas Planta da Cidade de São Paulo - 1914, SARA Brasil - 1930, VASP Cruzeiro - 1954 e GEGRAN - 1970 como referenciais da passagem do tempo e fontes de informações relevantes.

A Planta de 1914 apresenta a tessitura inicial da Vila Mariana, fragmentada e dotada dos seus eixos e construções notáveis como fábricas e infraestruturas de serviços públicos. O SARA avança em detalhamentos inéditos¹, sobretudo, topografia, obstáculos naturais e ruas não oficiais, informando sobre os diferentes estágios e condições da ocupação no território. Por último, o estágio avançado dessa ocupação pode ser averiguado nos mapas VASP Cruzeiro e GEGRAN, que apresentam, respectivamente, sua consolidação no nosso recorte territorial e sua condição final dentro do período visado.

Para o recorte territorial, foram considerados eixos estruturais e endereços de referência na cidade mais endereços de importância para minha família - sua visualização é possível a seguir, em montagem adaptada a partir de base do Google (figura 1).

¹ "O projeto fez com que São Paulo fosse a primeira cidade no mundo a produzir cartas detalhadas em escala 1:1000". (Prefeitura disponibiliza mapa histórico de 1930 no Geosampa. 20 de abr. de 2016. GESTÃO URBANA. Acesso em: 20/10/2021. <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/noticias/prefeitura-disponibiliza-mapa-historico-de-1930-no-geosampa/>)



Deste modo, a delimitação da área analisada se iniciou pela demarcação de onde o meu avô viveu e construiu, mas sua forma final foi pautada pela observação de tessitura urbana, topografia, hidrografia e cronologia da ocupação. Temos como resultado a região delimitada pelas ruas Vergueiro e Domingos de Morais, a Avenida Bosque da Saúde e o Riacho do Ipiranga (figura 1), que apesar de inscrita na Subprefeitura da Vila Mariana, avança sobre a fronteira dos distritos Vila Mariana e Saúde. Nossa leitura está alinhada, entretanto, à ocupação do distrito Vila Mariana compreendendo dinâmicas sociais que extravasaram a inéria do limite administrativo.

Para elaborar nossa abordagem, alguns trabalhos antecedentes foram essenciais. Pedro Masarolo (1971), junto com o Arquivo Histórico Municipal, reúne um histórico da Vila Mariana por meio de pesquisas e relatos de família sobre a formação do bairro. Clara Carvalho (2016) destrincha a produção material do processo, caracterizando a arquitetura do bairro e grande parte dos seus promotores, além de mapear sua ocupação. Lindener Pareto Jr. (2011; 2016) expõe detalhadamente os construtores “práticos licenciados”, categoria que atuou fortemente até a década de 1930 em São Paulo e que suscitou indagações sobre o lugar do meu avô perante a nomenclatura. Há ainda trabalhos que exploraram bairros como Bom Retiro (VIANA, 2021), Brás (REIS, 2017) e Bexiga (SCHNECK, 2010; idem, 2016), os quais contribuíram com nossa conduta e aos quais procuramos somar reflexões.

Avançando nas particularidades daquela sociedade, trabalhos que exploraram a vida dos negros em São Paulo entre os séculos xix e xx foram consultados. Maria Wissenbach (1998) os traz como atores centrais na cidade a partir de documentação judiciária sobre conflitos que envolveram essa população entre 1850 e 1880. Ramatis Jacino (2012) aborda os impecilhos para o negro no mercado de trabalho pós-abolição, com recorte entre 1912 e 1920. Essas referências propagam o reconhecimento da atuação negra na produção do país, uma demanda que há tanto persevera para estar no centro das pautas da sociedade.

Em São Paulo, a sua latência é de conhecimento geral na discussão sobre o apagamento da memória negra do bairro da Liberdade², mas se estende também a outros locais que foram dinamizados pelas relações sociais da população negra, dentre escra-

vizados e livres, como os mercados (ROLNIK, 1997). Na origem desses apagamentos, a expulsão dessa população pontos cada vez mais periféricos, política visível até hoje na organização da cidade e articulada pelo primeiro prefeito de São Paulo, Antônio Prado, entre 1899 e 1911 (NASCIMENTO, 2018). São Paulo manifesta deste modo a influência da camada dominante e a instrumentalização do poder público produzindo um ambiente desagregado de sua memória, que afeta continuamente a vida de sua população.

Essa memória inscrita na cidade tem sido buscada pela profa Beatriz Bueno e o seu grupo de alunos através do estudo da *Arqueologia da Paisagem* e dos diversos agentes na construção da cidade, destacadamente dentre os setores médios numa escala intra-urbana³. Neste espírito, interessa enxergar a cidade como coleção das histórias vividas inscritas na materialidade, cultura e vida social que ela abriga, de acordo com Menezes (2002). Tal leitura permite sobrepor território e sociedade através do tempo, entendendo a progressão de ambas como um conjunto e montando a história pela soma do que é visível e invisível na paisagem.

Assim, foi essencial perceber como o lugar carrega marcas das pessoas e como suas gerações subsequentes também as carregam, empregando interesse e energia às pistas e retalhos providos por fontes primárias. Meu norte foi minha tia Cláudia e sem as lembranças dela não teríamos chegado tão perto da Bela Flor que precisava emergir do emaranhado entre cidade e tempo para se tatuar a complexidade que cercava o meu avô. Este caminho nos levou a reconhecer a cidade que ele produziu, antes mesmo dele ter erguido sua primeira parede, e a reconstruir as circunstâncias que o permitiram construir uma vida para si e sua família, esforço de uma geração naquela época.

Neste ponto, minhas primeiras leituras acerca da Vila Mariana foram marcantes porque eu havia traçado um objetivo claro, porém não encontrava praticamente nenhum esclarecimento sobre a perspectiva racial nas referências sobre o território analisado. A maior parte do material encontrado sobre a população do bairro tratava dos imigrantes, especialmente os italianos, e atribuía a eles a primeira ocupação em massa daquele território. Esse primeiro obstáculo foi bastante desanimador, fazendo-me pensar por um momento que a existência do meu avô ali seria um acaso, entretanto, uma pista no trabalho de Masarolo (1971) incentivava o pensamento contrário.

Como representante da Série História dos Bairros de São Paulo, o autor acaba

² COSTANTI, Giovanna. *O que a Liberdade significa para a memória dos negros em São Paulo*. CartaCapital, 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-que-a-liberdade-significa-para-a-memoria-dos-negros-em-sao-paulo/>. Acesso em: 23/10/2021.

³ Compreende-se da leitura de Villaça (2017) que o estudo do espaço intra-urbano deve explicar não somente o território, mas especialmente as especificidades e o motivo de ser daquele urbanidade naquele lugar.

por trazer material enviesado sobre a formação da Vila Mariana - crítica que Reis (2017) comentou não ser limitada ao seu trabalho e identificável por toda a série de livros. Baseando-se nos relatos da sua família e de vizinhos italianos, é evidente que sua construção do bairro teria contornos mais definidos acerca desta população - poderíamos inclusive apontar que a noção do bairro se delimita pela experiência pessoal. Como exemplo disso, o comentário do autor sobre o Largo Ana Rosa e suas imediações no ano de 1885: “o local mais importante daquela zona, onde havia o maior número de moradores, na sua maioria italianos que, *com a cultura e experiência trazidas de suas pátrias, transformavam rapidamente aqueles ermos em locais civilizados e habitáveis*” (ibidem, p. 38, grifo nosso).

Não obstante, o autor traz uma informação de grande valia para este trabalho: a menção despretensiosa de um indivíduo nos “tipos pitorescos” do bairro, o Pasteleiro. Descrito como *mulato gordo e forte*, “morava no ‘Makalé’, local esse situado no fim da Rua Jorge Tibiriçá e assim denominado por ser habitado quase exclusivamente por gente de cor” (ibid., p. 104). Essa pequena informação foi capaz de instigar um universo de possibilidades para além da fama de “bairro de italianos” e foi o motivo para acreditar que havia o plural - os negros da Vila Mariana - naquele período em que o bairro tomava forma e volume crescente de moradores. Num momento posterior, a seguinte passagem sobre a ação da Frente Negra Brasileira⁴ deu um novo gás à essa convicção:

Uma das ações concretas dos membros da Frente em São Paulo foi comprar terrenos em loteamentos recém-abertos nas periferias da cidade e fundar núcleos negros formados por casas próprias. Casa Verde, Vila Formosa, Parque Peruche, Cruz das Almas e Bosque da Saúde são exemplos dessa nova forma de territorialização: em bairros inicialmente sem qualquer infra-estrutura e distantes do Centro, famílias negras começaram a edificar casas próprias em lotes comprados. (ROLNIK, 1989, p. 10-11)

Nada leva a crer que meu avô teve ligação com a Frente, porém a menção de Cruz das Almas (presume-se referência ao antigo nome da Vila Mariana) e Bosque da Saúde aponta para famílias negras se estabelecendo próximas à minha família e na mesma época. Logo, estamos nos aproximando do que a historiografia ainda não cobriu: a contribuição dos tantos construtores negros de São Paulo, da vila à cidade, uma memória significativa a ser acessada pela arqueologia intra-urbana. Nossa contribuição se orga-

nizará pelo resgate do vô Pedro no primeiro capítulo, do território e das casas que ele construiu no segundo e uma última reflexão sobre lugar e pertencimento. Este trabalho surge, assim, do que existiu, do que existe e do que passou despercebido.

⁴ Agremiação política fundada em 1931 que pregava a necessidade de instrução e organização da vida familiar nuclear na comunidade para que os negros pudessem atingir a igualdade com o branco (ROLNIK, 1989, p. 6).



tempo é um tecido invisível
em que se pode bordar tudo,
uma flor, um pássaro, uma
dama, um castelo, um
túmulo. também se pode
bordar nada. nada em cima
de invisível é a mais sutil
obra deste mundo, e acaso
do outro.

- machado de assis



Figura 2 - Retrato e capa da carteira de identificação do meu avô, interior da carteira de caça dele e retrato 3x4 da minha avó Margarida. Fonte: Acervo de família.

i. meu avô pedro

Este trabalho é como uma pintura feita a partir de uma tela em branco, não de maneira verdadeiramente imparcial (acaba escapando certa idealização quando há valor afetivo envolvido), mas de maneira que o leitor está descobrindo o personagem dessa história ao mesmo tempo que a autora. Pedro Roque Ribeiro (figura 2) é uma figura distante, da fronteira entre dois séculos, e teve que ir à luta num momento transformador ao mesmo tempo que, como negro, o ambiente social lhe era hostil e impunha obstáculos claros. Pode-se dizer que ele começou do nada e conseguiu mostrar um caminho para os seus filhos, para que estes então mostrassem um caminho à geração seguinte e assim em diante. Assim como Jacino (2012) coloca em sua tese, eu, meu irmão e meus primos somos manifestação de que as pessoas elevam as pessoas e aqui revisito os primeiros passos dados pelo meu avô.

a. início de vida (1894-1934)

A vida do vô Pedro se inicia sob um contexto social desafiador: segundo memória da família, sua mãe, chamada Rita de Jesus, foi escravizada e fez a transição para a liberdade a partir da Lei dos Sexagenários em 1885 (também conhecida como Lei Saraiava-Cotegipe). Importante notar a memória de família como base primária dessa história, o que nem sempre retrata precisamente os ocorridos, mas sabendo da vida longevo do vô - inclusive para os dias de hoje - parece razoável assumir que a bisa Rita viveu mais de 60 anos. Infelizmente, este é o máximo de informação juntada sobre ela, mas a análise do seu próprio nome fornece indícios sobre quem ela foi e como viveu sua vida.

Rita de Jesus é um nome vago: não carrega lugar, não carrega herança, não distingue. Uma Rita de Jesus tem origens que deixam de pouco a nenhum rastro, todavia, apontam para uma cor e classe social graças a um conjunto de circunstâncias históricas associadas ao sobrenome "de Jesus".

Patrícia Carvalhinhos explica que o apagamento histórico já começa na África, quando os traficantes de escravos registravam os raptados com outros nomes. "Parte disso se deve à cultura que membros das etnias tinham de adotar um 'nome de viagem' e omitir as identidades verdadeiras para grupos externos aos seus", conta. Esse costume era comum também entre os indígenas, o que dificulta o mapeamento de registros étnicos até hoje. Somado a isso, os escravizados que chegaram ao Brasil e outros lugares, como os Estados Unidos, vinham de duas macroculturas: os sudaneses (Nigéria, Sudão e Benim) e os bantus (localizados principalmente na África Subsaariana). Ambas tinham centenas de subgrupos étnicos com línguas diferentes, que, ao chegarem ao Brasil, se massificaram ao entrar em contato com o português e as línguas indígenas.⁵

Nomes como "dos Anjos", "dos Santos" e "de Jesus" indicam, portanto, apagamento de ancestralidade em diversos contextos impostos sobre os nomeados. Isto corrobora para a compreensão de que a historiografia domina a ótica do conjunto e não dos indivíduos quando trata dos afrodescendentes. Em *live* produzida por alunos da FAUUSP (PERIFERIZAÇÃO, 2020), Débora Nascimento comenta esse "vício" durante exposição de sua pesquisa:

Na pós-abolição há o esforço de construir essa população recém-liberta, esse manumitido, como uma população destituída de individualidade. É um geral, é

⁵ NASCIMENTO, Caio. Quer entender seu sobrenome? Origens podem esbarrar em acasos, tráfico de escravos e colonização. *O Estado de São Paulo*, 2019. Disponível em: <https://emais.estadao.com.br/noticias/comportamento/quer-entender-seu-sobrenome-origens-podem-esbarrar-em-acasos-trafico-de-escravos-e-colonizacao,70002814312>. Acesso em: 26/08/2021.

o esteriótipo que até hoje acompanha essa população e interfere muito no que a gente vê hoje na academia de que os negros são vistos como objeto de estudo, não como agente - agente na Arquitetura, agente no Design. Eles são foco de atuação.

Impossível não lembrar Joaquim Pinto de Oliveira (1721-1811), o Tebas, mestre de cantaria que teve sua profissão de arquiteto reconhecida pelo Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo (Sasp) em 2018, mais de 200 anos após sua morte⁶. Seus projetos, como a torre da antiga Catedral da Sé (1750) e o Chafariz da Misericórdia (1792) (figura 3), foram fundamentais na modernização da São Paulo de taipa⁷ e sua expertise em ornamentos "transformou o pedreiro de ofício num arquiteto disputado, contratado pelos beneditinos, carmelitas, franciscanos e católicos"⁸. Consta ainda que no inventário de Bento de Oliveira Lima, mestre de obras português, "Tebas valia 400 mil réis enquanto seus outros três artífices escravizados valiam 100 mil"⁹.

Antes do reconhecimento como arquiteto, Tebas era comumente denominado "mestre-pedreiro", mesmo que o seu conhecimento fosse da ordem de projetista e atraísse os maiores clientes da época, as irmandades religiosas. Segundo Abílio Ferreira¹⁰:

É importante ressaltar que Tebas não era uma exceção. Os africanos transplantados para as Américas trouxeram consigo muitos conhecimentos, principalmente sobre o trabalho com pedras e metais. Ele é mais um personagem que nos oferece pistas que significam esse segmento da população esquecida.

Portanto, o resgate de Tebas é marco importante e, espera-se, inicial para o reconhecimento não só da extensão de sua obra mas também da produção de outros construtores negros fundamentais para o crescimento do Brasil. Ele é um personagem que inspira este trabalho e segue vivo na homenagem tardia do Sasp e diversas outras, como o doodle comemorativo do Google (figura 4).

⁶ RODRIGUES, Letícia. Quem foi Tebas, escravo que virou arquiteto em meio ao Brasil Colonial. *Galileu*, 2020. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2020/06/quem-foi-tebas-escravo-que-virou-arquiteto-em-meio-ao-brasil-colonial.html>. Acesso em: 25/10/2021.

⁷ OLIVEIRA, Regiane. Tebas, o negro escravizado que marcou a arquitetura de São Paulo. *El País*, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-30/tebas-o-arquiteto-escravizado-que-marcou-a-arquitetura-de-sao-paulo.html>. Acesso em: 25/10/2021

⁸ BELÉM, Rafael. Conheça a história de Tebas, o arquiteto escravizado que esculpiu ícones de São Paulo. *Casa Vogue*, 2020. Disponível em: <https://casavogue.globocom/Arquitetura/noticia/2020/01/conheca-historia-de-tebas-o-arquiteto-escravizado-que-esculpiu-icones-de-sao-paulo.html>. Acesso em: 25/10/2021.

⁹ WANDERLEY, Andrea C. T. *Brasiliiana Fotográfica*, 2021. Disponível em: <https://brasiliianafotografica.bn.gov.br/?p=18274>. Acesso em: 26/10/2021

¹⁰ BELÉM, Rafael. *Ibid.*



Figura 3 - Chafariz da misericórdia, projeto de Tebas no centro de São Paulo que foi demolido em 1866.
Imagem de José Whasth Rodrigues (1871-1957).

Figura 4 - Homenagem ao arquiteto Tebas, que inclui referência ao ofício da cantaria.



Fonte: Google (2020).

Na São Paulo colonial, os trabalhos braçais (entendidos semiqualificados) contavam com maciço engajamento dos escravizados de ganho e de aluguel - dentre tais ocupações, *taipeiros, ajudantes ou serventes e pedreiros* (WISSENBACH, 1998). A exemplo de Tebas, a construção civil foi um caminho à alforria e oportunidade de experientiar o prestígio em vida, condição inusitada visto que esses mestres sofreram sucessivos apagamentos no decorrer da história. Voltando ao vô Pedro, 83 anos após o falecimento de Tebas, vê-se que seu iminente ingresso na construção civil remonta a um histórico de participação ativa e de saberes agregados dos construtores negros do passado.

Meu avô encarava, entretanto, outro momento: ele fazia parte da 1ª geração de negros livres e por isso é importante reconhecê-lo como uma pessoa testando fronteiras na sociedade, enquanto esta prosseguia para a era moderna defendendo-se incompatível com a população da qual ele descendia. Jacino (2012) coloca o surgimento de diversos empecilhos aos negros na sociedade capitalista que emergia paralelamente à Primeira República Brasileira (1889-1930), demarcadamente no que se refere ao mercado de trabalho assalariado:

As elaborações filosóficas e científicas que estabeleciam hierarquia entre as “raças” norteariam a reconstrução da história da pátria de maneira que nos mitos fundantes, materializados principalmente na iconografia, não mais fosse visível a presença do negro, elemento a ser superado, esquecido, branqueado. (*ibid.*, p. 38-39)

[Tais elaborações] tinham na expressão “modernidade” sua síntese mais acabada. Era em nome dela que se queria extinguir a escravidão e estabelecer outra forma de trabalho, “higienizar” os centros urbanos, “curar um país doente”,

reconstruir a história com visão teleológica, romântica e épica do passado. Em busca da modernidade, levando em conta as especificidades das raças, se debatia a miscigenação. Alguns advogavam que seria ela fator de degradação moral, loucura e esterilidades; outros, que dela surgiria uma raça ideal para trabalhar nos “tórridos trópicos”. Tentando “modernizar” o País, decidiu-se importar europeus para substituir o ex-escravo, inadaptado ao trabalho livre, segundo as concepções vigentes. (ibid., p. 45)

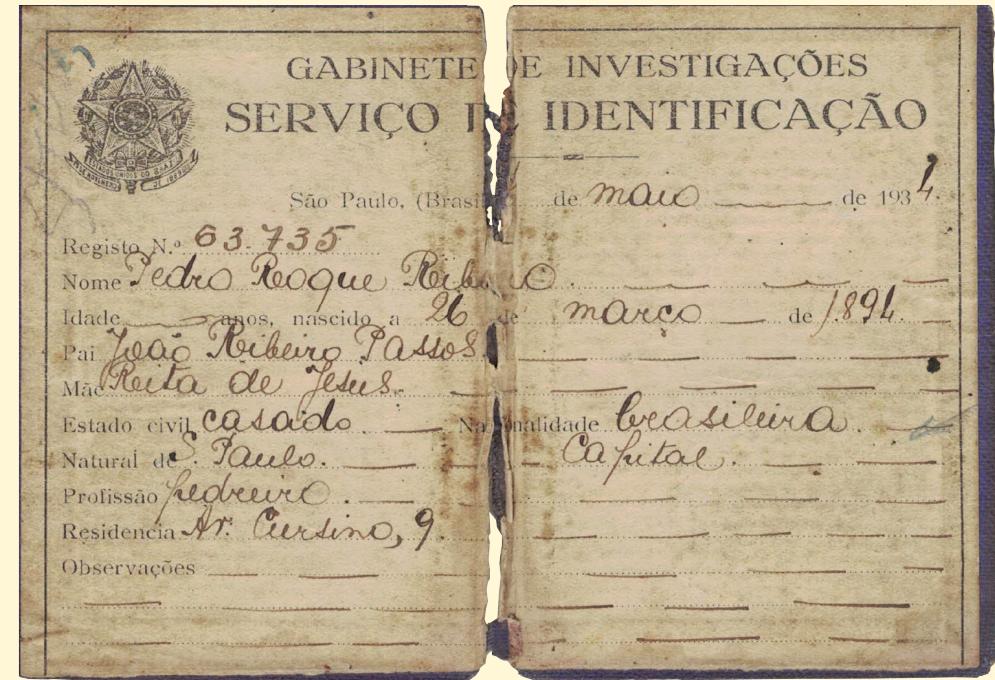
Em outras palavras, a modernidade almejada supôs efetiva igualdade entre os cidadãos optando por defendê-la em detrimento de distinto grupo de cidadãos. Logo, sua concepção se contradiz em si própria e se aplica de forma desajustada na formalidade porque a prática não caminhou no mesmo passo. Em levantamento de colunas de classificados em jornais entre 1912 e 1920, Jacino (2012) infere a procura predominante por trabalhadores estrangeiros e brasileiros brancos, assim como a rejeição declarada aos interessados que fossem pretos¹¹. Associado aos negros, havia todo um esteriótipo de retardatário, promíscuo e imoral (ROLNIK, 1989; ID., 1997; WISSENBACH, 1998) que alimentava esse preconceito.

Posto que em 1912 meu avô completou 18 anos, tais obstáculos eram mais que efetivos no início de sua carreira, o que nos leva a indagar como iniciou sua atividade na construção civil, que foi relação de uma vida inteira, apesar de não a conhecermos em detalhes nessa fase inicial. A informação que corre na família é a seguinte: o vô entrou jovem na profissão, começando como aprendiz de construtores italianos e espanhóis do bairro - segundo minha mãe, ele falava muito bem italiano e minha tia Cláudia conta que ele costumava xingar nesse idioma (*Porca miseria!*). Com o tempo, ele passou a praticar o ofício como autônomo, por vezes acompanhado de um servente de pedreiro, realizando desde pequenas reformas pela vizinhança (como assentamento de revestimentos, construção de muretas, etc.) até a construção de casas.

Apesar da diversidade de encargos - “Pedro Roque Ribeiro... Engenheiro, Arquiteto, Gerente de Projeto, Mestre de obras, Pedreiro etc...”¹² - a carteira de identidade do meu avô emitida em maio de 1934 traz somente a profissão “pedreiro” (figura 5). Assim, observa-se a sua posição no mercado de trabalho diversa daqueles profissionais registrados “práticos licenciados”, termo estabelecido em 1920 que caracterizava “constru-

tores sem ensino superior habilitados pelo poder público e reconhecidos como competentes para a prática de arquitetura” (PARETO JR., 2011, p. 18).

Figura 5 - Página da carteira de identidade de Pedro Roque Ribeiro.



Fonte: Acervo de família.

Esse tipo de atuação aconteceu de forma massiva na urbanização de São Paulo e foi a regra entre os produtores da cidade no período de 1890 a 1933, oficialmente e informalmente, quando então sua forma oficializada foi restrinida firmemente por um Decreto Federal em prol dos diplomados (ibidem, p. 80-81). No compilado do pesquisador, averigua-se somente imagens de práticos brancos (entre brasileiros e estrangeiros), sendo parte significativa oriunda de famílias abastadas.

Destaca-se também a distinção do vô frente aos “promotores de construção” identificados na Vila Mariana entre 1900 e 1920 por Carvalho (2006), uma maioria de estrangeiros que fazia da construção civil um negócio paralelo à sua ocupação profissional. Dentre eles, donos de armazéns e pequenas fábricas, funcionários públicos e profissionais liberais - havia inclusive italianos que vendiam miúdos de boi e residiram anteriormente no bairro do Bexiga (MASAROLO, 1971). Esses promotores construíram moradias próprias e para o aluguel, sendo responsáveis por 78,7% das construções da

¹¹ Sobre a última década dos anos 1800, Rolnik (1997, p. 73) comenta: “Definitivamente preferidos no trabalho das fábricas que em São Paulo se instalavam naquele momento, os imigrantes ocuparam também alguns setores - como a construção civil - onde se encontravam libertos desde meados do século xix”.

¹² A ideia de construtor “faz-tudo” que foi o meu avô. Mensagem do meu tio Pedro recebida via WhatsApp em 25 de jan. de 2021.

Vila Mariana no período de 1906 a 1915¹³.

Os promotores de construção geraram a tipologia e caráter residencial da Vila Mariana que predomina até hoje e, pelas datas, supõe-se que foram clientes dos construtores estrangeiros que ensinaram o meu avô quando ele foi aprendiz. Eram classificados pela autora de acordo com o número de edificações que produziram, ou seja, quanto mais dado agente produziu, maior era o seu poder aquisitivo e envolvimento com o mercado rentista, em plena expansão no bairro durante o período considerado.

Desse modo, “imbuídos do espírito empreendedor liberal, esses setores [mídios] encontraram uma oportunidade na carência de moradias causada pelo crescimento populacional da cidade nas últimas décadas do século xix e buscaram maneiras de construir para o mercado rentista” (ibidem, p. 15). Logo, a construção de moradias como negócio lucrativo chegava à periferia paralelamente a movimento similar no perímetro central da cidade, discorrido por Bueno (2008), e o meu avô Pedro também fez parte desse negócio, não especialmente pelo lucro, mas pela necessidade. O envolvimento dele com o mercado rentista, entretanto, parece ter iniciado em sua fase madura (1935-1974), período em que ele pode construir a casa própria e uma casa para o seu filho de criação Primo, vínculo de seu primeiro casamento com Carolina Poltronieri.

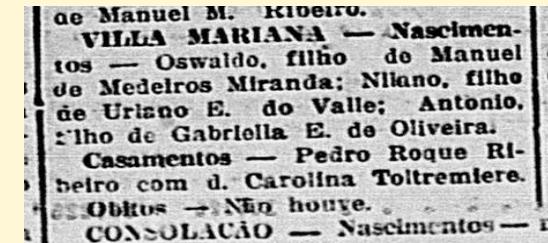
b. árvore genealógica

Foi possível esquematizar a rede de relacionamentos do meu avô numa árvore genealógica (figura 11, ao final deste subcapítulo) para visualização clara das pessoas, ancestralidades e ofícios que constituíram certa “cultura de família” naquele momento. Este exercício foi importante visto que a produção mais conhecida do vô Pedro se destinou à família e a própria pode nos informar sobre a população do bairro até certo ponto.

Conforme memória da família, o topo da árvore se dá desta forma: o pai do meu avô, João Ribeiro Passos, foi um português “colono da fazenda” casado com a bisa Rita de Jesus, escravizada que acreditamos ter sido brasileira. Ele teve também uma irmã de sangue, Maria, e uma irmã de criação, Georgina, filha de um outro casal não identificado - um tipo de história recorrente naquele tempo. Avançando para o próximo nível da árvore, o primeiro casamento do vô Pedro foi em 1920 com Carolina Poltronieri (figura 6), viúva e mãe de quatro filhos naquela época. Dona Carolina e seu primeiro marido,

João Fortin, tinham sangue italiano e os filhos desse casamento se chamavam Primo, Aurélio, Maria e Carlos Fortin; ela e o meu avô tiveram também dois filhos, Antônio e João Roque Ribeiro (sempre na ordem do mais velho para o mais novo).

Figura 6 - Casamento com Carolina Poltronieri em recorte da coluna “Chronica Social” de 28/05/1920.



Fonte: Correio Paulistano - Hemeroteca Brasileira Digital.

Constataram-se divergências de grafia entre os sobrenomes do primeiro casamento do vô que não inviabilizaram pesquisas, contudo, trouxeram atenção à diligência necessária no trabalho com informações imprecisas. O sobrenome Fortim/Fortin foi fácil de interpretar visto que a primeira grafia veio de um suporte significativamente suscetível a erros, o jornal, e a segunda de um suporte mais confiável, o Diário Oficial (DO). Por sua vez, a divergência Toltremiere/Poltronieri gerou questionamento complexo, visto que a primeira é a grafia conhecida na família enquanto a segunda vem de registro no DO, e poderia se tratar inclusive de transcrição incorreta do nome em cartório.

Felizmente, encontramos recortes do DO¹⁴ (figuras 7 e 8) sobre os filhos do primeiro casamento, pessoas com quem minha parte da família perdeu o contato há anos por diferenças de geração consideráveis - minha mãe nasceu tia, por exemplo - e laços que não se firmaram entre as gerações subsequentes. A partir deles, constatamos registro de Aurélio na Vila Mariana no ano de 1945, enquanto Antonio e Primo aparecem em registros do Belenzinho em 1942. A filha de Antônio, Diva, aparece em registro da Saúde em 1961. Outra informação depreendida é a profissão desses filhos: Primo é designado comerciário, Aurélio gráfico e Antônio impressor, nenhum na área da construção civil embora comerciário seja um tanto inespecífico; faltam informações sobre Maria, Carlos e João e no recorte de Diva, ela é tida como industriária.

A matrícula do número 94 da Rua Bela Flor proporcionou mais detalhes da vida

13 Arquivo Histórico de São Paulo - Série Obras Particulares apud CARVALHO, 2016, p. 164.

14 Gentilmente selecionados por Celso Ohno (Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo - DPH).

BELENZINHO

FAÇO SABER que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo art. 180, ns. 1, 2, 3 e 4 do Código Civil: **Primo Fortin** e dona Palmira Bronzatto, sendo, o pretendente: nascido nesta Capital, aos 27 de agosto de 1915, de profissão **comerciário**, estado civil solteiro, domiciliado e residente neste distrito de São Paulo, 11.a zona, à rua Gonçalves Dias n. 180, filho legítimo de João Fortin e de dona Carolina Fortin; e a pretendente: nascida em São Manoel, deste Estado, aos 7 de outubro de 1921, de profissão operária, estado civil solteira, domiciliada e residente neste distrito de São Paulo, 11.a zona, à rua Bering n. 232, filha legítima de Ettore Bronzatto e de dona Nazarena Falanesca.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. Lavro o presente para ser afixado em cartório e publicado no "Diário Oficial".

Distrito de São Paulo, 11.a zona, 4 de setembro de 1942.

O Oficial, **Jarbas Tupinambá de Oliveira**.

Cartório:
Av. Celso Garcia, 938.
(15.560 - 15.000)

BELENZINHO

FAÇO saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo art. 180, ns. I, II, III e IV do Código Civil, **Antonio Roque Ribeiro** e dona **Divina Moreira**, sendo o pretendente nascido nesta Capital, aos 27 de maio de 1921, de profissão **impresor**, estado civil solteiro, domiciliado e residente neste distrito de São Paulo, 11.a zona, à rua Marcos Arruda n. 477, filho legítimo de Pedro Roque Ribeiro e de dona Carolina **Poltronieri** Ribeiro; e a pretendente, nascida em Itapira, deste Estado, aos 9 de novembro de 1924, de profissão prenda doméstica, estado civil solteira, domiciliada e residente neste distrito de São Paulo, 11.a zona, à rua Marcos Arruda n. 477, filha legítima de **Benedicto Pires Moreira** e de dona **Victalina Maria de Jesus**.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. Lavro o presente para ser afixado em cartório e publicado no "Diário Oficial".

Distrito de São Paulo, 11.a zona, 5 de dezembro de 1942.

Figura 7 - Casamentos, da esquerda para a direita: Primo Fortin e Palmira Bronzatto (04/07/1942), Antonio Roque Ribeiro e Divina Moreira (05/12/1942).
Fonte: Diário Oficial

profissional desses filhos e finalmente algumas intersecções deles com a carreira do meu avô. Em registro de dezembro de 1989, Primo é designado eletricista, Maria doméstica e Aurélio, Antônio, João e Carlos operários - todos casados e domiciliados na Capital. Em novo registro de março de 1990, são designados aposentados: Primo, domiciliado em Ilhabela, Aurélio, domiciliado no Planalto Paulista (Saúde), e João, em Diadema. Além disso, Maria é categorizada "do lar" domiciliada na Rua Joaquim Távora (Vila Mariana), Antônio comerciário domiciliado em Guarulhos e Carlos, pedreiro no Cursino (Ipiranga).

A família recebeu mais cinco filhos com a chegada da minha avó Margarida Lúcia Monteiro - segundas núpcias do vô, como informa recorte do Diário Oficial do 22º

**9.o SUBDISTRITO
(Vila Mariana)**

FAÇO saber que pretendem se casar: **Aurelio Fortin** e dona **Carolina Morgante**, domiciliados nesta Capital e residentes neste nono Subdistrito — Vila Mariana. O contraente é viúvo, gráfico, nascido no dia 22 de outubro de 1912, nesta Capital, filho de João Fortin e de dona Carolina **Poltronieri**. A contraente é solteira, de prendas domésticas, nascida no dia 12 de dezembro de 1926, nesta Capital, filha de Temistocles Morgante e de dona Benedicta Moura Campos.

Apresentaram os documentos exigidos pelo art. 180 ns. 1, 2, 3, 4 e 5 do Código Civil.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. Lavro o presente, para ser afixado em cartório, e publicado pela imprensa.

S. Paulo, 13 de agosto de 1945.
O Oficial:
Decio Goulart Penteado.
Cartório:
Rua Vergueiro n. 1669 - Telefone: 7-0440.
(80.780 - Cr\$ 15,00) A14)

**22.o SUBDISTRITO
(Saúde)**

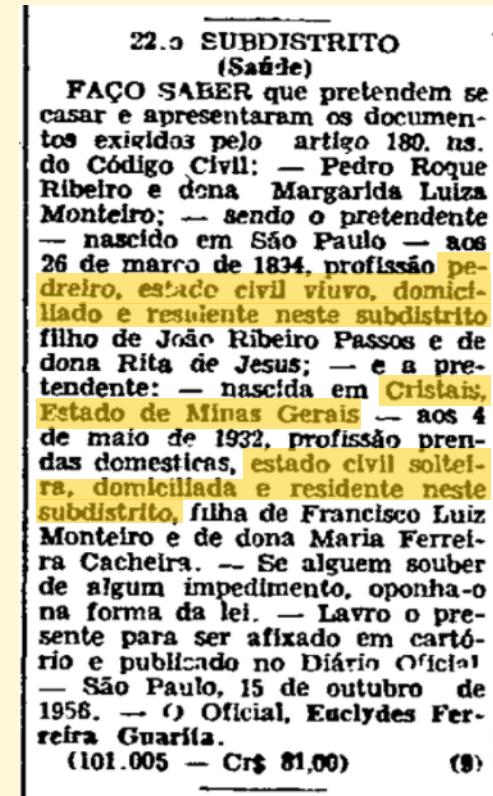
FAÇO SABER que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 180, ns. 1, 2, 3 e 4 do Código Civil: — José Malaquias dos Santos e dona **Diva Ribeiro**, sendo, o pretendente: nascido em Xique-Xique, Estado da Bahia, aos 4 de março de 1939, profissão ajudante funileiro, estado civil solteiro, domiciliado e residente neste subdistrito, filho de Joaquim Malaquias dos Santos e de dona Teresa de Jesus Santos, e a pretendente: nascida nesta Capital, aos 24 de setembro de 1943, profissão **industrial**, estado civil solteira, domiciliada e residente neste subdistrito, filha de Antonio Roque Ribeiro e de dona Divina Moreira Ribeiro. — Se alguém souber de algum impedimento oponha-o na forma da lei. — Lavro o presente para ser afixado em cartório e publicado no "Diário Oficial". — São Paulo, 10 de maio de 1961. — O Oficial — **Euclydes Ferreira: Guarita**. (224.179 — Cr\$ 180,00) (20)

Figura 8 - Casamentos, da esquerda para a direita: Aurelio Fortin e Carolina Morgante (13/08/1945), Diva Ribeiro e José Malaquias dos Santos (10/04/1961). Fonte: Diário Oficial.

subdistrito Saúde (figura 9). Uma série de informações são reveladas: a data do registro do casamento (15/10/1956), a ocupação da vó Margarida ("prendas domésticas"), sua naturalidade (a pequena Cristais - Minas Gerais¹⁵) e os nomes dos pais dela (Francisco Luiz Monteiro e Maria Ferreira Cacheira). A família não sabe quem a trouxe de Minas para São Paulo, mas sabe que ela vivia uma vida simples e de muita dificuldade no seu estado de origem e nunca foi alfabetizada.

¹⁵ Para se ter ideia, o município contava com uma população de apenas 12.444 moradores em 2016 de acordo com o site da Câmara Municipal de Cristais. Disponível em: <https://camaracristais.mg.gov.br/?p=9420>. Acesso em: 27/10/2021.

Figura 9 - Registro do casamento de Pedro Roque Ribeiro e Margarida Luiza Monteiro em 15/10/1956.



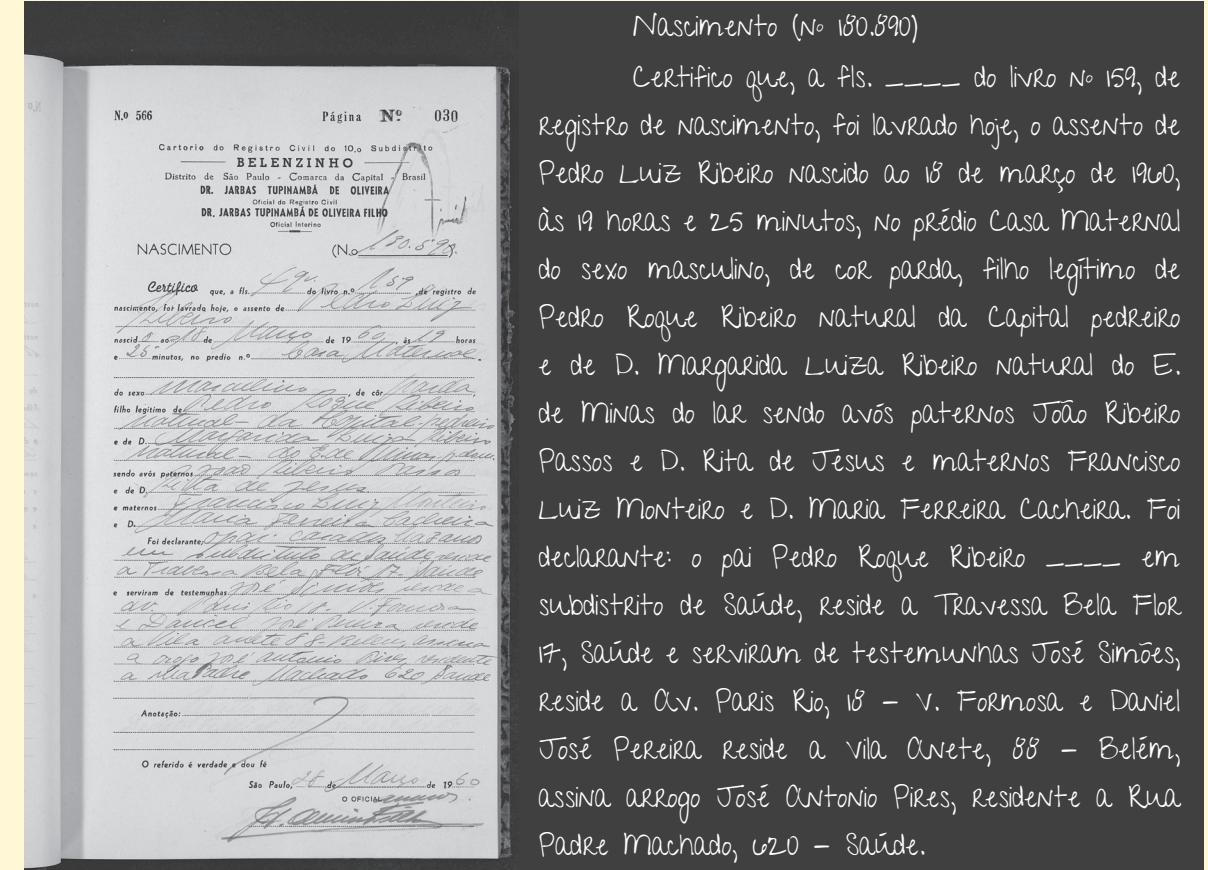
Fonte: Diário Oficial.

Em ordem decrescente de idade, os filhos desse casamento são: Cláudia Aparecida (1957), Pedro Luiz (1960), Dalva Tadeu (1964), Rita de Cássia (1965) e Maria Alessandra (1971) Ribeiro - a caçula no entanto não resistiu a problemas de saúde quando bebê. Nenhum deles seguiu no ofício, apesar da tia Cláudia contar que adorava ajudar o pai com as benfeitorias da casa, como escadas e o "barracão" onde eram guardadas ferramentas de trabalho, como serrotes e prumos. Ela diz também que o vô reclamava para a vó Margarida que ela estava "criando um maricas" porque o irmão mais novo, Pedro, não gostava nenhum pouco de ajudar na construção daquelas benfeitorias - o que para o tio não confere porque a irmã pegava no pé dele quando eram crianças¹⁶.

16 "Pedro Ribeiro: Huummm... isso deve ser intriga... rsss (tem cara de Cláudia aí...)... ela sempre judiava de mim... pisou na minha cara com botas ortopédicas etc e tal [sic]; Pedro Ribeiro: Agora q ela ficou assim boazinha (arrepéndida) [sic]". Mensagens recebidas via WhatsApp em 27 de out. de 2021.

O registro do nascimento do tio (figura 10) Pedro foi feito junto ao cartório do Belenzinho, assim como os registros de casamento de Primo, Antônio e Diva, e contém as seguintes informações:

Figura 10 - Caderno de registros do Cartório do Belenzinho



Fonte: Localizado por Celso Ohno (DPH).

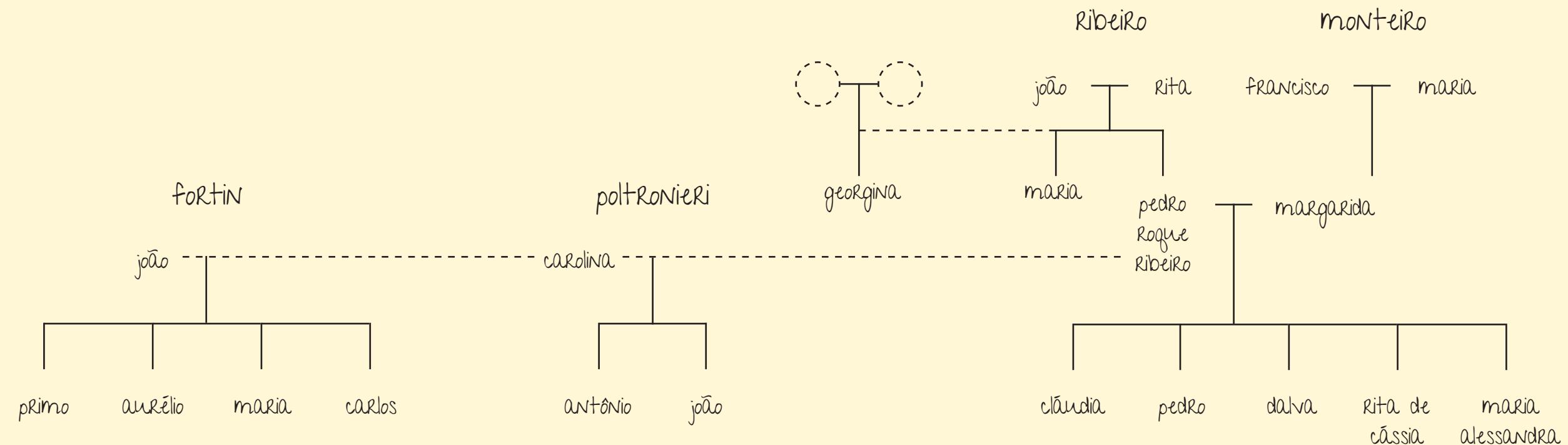
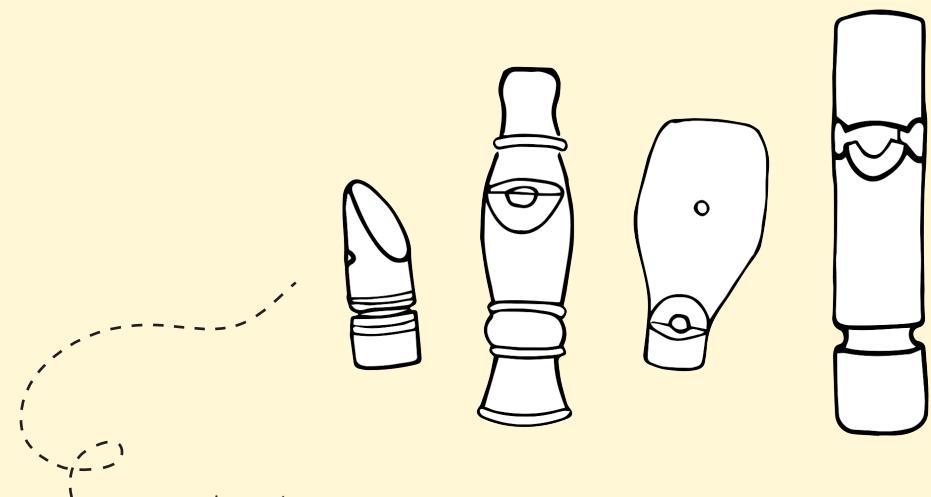
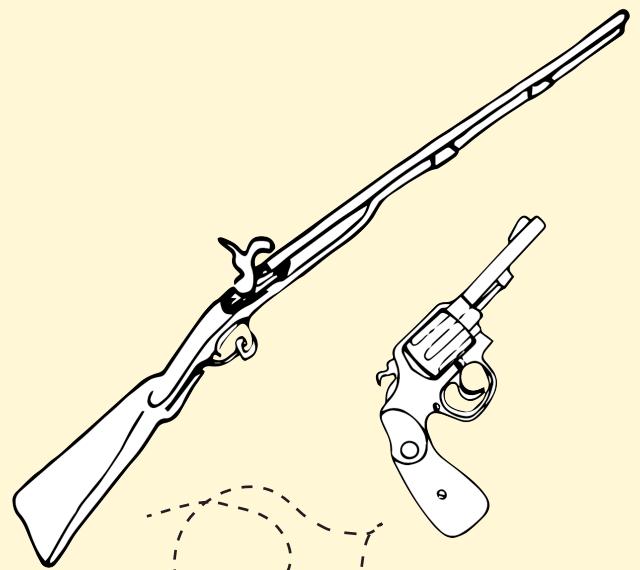


Figura 11 - A árvore genealógica dos Ribeiro conta com laços de sangue e de consideração.

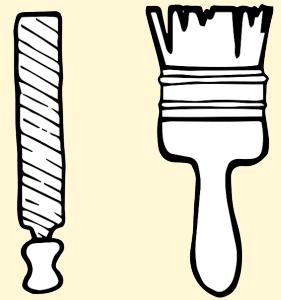
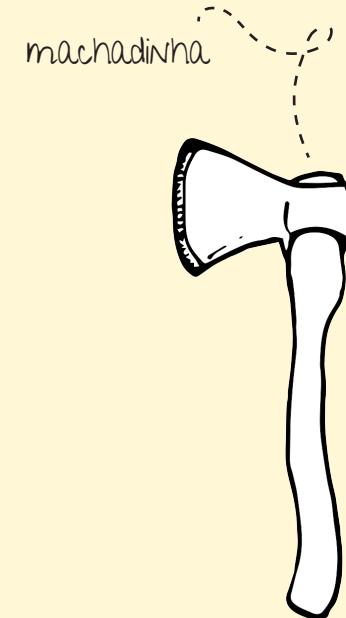
c. objetos do vô pedro



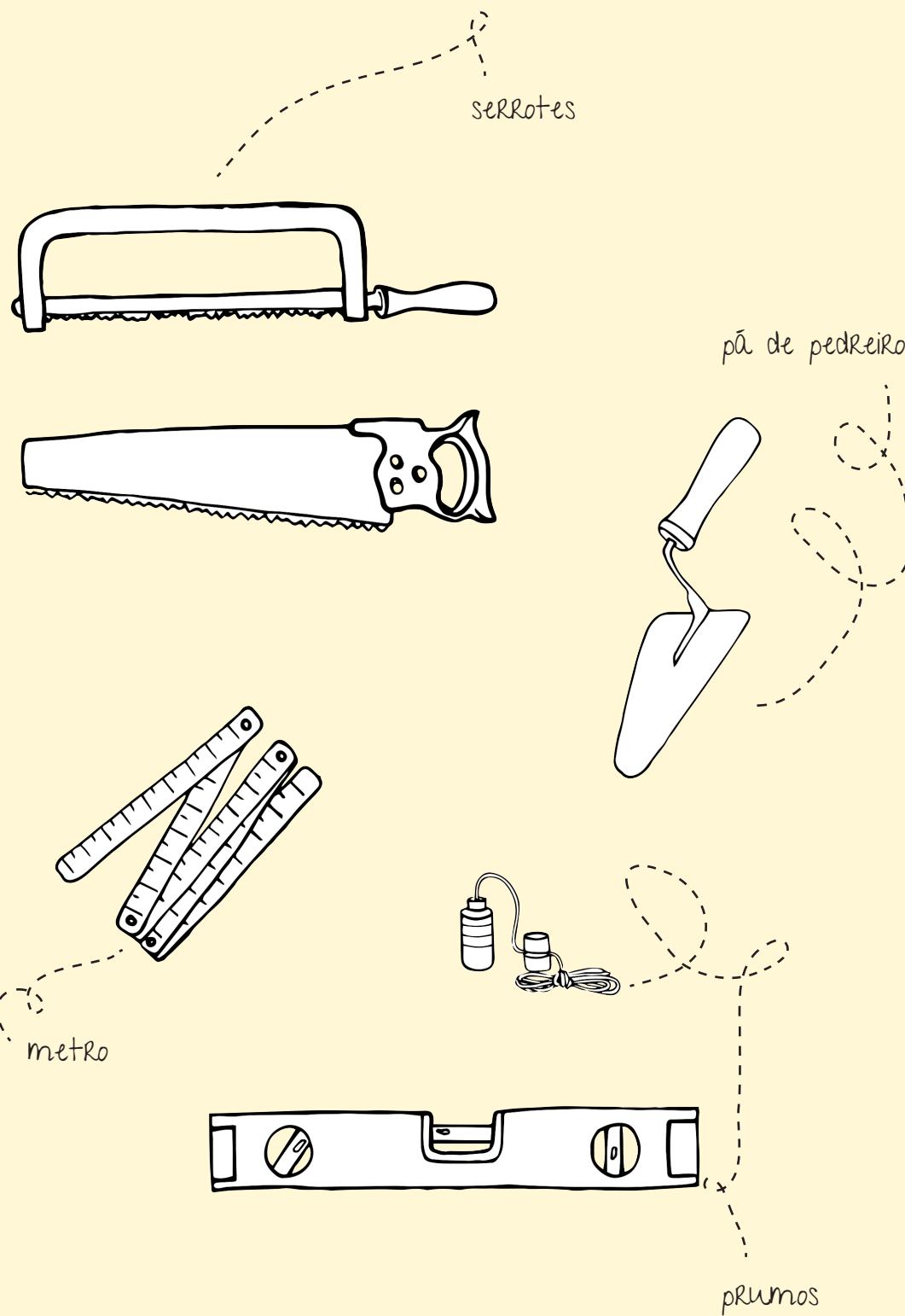
apitos de caça que
imitam o canto de
pássaros



espingarda de caça
e Revólver calibre 38

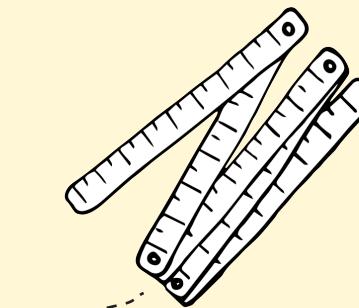


lima e pincel

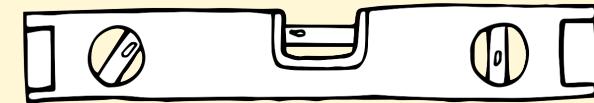


serrote

pá de pedreiro



metro

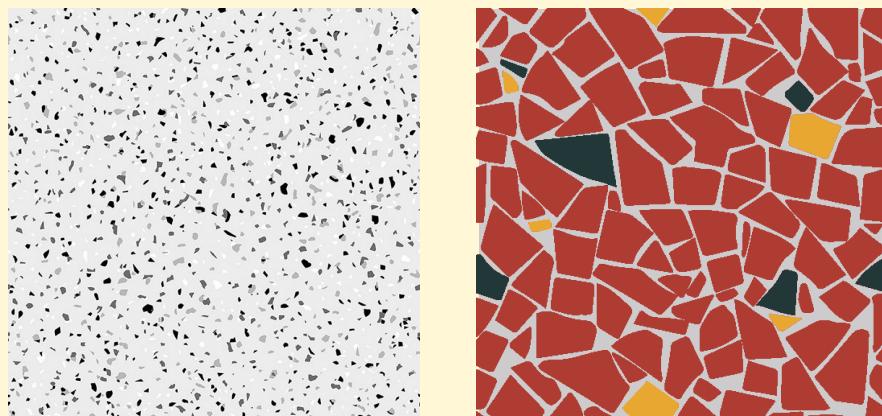


plumbos

d. fase madura (1935-1974)

Em certo ponto da carreira, meu avô se tornou pedreiro especialista em caquinho e granilite (figura 12). O primeiro, feito e polido à mão - "Ficava muito liso, você não dizia que era feito na mão" [sic]¹⁷; o segundo, produzido num processo preciso porque o vô planejava a disposição dos caquinhas quando lhe solicitavam desenhos específicos em determinados pisos. Com o granilite, podemos sugerir intersecção do trabalho dele com escritórios de maior porte devido ao intenso uso do revestimento em projetos de edifícios comerciais da época; com o caquinho, revestimento típico das casas de classe média e pequenos comércios, regressamos ao trabalho na escala do bairro. Na lembrança da tia Cláudia, o meu avô Pedro era muito requisitado no bairro pela sua habilidade na execução dos pisos: "Ele era muito caprichoso, as senhoras queriam o trabalho dele porque ele não deixava sujeira, trabalhava limpo"¹⁸.

Figura 12 - Granilite (à esquerda) e caquinho paulista (à direita), especialidades do meu avô.



Fonte: Google Imagens; adaptação da autora na imagem do caquinho.

Como mencionado, é nesse segundo período que ele constrói sua casa na Bela Flor e a casa para seu filho de criação Primo e o seu capricho era visível nas duas, especialmente na primeira que naturalmente é lembrada em maior detalhe pelo meu lado da família. Por exemplo, ali havia um pequeno córrego que "cortava" o terreno e para atravessá-lo meu avô não arranjou uma simples "pinguela", ele construiu uma ponte

¹⁷ Fala da minha tia Cláudia em conversa sobre o granilite produzido pelo vô. Ela lembrou também da base de areia, água e cimento que ele preparava para produzir o granilite.

¹⁸ Ibid.

de madeira "bonita e muito bem feita"¹⁹. Esse é o tipo de pista que aponta o vô como um profissional qualificado, embora a ausência de diploma possa sugerir, que almejava conquistar seu pedaço na cidade e crescer naquela sociedade como os outros agentes que construíram São Paulo, história que não é exclusiva dos imigrantes.

Averiguou-se em 1940 relação do vô com o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários e os Fagundes - proprietários da chácara formada pela Vila Mariana mais subprefeituras adjacentes até o século xviii. Tia Cláudia pensou reconhecer o sobrenome Fagundes como alguém com quem ele se relacionou profissionalmente, o que infelizmente é quase impossível de confirmar - se existiu, pode ter sido inclusive um vínculo sem registro formal. O único registro que temos desta relação é um recorte do Diário Oficial de 21/11/1940 (figura 13) onde meu avô aparece como testemunha em "registro de audiência para tratar de ação movida pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários contra o Dr. Venancio Cruz, devido à ocupação de terreno em área - então identificada no Ipiranga e que primitivamente teria sido de propriedade da família Fagundes"²⁰.

Figura 13 - Recorte acerca de testemunho do meu avô.

qualquer direito do réu. Ainda por que pela própria prova testemunhal feita pelo réu, verifica-se que o terreno pertencente ao Instituto sempre esteve cercado em sua totalidade, jamais existindo dentro desse terreno qualquer outro lote de terreno, tanto assim que o que mais chama a atenção entre as testemunhas inquiridas é a de Pedro Roque Ribeiro que apesar de declarar que conhecia o terreno de propriedade do réu não sabia em que rua e em que ponto ele se encontrava; e para localisá-lo não lhe foi necessário qualquer indicação, pois como novo "Colombo", descobriu o terreno do réu, como se verifica nas reperguntas, pois, o terreno estava em aberto e porque lhe foi contado que a sua exata localização o terreno do Doutor Venancio digo, localização que da rua cem metros distava o terreno do Dr. Venancio, iniciando-se desses cem metros os vinte metros do terreno do réu; todas as demais

Fonte: Diário Oficial.

¹⁹ Ibid.

²⁰ OHNO, Celso. Mensagem recebida via e-mail em 31 de ago. de 2021.

O nome Pedro Roque Ribeiro não foi identificado nas listas de profissionais compiladas por Pareto Jr. (2011) com base nas documentações Registro de Empreiteiros (1894-1904) - este com devida justificativa temporal, Livros de Registros de Construtores (1925-1928) e Livros de Registro de Construtores Práticos Licenciados (1934-1950). Sobre material correlato, Ohno comenta²¹:

O Arquivo Histórico Municipal (AHM) abriga reduzida documentação relativa a construtores licenciados na cidade de São Paulo, como os mestres de obras, que não tinham a diplomação de Engenharia ou Arquitetura, ou àqueles cujos títulos não foram reconhecidos como suficientes perante à legislação federal de 1933 que criou o CREA. Os livros de registros daqueles, sem surpresa, trazem majoritariamente sobrenomes de imigrantes europeus, cobrindo os anos entre 1935 e 1961, com pouco menos de 600 registros distribuídos em apenas dois livros. Entre os profissionais ali apontados, não é encontrado o nome de seu avô e não tenho a recordação de ter notado nas fotos dos profissionais a presença de algum afro-descendente.

Considerando o meu avô de maneira diferente, pedreiro, o Poder Público impri-mia sua consideração sobre a atuação e a visibilidade de profissionais como ele naque-la sociedade, independentemente de sua formação ter contado com professores (no mínimo) com o perfil de práticos licenciados. Além disso, a construção civil teve longa história com escravizados e alforriados (ROLNIK, 1997; WISSENBACH, 1998) e se ser-viu inclusive de conhecimentos e tecnologias próprias dos construtores negros para desenvolver a São Paulo colonial (JACINO, 2012). Logo, parece discordante considerar que apenas brasileiros brancos e imigrantes europeus profissionais tinham a prática suficiente para o reconhecimento da Prefeitura naquela primeira metade do século xx.

É desta maneira que o levantamento da obra do meu avô pode ser esclarecedor e ele se inicia na Rua Bela Flor, continuando nas lembranças dos familiares e avançando com a pesquisa de documentos da época. Do que a família conhece, além da casa na Bela Flor, os endereços Rua Ouvidor Peleja, 76 e Rua Izar, 136/146 se tratavam também de imóveis construídos por ele - o primeiro, construído para o primogênito da Dona Carolina, Primo Fortim. Dos documentos de época, puderam-se somar os endereços Avenida Cursino, 9 (Saúde), Rua Affonso de Freitas, 5 (Paraíso) e Rua Estela dos Santos, 17 (vizinho à Bela Flor).

Esse tipo de pesquisa teve suas limitações, no entanto, porque muito se perdeu

²¹ Ibid.

dos documentos e objetos que meu avô deixou depois de falecer; dentre seus docu-mentos, estavam em mãos carteira de identidade, carteira de caça, certidão de óbito e carta de concessão de terreno no Cemitério da Vila Mariana. Foram solicitadas matrí-culas e transcrições²² dos imóveis conhecidos ao 14º Registro de Imóveis da Capital de São Paulo, porém, não se chegou aos registros primários deles até o fim deste trabalho. Os endereços na Rua Affonso de Freitas e na Avenida Cursino, em especial, não deram nem resultado na pesquisa do registro de imóveis, o que demandaria saber outro tipo de informação sobre eles para realizar mais uma busca. Felizmente, as datas levam a crer que esses dois endereços se trataram de imóveis dos quais meu avô foi somente inquilino e as demais informações juntadas foram suficientes para a construção de um histórico dos deslocamentos do dele desde 1934:

- Av. Cursino, 9 – 05/1934 (informação no RG do vó)
- R. Affonso de Freitas, 5 – 04/1937 (de recorte do diário oficial)
- Tv. Terceira, 17 (antigo nome da Rua Bela Flor) – 04/1950
(endereço na carteira de caçador do meu avô)
- R. Ouvidor Peleja, 760 – 09/1954 (presente em documento de cessão de terreno no Cemitério da Vila Mariana)
- R. Estela dos Santos, 17 – 11/1955 (informação da transcrição do imóvel da Bela Flor)

A organização desse histórico sugere subida do meu avô às partes altas e valo-rizadas da cidade na década de 30, aos seus 40 anos, um marco em sua trajetória de afirmação profissional e ascensão social. Também colocou à prova a informação de que ele teve uma única casa própria, pois o endereço da Ouvidor Peleja (figura 14) consta como sua residência na carta de cessão do Cemitério da Vila Mariana, de 1954 - dado que não supõe, entretanto, posse do imóvel. Disto, duas hipóteses foram levantadas: um, meu avô construiu a casa para si e morou ali antes de passá-la para o filho Primo e a nora Palmira; dois, ele construiu a casa para o casal e morou lá até concluir a casa na Bela Flor. Como não foi descoberta a data de construção do imóvel, não houve chance de caracterizar satisfatoriamente a situação, porém a análise dos mapas SARA (1930) e

²² Matrículas correspondem à forma atual (1976 em diante) do registro de propriedade e transcrições, à forma antiga (livros de registros). (14º Registro de Imóveis de São Paulo. Disponível em: <https://www14ri.com.br/>. Acesso em: 18/10/2021)

VASP Cruzeiro (1954) inferiu que foi construída nesse meio-tempo (figura 15).

Figura 14 - Imóvel da Rua Ouvidor Peleja, nº 760 atualmente.



Fonte: Google Street View.

Figura 15 - Comparação entre 1930 (somente terreno), 1954 (presença da casa nº 760 e benfeitorias nos fundos) e 1970 (surge a casa nº 758, na frente da nº 760, e grande parte do terreno foi desmembrada do lote).



Fonte: GeoSampa - SARA Brasil e VASP Cruzeiro, CESAD FAU-USP - GEGRAN; adaptados pela autora.

No que se observa hoje, o desenho do lote e seu uso mudaram (parece ser misto, abrigando moradia e comércio) e segundo lembra a tia Cláudia, a fachada permanece praticamente a mesma desde 1970, havendo apenas uma mudança visível na garagem que costumava ser uma sala. Na matrícula do imóvel, a primeira entrada de 1982 infor-

ma posse de Primo Fortim e condição de encravado, que numa análise atenta revela-se na sua posição em relação ao imóvel nº 758, identificado somente no mapa GEGRAN (1970): na fachada aparenta ser geminado, mas em planta, foi construído na frente do nº 760. Em reprodução do documento sobre a venda do imóvel para uma costureira:

Uma casa e respectivo terreno, com acesso por uma servidão de passagem ora extinta localizado no remanescente de área maior (fundos), a 25 m, do alinhamento da rua, de quem adentra ao imóvel, cujo terreno com a extinção da servidão de passagem antes existente, tornou-se encravado e mede 6,75 m, de frente para o prédio 756/758, da adquirente.

Pelo confrontamento de datas documentadas, meu avô deixou a Ouvidor Peleja e foi morar na Rua Estela dos Santos em 1955, o que minha tia lembra ter ocorrido enquanto ele construía sua casa na Bela Flor. Em transcrição do nº 94 da Rua Bela Flor, o endereço do meu avô consta como Rua Estela dos Santos, nº 17 e curiosamente Carlos Fortin e João Roque Ribeiro, ambos como espólio da Dona Carolina, são citados residindo na Travessa Beija-Flor, nº 17. Neste ponto, a documentação se torna pouco confiável, pois não se encontra essa travessa no Dicionário de Ruas da Prefeitura de São Paulo e nem no mapa VASP Cruzeiro (1954). Além disso, tia Cláudia lembra que os dois irmãos moraram no quintal do pai, o que sugere equívoco na grafia Beija-Flor e na cronologia dos endereços, visto que a leitura da transcrição supõe eles terem se mudado para a Bela Flor antes do pai.

Meus irmãos moraram muito tempo no nosso quintal, meu sobrinho Adalberto tinha 18 anos quando meu irmão comprou terreno e construiu casa em Diadema e o Carlos construiu na Vila Moraes [região do Sacomã, próxima ao Jardim da Saúde], meu sobrinho Valter, filho do Carlos, saiu de lá com mais de 20 anos. (Fala da tia Cláudia, recebida em 10/11/2021 via WhatsApp)

Tantas inconsistências evidenciam a pouca maturidade dos registros públicos na época - regulamentados somente em 31 de dezembro de 1973 pela Lei Federal nº 6.015 - e a complexidade da busca pela informação factual, porque uma coisa puxa a outra e as histórias documentada e contada se confrontam frequentemente. Outro exemplo são os diversos erros na certidão de óbito do meu avô, como a idade dele (77 contra 80 anos completados) e a declaração de maioridade dos quatros filhos do segundo casamento (tia Cláudia, primogênita, tinha apenas 17 anos enquanto a maioridade era

21 anos²³). Revisitar a documentação de época envolve, portanto, trabalho extenso de checar e ratificar o que foi registrado, tarefa que deve levar anos para se concluir.

Do mesmo modo, seria impossível alcançar o levantamento completo das obras do meu avô nesta primeira aproximação, pois não temos acesso ao seu inventário e muito menos ao histórico de imóveis que ele construiu quando trabalhou para outros profissionais. A própria lista das casas feitas por conta própria continua incerta, contando somente com a confirmação dos imóveis já analisados e com os dois sobrados geminados na Rua Izar, os quais também existem até hoje (figura 16), porém bastante alterados quanto a revestimentos e esquadrias pelo que se vê da fachada²⁴.

Figura 16 - Imóveis na Rua Izar, n.º 136 e 146, atualmente.

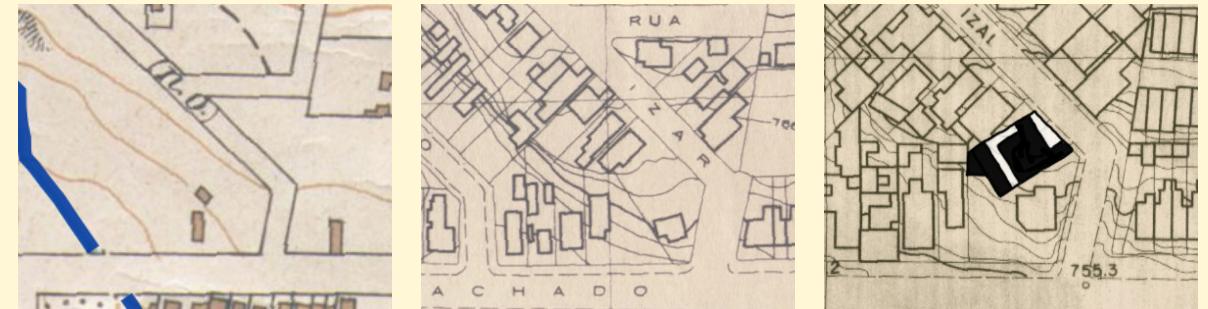


Fonte: Google Street View.

²³ Maioridade no Brasil até o advento do Novo Código Civil de 2002. (BARUFFI, Ana C. Entenda o que é a maioridade civil. Aurum, 2021. Disponível em: <https://www.aurum.com.br/blog/maioridade-civil/>. Acesso em: 10/11/2021)

²⁴ De acordo com a família.

Figura 17 - Da esquerda para a direita: comparação entre 1930 e 1954, quando havia somente terreno, e 1970, com os sobrados construídos.



Fonte: GeoSampa - SARA Brasil e VASP Cruzeiro, CESAD FAU-USP - GEGRAN; adaptados pela autora.

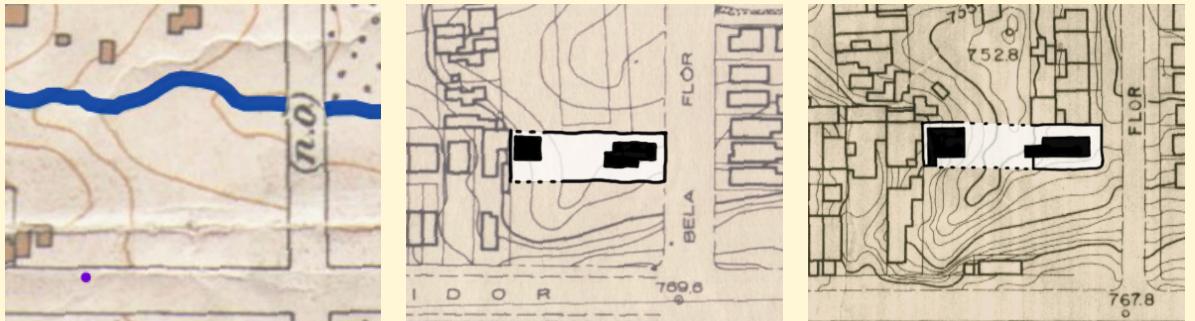
Das transcrições n.º 112.025 e 129.535, respectivamente sobre as casas nº 136 e nº 146, foram averiguados potenciais clientes do meu avô. Na primeira, um vendedor brasileiro que adquiriu a casa junto com sua esposa (do lar) em data desconhecida e vendeu-a em 1972 para um português e sua esposa, que ainda hoje detêm a posse; segundo esta transcrição, existe uma transcrição anterior de n.º 64.109 sobre o imóvel. Na segunda, a empresa Dourado S/A - Imóveis e Administração, que em 1974 vendeu a casa para um casal de comerciantes libaneses domiciliados no Brás, os quais detêm sua posse até hoje - nesta, consta também existência de transcrição anterior, de n.º 105.291. Pela impossibilidade de obter as transcrições anteriores, que se espera informar da data de construção dessas casas, não se pode afirmar que estes foram clientes com quem o meu avô lidou diretamente.

As circunstâncias do imóvel na Bela Flor são mais claras, visto que foi desde o início uma iniciativa do meu avô para si e sua família, entretanto, só foi possível estimar a data de sua construção como algo em torno de 1945 e 1955 e essa estimativa se deu por alguns fatores. Primeiramente, a avaliação dos mapas SARA e VASP Cruzeiro (figura 18) indicou que a construção se deu no meio-tempo entre 1930 e 1954, ao passo que publicação do Diário Oficial (figura 19) informa que meu avô morou na Rua Affonso de Freitas em 1937 e ainda era casado (com Dona Carolina, naturalmente). Além disso, a citação dos enteados como espólio a partir de sentença de agosto de 1955²⁵ confirmou parte da primeira esposa sobre a casa em vida. Como Carolina não está no jazigo da família, cuja cessão data de setembro de 1954, abre-se a hipótese de que ela faleceu an-

²⁵ Informação presente na transcrição n.º 51.438 do imóvel rua Bela Flor, 94.

tes ou na mesma época que o jazigo foi adquirido, impossibilitando fechar a estimativa na década de 50, assim como as inconsistências sobre a casa alugada na Rua Estela do Santos²⁶.

Figura 18 - Da esquerda para a direita: comparação entre 1930, quando havia somente terreno, 1954 e 1970, quando já há casa construída.



Fonte: GeoSampa - SARA Brasil e VASP Cruzeiro, CESAD FAU-USP - GEGRAN; adaptados pela autora.

Figura 19 - Endereço de residência do meu avô em 23/04/1937.

16.594 — Pedro Roque Ribeiro,
Villa Marianna, filho de João Ri-
beiro Passos, 43 anos, 26-3-1894,
São Paulo, Capital, casado, pedrei-
ro, rua Affonso de Freitas, 5. —
Qualifc. 18280.

Fonte: Diário Oficial.

A casa da Bela Flor (figura 20) foi onde meu avô pode estabelecer a renda do inquilinato, que se tornou o esteio da família nos seus últimos anos de vida, quando ele lidou com problemas de saúde incapacitantes para o trabalho na construção civil. Entretanto, ele foi longevo - faleceu com quase 81 anos - e corre na família a informação que o médico dele²⁷ dizia que ele poderia ter vivido 100 anos com qualidade de vida se tivesse fumado e bebido menos. Antes disso, a família precisou procurar ocupações informais para garantir o sustento e a vó Margarida começou a prestar serviços de empregada às senhoras do bairro, enquanto minha mãe e os irmãos começaram a trabalhar em oficinas próximas de casa antes mesmo de atingirem a idade legal dos 14 anos.

26 Como já informado, onde meu avô morou enquanto construía a casa da Bela Flor.

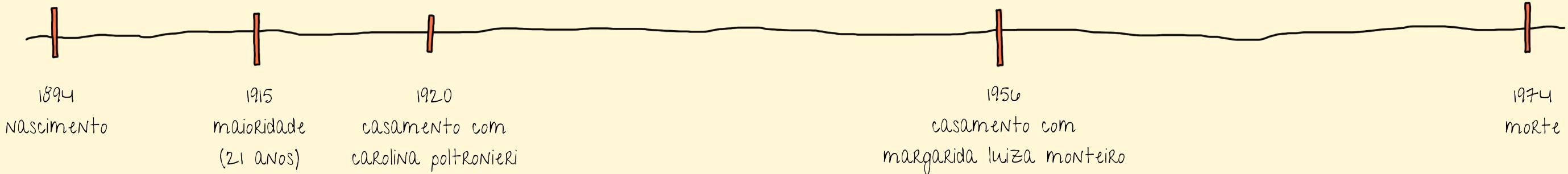
27 Dr. José Parjas Berrellos, atendia na Rua Ouvidor Peleja.

Figura 20 - Rua Bela Flor, n.º 94 atualmente.



Fonte: Google Street View.

e. linhas do tempo



1950 - mapa gegrano
R. bela flor, 17

1954 - mapa vasp cruzeiro
tv. bela flor, 17



as sementes também são
flores, basta conhecê-las.

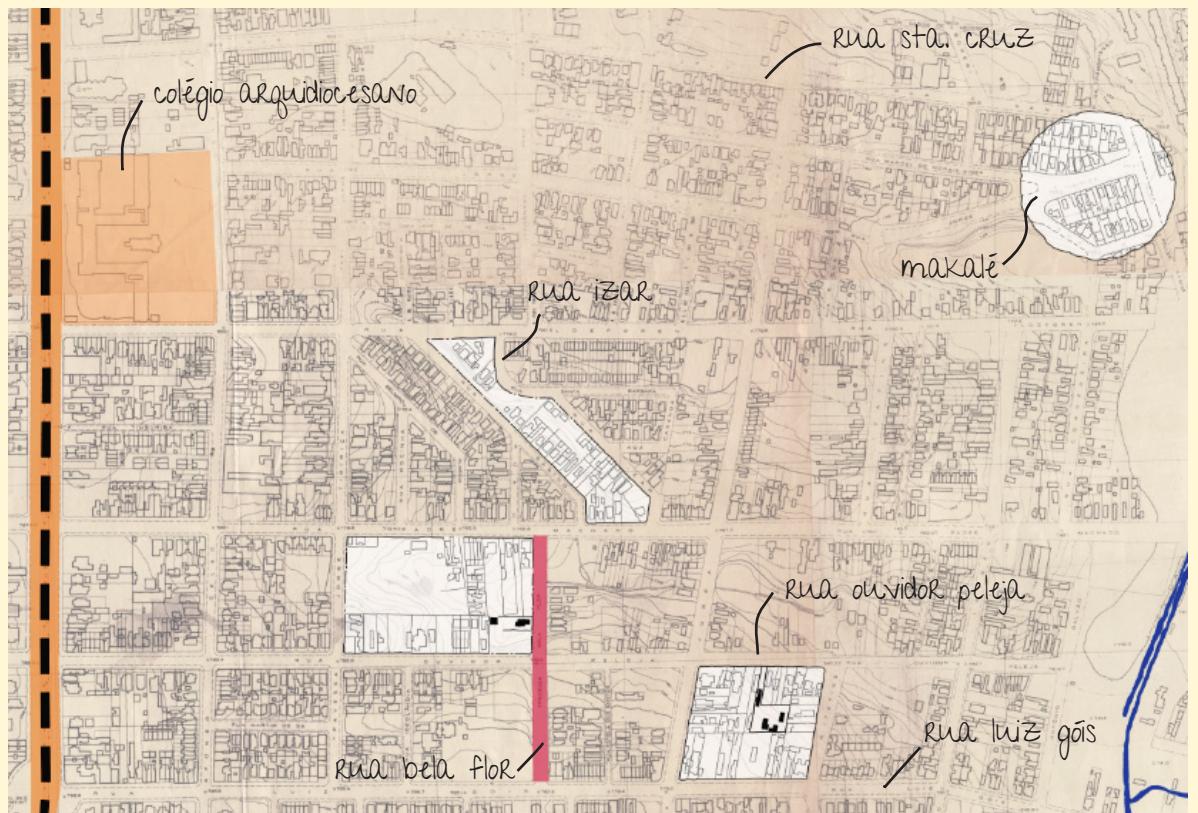
- alan alexander milne

ii. a bela flor

C hegamos enfim à Bela Flor, pequena rua que abrigou o lar onde o meu avô criou os filhos com a vó Margarida e permaneceu até o final da sua vida. Na leitura do lugar recorremos ao olhar macro sobre a representação cartográfica, analisando especialmente a dicotomia entre o "Pedaço do vô Pedro" (figura 21) e a urbanização primária da Vila Mariana. O termo "pedaço" foi desenvolvido pelo Professor José Magnani, consistindo no reconhecimento de um território pautado em "equipamentos definidores de fronteiras" - como o telefone público, a padaria, o bar, etc. - e a rede de relações de vizinhança, parentesco, participação nas atividades do comunitárias e por aí vai (MAGNANI, 1992). Assim, interessava-nos identificar eixos e núcleos estruturais discriminados no livro de Masarolo (1971) e no vídeo sobre o bairro produzido pela Prefeitura de São Paulo (VILA, 2009), observando sua capacidade como polo de urbanização e sua continuidade em relação à área do vô. Num segundo momento, partimos para a análise gradativa da tessitura urbana, que informou uma ocupação em fases e interpretações da mesma a partir de aspectos do território físico esclarecedores sobre

o crescimento do bairro. A observação da passagem do tempo nessas referências proporcionou respostas sobre o porquê daquela casa, naquele lugar, com aquelas pessoas.

Figura 21 - O “Pedaço do vô Pedro” em 1954, área delimitada pelas ruas Santa Cruz, Domingos de Morais (laranja) e Luiz Góis e pelo Rio Ipiranga (azul escuro). Quadras desenhadas: Makalé e onde meu avô construiu.



Fonte: CESAD/FAU-USP; adaptado pela autora.

Contudo, não só a leitura do lugar satisfaria nossas inquietações: era necessário buscar as pessoas e a vivência que elas estabeleceram ali através dos relatos de família, que foram fonte rica de caracterização da ocupação no recorte analisado. Reerguer a Bela Flor se tornou um exercício de costura das percepções e acontecimentos que minha mãe e meus tios guardaram em suas memórias, algumas delas sobre o cotidiano e outras sobre eventos marcantes. Conseguimos assim “pintar um quadro” do que foi a Bela Flor para a minha família e porque não para a cidade, uma história recontada que esperamos ficar preservada para sempre neste trabalho.

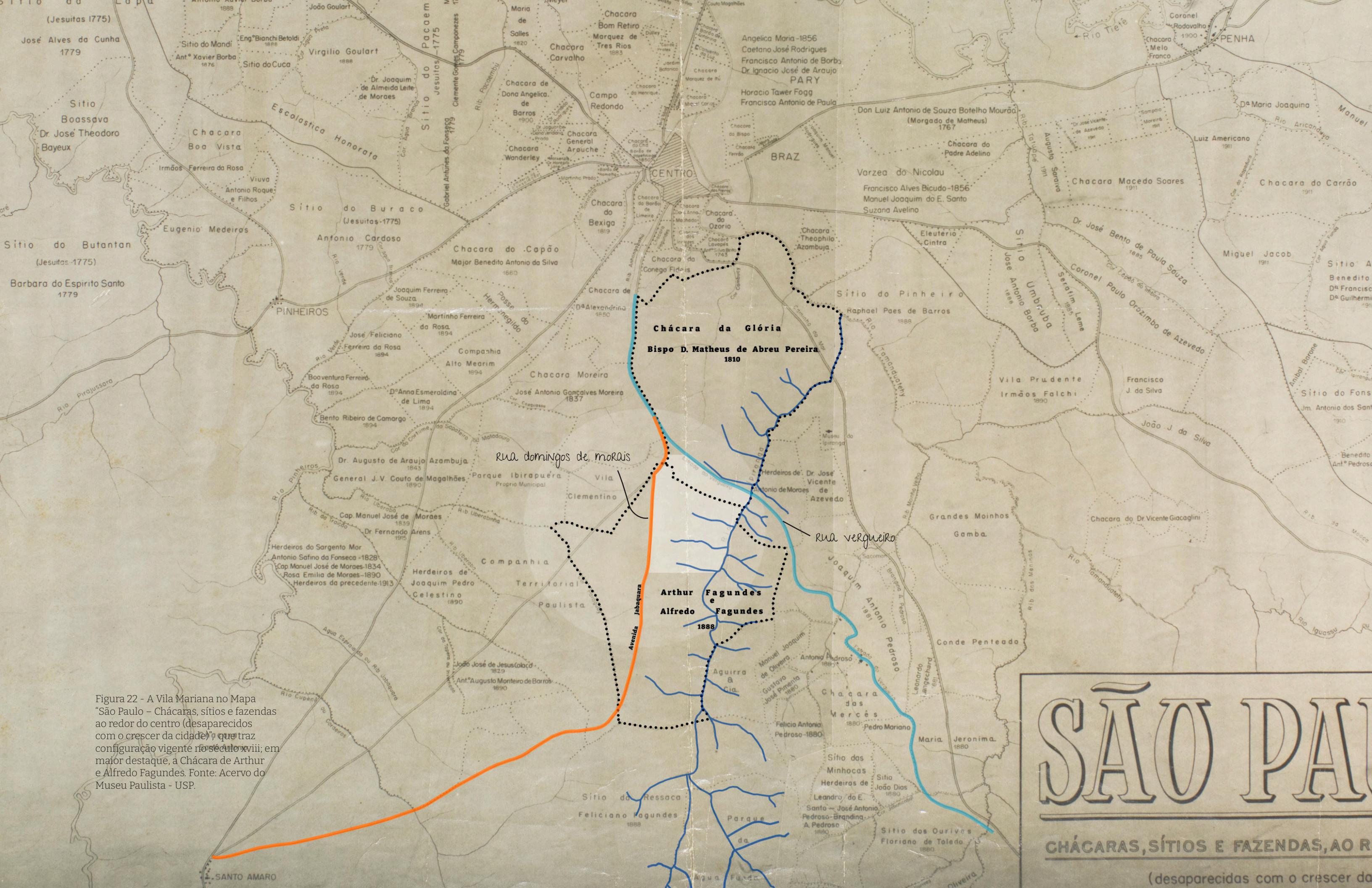
a. uma leitura do lugar

É fato que este trabalho só aconteceu por causa da casa nº 94 da Rua Bela Flor e da ideia de que esse imóvel é pioneiro porque antes dele só havia mato - vá lá, uma afirmação muito radical visto que existiram chácaras e estalagens naquelas terras anteriormente. De todo modo, a curiosidade de conhecer a casa não poderia passar por cima de uma aproximação inicial ao lugar onde ela está porque não há chance do meu avô ter firmado residência ali sem um motivo que vendesse o lugar para ele. Nossa investigação trata então do que fazia a Vila Mariana um lugar atrativo para morar - ou ficar, caso meu avô tivesse nascido por ali mesmo - e o primeiro passo foi entender como esse lugar assumiu esse nome.

A primeira menção oficial à Vila Mariana foi em 19 de abril de 1887 nas Atas da Câmara Municipal de São Paulo, apesar de haver notícia da sua ocupação desde 1771 quando ela era essencialmente local de passagem e estalagem para viajantes nomeada *Meio Caminho do Carro*²⁸. Na época, a paisagem rural dominava e uma primeira população acanhada se instalou onde hoje está a caixa d'água da Sabesp, esquina das ruas Vergueiro e Carlos Petit (VILA, 2009); destaca-se também a presença de uma chácara não nomeada onde aplicavam-se corretivos nos escravos “vadios” (MASAROLO, 1971). No relato de Masarolo (1971), entende-se que havia diversas chácaras naquela região, e na leitura do Mapa de Chácaras, Sítios e Fazendas de São Paulo (figura 22), distingue-se a Chácara dos irmãos Fagundes como originária do lugar onde o meu avô se instalou. Apesar dessas raízes sociais, não foram identificados trabalhos aprofundados na população escrava e descendentes em nenhuma parte do lugar que viria a ser a Vila Mariana.

Em 1878, fixou-se o primeiro núcleo de imigrantes italianos na antiga Chácara da Glória, local acima da chácara dos Fagundes, que segundo Masarolo (1971) fez o bairro ser apelidado *Colônia* e foi decisivo para estabelecer o fluxo de vinda de imigrantes nas décadas seguintes devido ao sucesso daquela primeira ocupação. Nesse momento, a formação dos bairros na cidade se dava pelo lento parcelamento das chácaras de modo que “o tecido urbano assumia em certos setores a forma de uma colcha de retalhos, com poucas ligações entre si” (REIS FILHO, 2004, p. 122). Os loteamentos partiam

²⁸ Masarolo (1971) conta que este nome veio do muito frequentado “Caminho do Carro” (estrada atualmente representada pela Rua Domingos de Morais em nosso recorte) e que em torno de 1850 havia uma nova nomenclatura pela qual o bairro era conhecido, Cruz das Almas, originada de uma história que circulava sobre dois irmãos tropeiros assassinados nas proximidades da Rua Afonso Celso. “Esse crime fora atribuído a quilombolas ou assaltantes de estrada já há dézenas de anos passados” (Ibid., p. 26).



SÃO PAU

CHÁCARAS, SÍTIOS E FAZENDAS, AO REDOR DO CENTRO

(desaparecidas com o crescer da cidade)

da iniciativa privada, enquanto o poder público promovia as ligações das áreas loteadas com a cidade ao redor (*ibidem*).

Anos depois, em 1895, é sancionada a lei nº 370 criando o distrito de paz da Villa Marianna²⁹, no qual conhecemos o distrito numa extensão diversa da atual. Tamanha a sua abrangência, as divisas se davam na Avenida Paulista, no Rio Ipiranga, nas antigas vilas de São Bernardo e de Santo Amaro e na Estrada Nova para Santo Amaro (atual Avenida Brigadeiro Luiz Antônio). Em janeiro de 1896, foi criado o Cartório e Registro Civil da Vila Mariana (MASAROLO, 1971).

Tratando da primeira ocupação massiva no bairro, o marco inicial foi a chegada da Cia. Carris de Ferro da Capital a Santo Amaro (1886-1900) e do Matadouro Municipal (1887-1927), os quais rapidamente se configuraram como catalisadores do desenvolvimento. Para Carvalho (2016, p. 58), “impulsionaram a urbanização da região, atraindo atividades fabris e comerciais dependentes da matança de gado, o que provocou a vinda de trabalhadores e moradores, motivando, consequentemente, a construção de moradias”. O Matadouro Municipal acabara de ser transferido da Liberdade devido ao crescimento da urbanização a partir do perímetro central, visto que suas atividades eram incompatíveis com o ambiente urbano, envolvendo fluidos e odores característicos.

Ao lado do matadouro, pouco tempo depois foi construído também o curtume, de onde saia um córrego de água sempre tinta de sangue (o Córrego do Sapateiro). Nas imediações e sobre o prédio do matadouro sempre havia muitos urubus. Como se pode imaginar, em toda aquela área sentia-se o mau cheiro proveniente do matadouro e do curtume. (MASAROLO, 1971, p. 43)

Assim, é clara a distinção dessa região rural frente ao perímetro urbanizado no início do século xx, ao mesmo tempo que a infraestrutura do Matadouro fixava um pólo de trabalho e o trem de ferro, um pólo de transporte, os quais não existiam antes. “Nessa época foram feitos projetos para outras linhas do mesmo porte, buscando ligar o Centro com algumas áreas então periféricas, visando provavelmente aumentar a aces-

²⁹ Artigo 2.o – As divisas do distrito de paz de Vila Mariana serão as seguintes: começando na Avenida Paulista, no ponto em que esta é cortada pela estrada de Santo Amaro, seguirão pela mesma Avenida e rua do Paraíso até o fim desta, dai por uma reta até a casa da pólvora; desta até o rio Ypiranga, em direção ao Monumento; deste ponto, pelo mesmo rio Ypiranga abaixo até sua confluência no rio Tamanduatehy; por este rio acima até encontrar a linha divisória com o município de S. Bernardo; por essa linha e pela que divide o município de Santo Amaro até a estrada que desta capital vai à vila do mesmo nome; e por esta estrada até a Avenida Paulista, no ponto de partida. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. LEI N. 370, DE 3 SETEMBRO DE 1895: Cria o distrito de paz de villa Marianna. São Paulo, SP: Secretaria dos Negócios do Interior, 1895. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1895/lei-370-03.091895.html>. Acesso em: 14/12/2020.)

sibilidade de futuros loteamentos” (REIS FILHO, 2004, p. 116-117), ou seja, o trem sinlizava valorização e ocupação iminentes do bairro. Além disso, os postos de trabalho para a população negra da época eram poucos e dentre eles, o trem trazia consigo uma oportunidade:

As possibilidades limitadas de trabalho para negros estendiam-se também às mulheres: serviço doméstico, a lavagem de roupas para fora, a quitanda, agora também limitada pela concorrência das imigrantes portuguesas e italianas [...]. Para os homens, a situação era ainda mais difícil - carregador ou troca-trilhos na Estrada de Ferro, praça da Cia. de Urbanos (motorneiro ou cobrador de bonde), servente de pedreiro. (ROLNIK, 1997, p. 74)

A substituição do trem pelo bonde elétrico não demorou a chegar: a *São Paulo Tramway, Light and Power Company* adquire e extingue a linha ferroviária, inaugurando a Estação de Bondes da Vila Mariana em 1911 (desativada somente em 1968). Assim, a Vila Mariana representava ao mesmo tempo o perímetro suburbano de São Paulo e um vetor de expansão futura da cidade pelas atividades que ela mobilizava, notoriamente fluxos de cargas e de pessoas numa região considerada longínqua. Posteriormente, a desativação do Matadouro em 1927 reconhece um novo paradigma: a urbanidade da Vila Mariana se torna inevitável e demanda novo olhar sobre aquele lugar.

A leitura cartográfica local foi ferramenta para identificar como aquele território chegou nesse estágio e quando ele começou a tomar forma de cidade, pergunta que levou primeiro à seleção da Planta da Cidade de São Paulo de 1914³⁰ (figura 23). Essa planta foi considerada representativa do arruamento mobilizado pelo Matadouro e pelas linhas de bondes elétricos, contendo também legenda de fábricas instaladas, que não eram poucas. Segundo Fernandes (2018), as indústrias de maior destaque naquele momento foram: Cervejaria Guanabara/Brahma (1885-1995), Fábrica de Fósforos Société Financière Française Brésilien (1887-1920) e Société Anonyme des Chocolats Suisses/Lacta (1912-1957).

Na prática, o mapa mais antigo que nomeia a Vila Mariana e traz algum arruamento na região é a Planta Geral da Capital de São Paulo de 1897³¹ (figura 24), entretan-

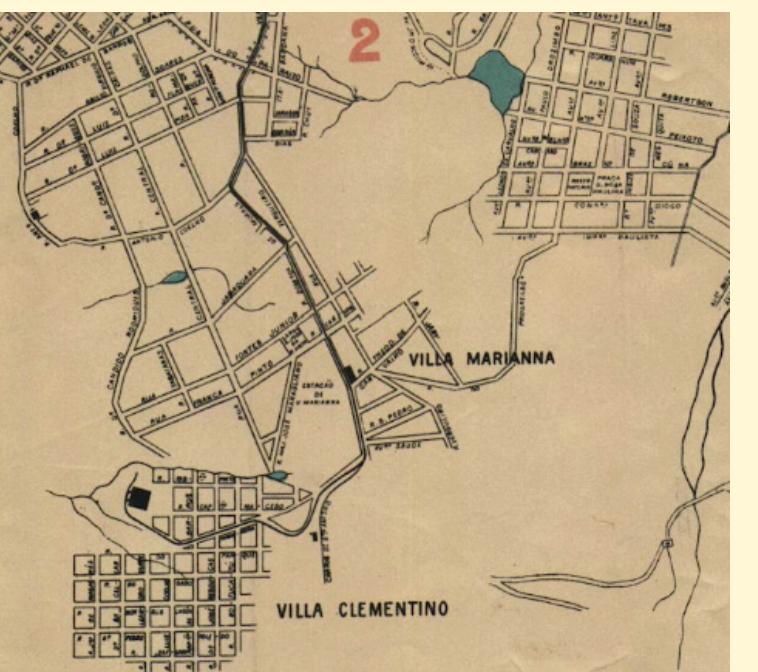
³⁰ INSTITUTO GEOGRÁFICO E GEOLÓGICO (SP). *Planta geral da cidade de São Paulo com indicações diversas*: organizada pela Comissão geographica e geológica engº João Pedro Cardoso : chefe. São Paulo, SP: Secção Cartographica, Duprat e Cia, 1914. 1 mapa, col., 74 x 104. Escala 1:20.000. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div/cartografia/cart520447/cart520447.html. Acesso em: 19 de ago. de 2021.

³¹ PLANTA geral da capital de São Paulo de 1897: Organizada sob a direcção do Dr Gomes Cardim: Intendente de Obras. São Paulo, SP: Comissão do IV Centenário, 1954. 1 mapa, co., 600 x 845 mm. Escala 1:20.000. Disponível em: <http://www.arquiamigos.org.br/info/info20/i-1897.htm>. Acesso em: 19 de ago. de 2021.

Figura 23 - Planta da Cidade de São Paulo de 1914 destacando eixos e núcleos estruturais na urbanização da Vila Mariana, bem como pontos de referência na cidade. Adaptado pela autora.

to, ela não traz um aspecto que consideramos decisivo para o recorte do meu avô. O avanço da urbanização lindeira à Rua Domingos de Morais (antigo Caminho do Carro) é marco da chegada da cidade formal e da infraestrutura pública na área, e se conformará como eixo de urbanização às imediações da Rua Bela Flor. Portanto, considerou-se necessário fixar um referencial de certo avanço nesse aspecto, quesito que a Planta de 1897 não satisfaz porque não apresenta nem a extensão total da Domingos de Morais.

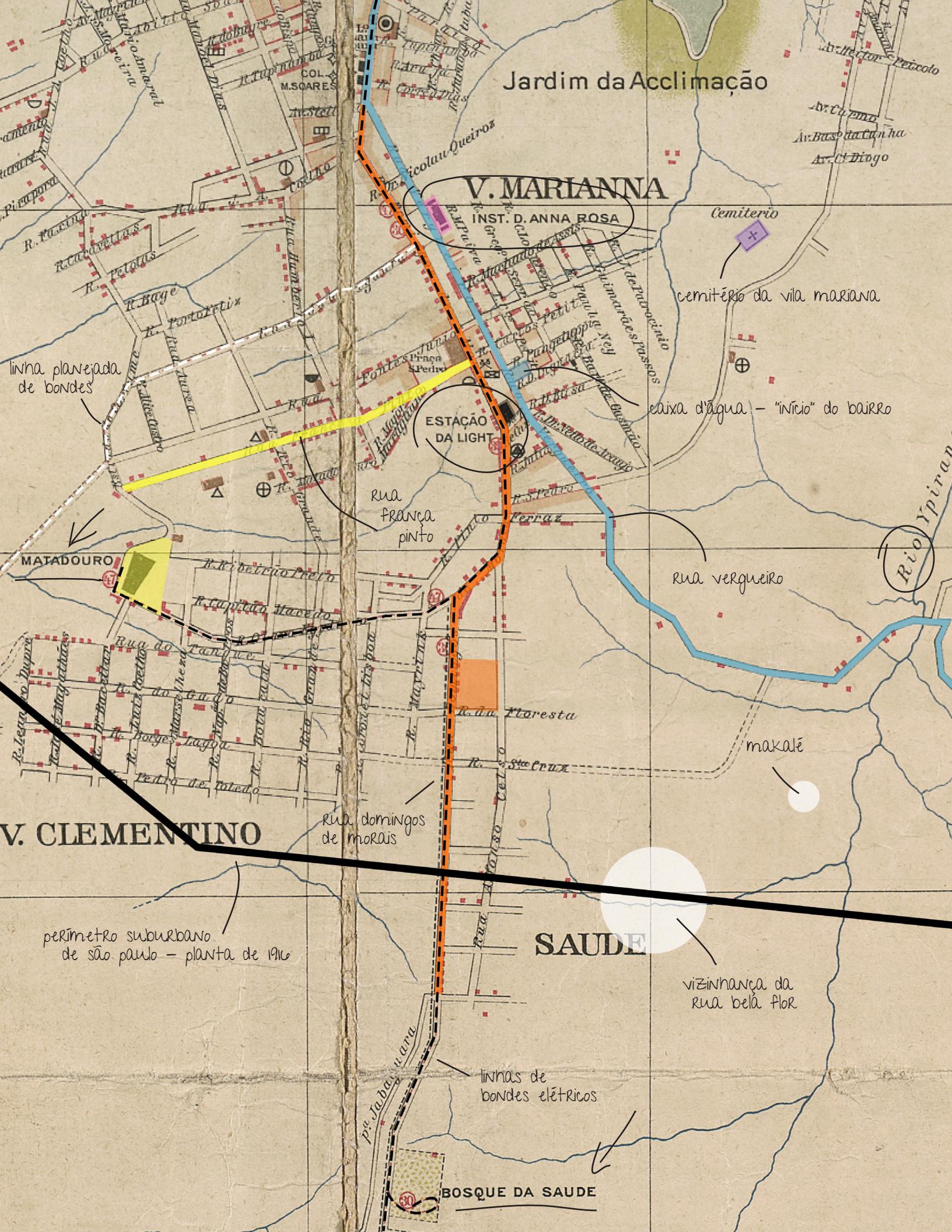
Figura 24 - Recorte da Planta de 1897 só identifica nominalmente a Vila Mariana e a Vila Clementino, possivelmente sinal de apresentação inédita dos bairros em suporte cartográfico.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal (SP).

Em 1914, observa-se urbanização significativa nas imediações do Matadouro: ao sul, a área denominada V. Clementino é claramente ordenada em quadrículas; ao norte, a área denominada V. Marianna, organizada do mesmo modo porém com inflexões notáveis. Comparando as áreas como dois núcleos distintos, a inflexão entre elas demonstra o obstáculo hidrográfico, a várzea do “Córrego do Sapateiro, Cortume ou Matadouro”³², visível na planta pelo vazio proeminente acima do Matadouro (entre as ruas Ribeirão Preto e Matadouro). Por outro lado, direcionando o olhar para a área “V.

32 Nomenclatura presente na Planta da Cidade de São Paulo de 1916.



Marianna", observa-se inflexões no próprio desenho das ruas transversais, as quais se desenvolvem paralelamente a outro córrego, o "Boa Vista ou Caguassú"³³. Configuração semelhante pode ser constatada na extremidade direita da Rua Fontes Júnior, onde se soma o Córrego Aclimação³⁴ ao padrão.

A Rua França Pinto está destacada no mapa porque foi a primeira rua pavimentada do bairro³⁵, alinhada ao funcionamento do Matadouro. Outros eixos estruturais foram a Estrada do Vergueiro (atual Rua Vergueiro), Fontes Júnior (atual Joaquim Távora), os largos Ana Rosa (entrancamento de bondes) e do Matadouro (atual Lg. Senador Raul Cardoso), e as ruas Domingo de Morais e Sena Madureira, onde existiu a antiga linha do trem, em 1914 já substituída pelos bondes elétricos. A Rua Sta. Cruz aparece pontilhada na maior parte de sua extensão, podendo significar que ela estava em processo de consolidação. Dentre núcleos estruturais do bairro, o Instituto Dona Ana Rosa, a caixa d'água onde se alega ter iniciado a ocupação do bairro (VILA, 2009) e as estações de bondes elétricos da Light, destacadamente as estações 47 - Matadouro, 39 - P. Grande Vila Marianna e 30 - Bosque da Saúde (figura 25). Esta última, pode ser visitada de modo vívido através do seguinte relato sobre o Bosque:

Era em 1918-1920 o passeio público muito frequentado pelos paulistanos que poucos locais tinham para passar o domingo. Foi estabelecida pela Light uma linha de bondes direta que partindo do largo da Sé de hora em hora ia até esse logradouro. Localizado entre as atuais avenidas Bosque da Saúde e Água Funda era formado de grande extensão de mata com caminhos em todas as direções dentro dela. Velhas árvores com cipós pendendo e parasitas eram o encanto do visitante e também uma festa para as crianças que se balançavam nos cipós e trepavam nas árvores menores.

Nas clareiras encontravam-se ranchos toscos feitos com paus e cipós, cobertos com folhas de coqueiro e nas baixadas encontravam-se pequenos córregos de água fresca.

Na parada do bonde, com balão de volta dentro do próprio bosque, bar e cavaleiros de pau girando dentro de um grande galpão completavam a alegria dos visitantes. (MASAROLO, 1971, p. 90)

³³ Ibid.

³⁴ Nomenclatura encontrada no artigo do Prof. Dr. Vladimir Bartalini, "Córregos ocultos em São Paulo", apresentado ao I Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - I(ENANPARQ, 2010). Disponível em: <http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq/simposios/18/18-206-1-SP.pdf>. Acesso em: 28/10/2021.

³⁵ A condição rural da Vila persistiu nas primeiras décadas do século xx; havia campos, córregos, boiadas e apenas uma rua era pavimentada, a Rua França Pinto, por conta do Matadouro (VILA, 2009).

Figura 25 - Recortes da Planta da Cidade de São Paulo de 1914 mostrando as estações de bondes.



Fonte: Instituto Geográfico e Geológico (SP).

Pela análise do conjunto, entende-se que a ocupação do "Pedaço do vô Pedro" não ocorre naquele momento, visto que a urbanização à direita da Rua Domingos de Morais traz pouco desenho urbano - notadamente, o início da Rua Sta. Cruz em linhas pontilhadas. Foram destacadas a área aproximada das casas construídas futuramente pelo meu avô e o ponto que compreenderia o final da Rua Jorge Tibiriçá, ou *Makalé*, no qual sabe-se ter havido predominância de moradores negros e pardos em torno de 1930 (MASAROLO, 1971). Além disso, a sobreposição nessa planta de informação do perímetro suburbano proveniente da Planta de 1916³⁶ (figura 26) demonstra que a área analisada está bem na fronteira entre a cidade e a ruralidade. Tal compreensão se fortalece com o relato da minha mãe, que nasceu em 1965 e se recorda de quando a Rua Bela Flor foi asfaltada, quando ela tinha em torno dos 9 anos de idade.

Assim, a desativação do Matadouro em 1927 não significa que a ruralidade do bairro se "extinguiu" igualmente, ainda mais se tratando do "Pedaço do vô Pedro" - fronteira com o atual distrito da Saúde. Essa constatação se aplica, além da pavimentação de ruas, a infraestruturas como a rede de luz elétrica e de esgotos.

³⁶ PLANTA da Cidade de São Paulo: Levantada pela Divisão Cadastral da 2ª Secção da Diretoria de Obras e Viação da Prefeitura Municipal. São Paulo, SP; Rio de Janeiro, RJ: Secção Cartographica da Comp. Lith. Hartmann-Reichenbach, 1916. 1 mapa, col., 102,4 x 68,9. Escala 1:20.000. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Planta_da_Cidade_de_S%C3%A3o_Paulo_Levantada_pela_Divis%C3%A3o_Cadastral_da_2%C2%AA_Sec%C3%A3o_C3%A3o_da_Diretoria_de_Obras_e_Via%C3%A7%C3%A3o_da_Prefeitura_Municipal - 1_Acervo do Museu Paulista da USP.jpg. Acesso em: 06/09/2021.



Figura 26 - Mapa da Cidade de São Paulo de 1916 destacando em amarelo o perímetro central, em vermelho o perímetro urbano e em preto o perímetro suburbano; duas transparências brancas indicam o recorte estudado: a mais escura indica a área destrinchada, a mais clara demonstra um raio de interesse para contextualização do estudo. Fonte: Acervo do Museu Paulista - USP; adaptado pela autora.

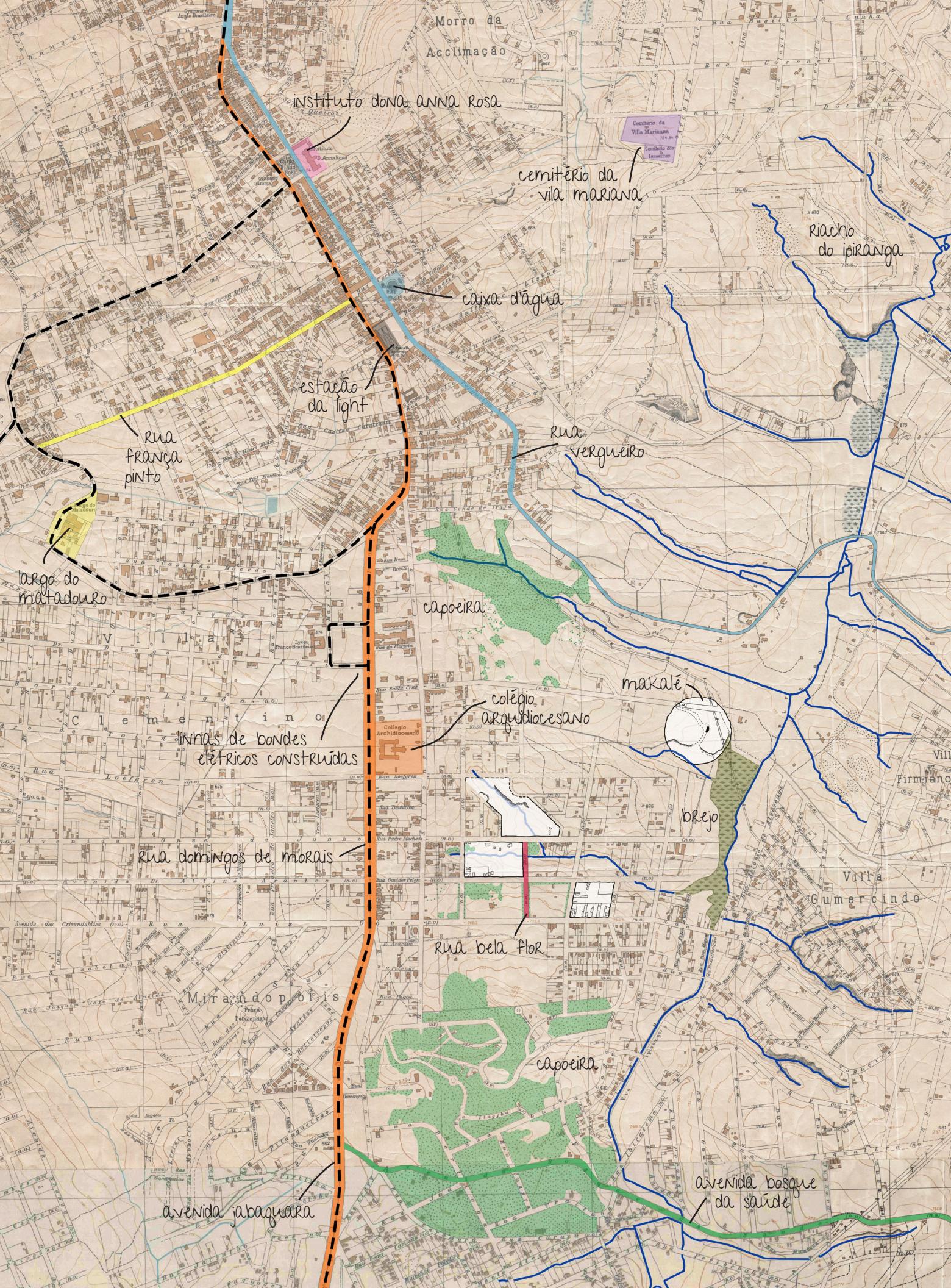
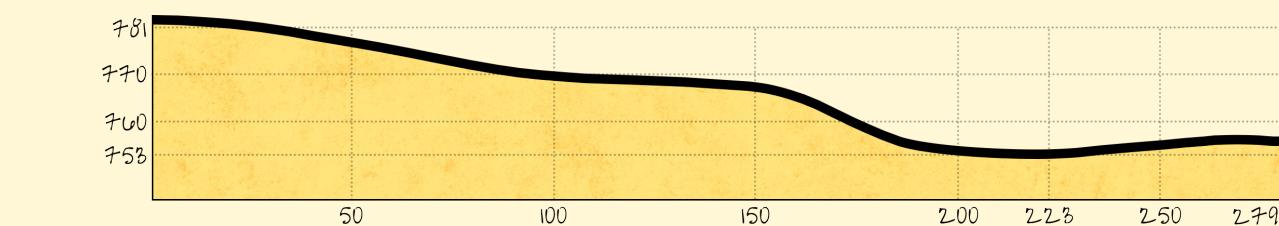


Figura 27 - Mapeamento SARA BRASIL de 1930. Quadras desenhadas - Makalé (área redonda) e quadras onde meu avô construiu, de cima para baixo: Rua Izar, Rua Bela Flor (destacada em rosa) e Rua Ouvidor Peleja. Fonte: CESAD/FAU-USP; adaptado pela autora.

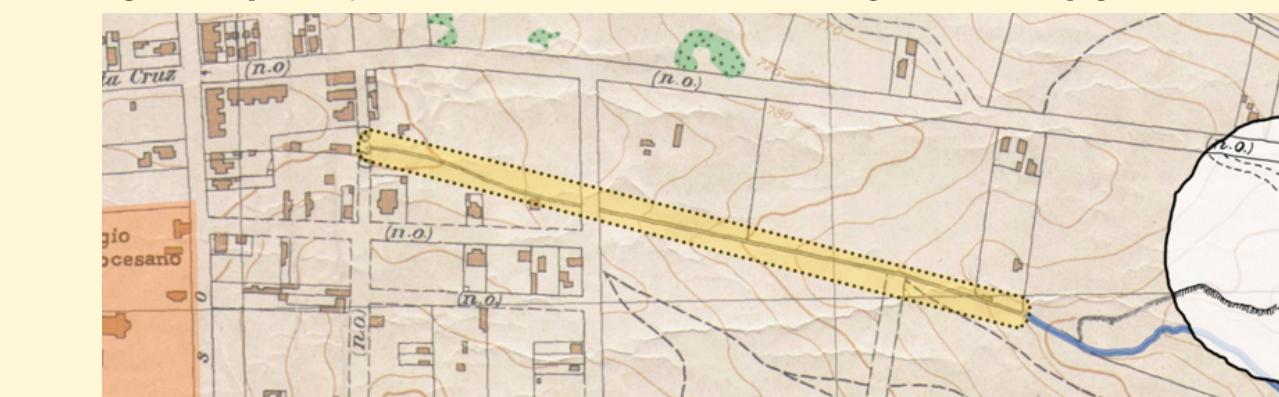
Nosso referencial seguinte, o levantamento SARA Brasil³⁷, de 1930, (figura 27), também traz esse descompasso da urbanização na área de interesse, corroborando para a leitura de que era um terreno desvalorizado por motivo físico naquela primeira metade do século xx. Com a disponibilização de legendas sobre topografia, vegetação e ruas não oficiais, o motivo da ocupação “tardia” em relação ao núcleo do Matadouro pareceu se confirmar. Com a somatória da topografia, é reconhecida a conformação de um vale particularmente acidentado ali, como sugere o próprio aclive da Rua Bela Flor (figura 28). A complicação de urbanizar área dessa qualidade deve ter repelido os promotores de moradias no primeiro momento, situação que começava a mudar em 1930 porque o bairro apresentava expansão inicial para a área.

Figura 28 - Perfil topográfico da Rua Bela Flor.



Fonte: Google Earth; adaptado pela autora.

Figura 29 - Representação de valo na altura entre as ruas Sta. Cruz e Loefgren demonstra topografia acentuada.



Fonte: CESAD FAU-USP; adaptado pela autora.

³⁷ SARA BRASIL. *Mappa Topographico do Municipio de São Paulo*: executada pela empreza SARA BRASIL S/A, pelo methodo Nistri de aerophotogrammetria, de accordo com o contracto lavrado em virtude da Lei N.º 3203 de 1928, quando Prefeito o Smo. Dr. JOSÉ PIRES DO RIO, sendo Director de Obras o engenheiro ARTHUR SABOYA. São Paulo, SP. Prefeitura Municipal de São Paulo, 1930. 1 mapa, col. Escala 1:5000. Disponível em: http://www.cesadweb.fau.usp.br/index.php?option=com_content&view=article&id=210163:vaspcruzeirogeorreferenciado&catid=278:municipio-sao-paulo-mapas-pdf-imagens&Itemid=1448. Acesso em: 27 de set.de 2021.

Figura 30 - Antigo reservatório de detenção de águas no Córrego do Sapateiro, onde hoje há casas construídas; em destaque amarelo, o desenho do quarteirão onde ficava o piscinão.



Fonte: CESAD FAU-USP; adaptado pela autora.

Figura 31 - Recorte que corresponde ao Makalé (MASAROLO, 1971). Destaca-se a proximidade com o curso do Ipiranga, um brejo e o valo previamente destacado.



Fonte: CESAD FAU-USP; adaptado pela autora.

A hidrografia traz aspectos novos em 1930, seja pelo emprego de estratégias do desenho urbano, seja pelo grau de detalhes alcançado na aerofotogrametria³⁸. O desenho do Córrego do Sapateiro não é o mesmo: claramente passou por intervenção humana e deságua num piscinão (figura 30) locado num quarteirão grande e disforme, repleto de vielas sem saída e lotes estreitos e compridos³⁹. Há também representações de interrupções do curso superficial dos córregos, destacadamente na Travessa Bela Flor e outras ruas não-oficiais na área que denominamos “Pedaço do vô Pedro”. Além disso, contamos com a legenda inédita de brejos, a qual identifica um brejo que acompanha o curso do Rio Ipiranga nessa mesma área.

Em 1914, foi observada a ausência generalizada de ruas na área à direita da Domingos de Morais; agora, existe uma predominância de ruas não-oficiais (legenda n.o.) na mesma área, que nos informa ocupação se efetivando por ali. Há também a representação pontilhada de ruas mal definidas, destacadamente onde havia o Makalé (figura 31) nos anos 1930. Conhecido por abrigar população negra, o Makalé toma forma diante dos nossos olhos neste mapa: tratava-se de área plana próxima a uma linha de alta tensão e ao brejo do Rio Ipiranga, onde havia uma única edificação numa ramificação mal definida da Rua Sta. Cruz (trecho não-oficial dela, inclusive).

A linha de alta tensão sofre inflexão um pouco acima do Makalé e segue acompanhando o curso de um afluente do Rio Ipiranga praticamente até o encontro das ruas Domingo de Morais e Sena Madureira. Nesse curso, também se destaca a legenda de capoeiras, vegetação que domina toda a área delimitada pelas ruas Vergueiro, Santa Cruz (em suas extensões oficial e não-oficial), Afonso Celso (paralela à Domingos de Morais) e Conde de Irajá (figura 33).

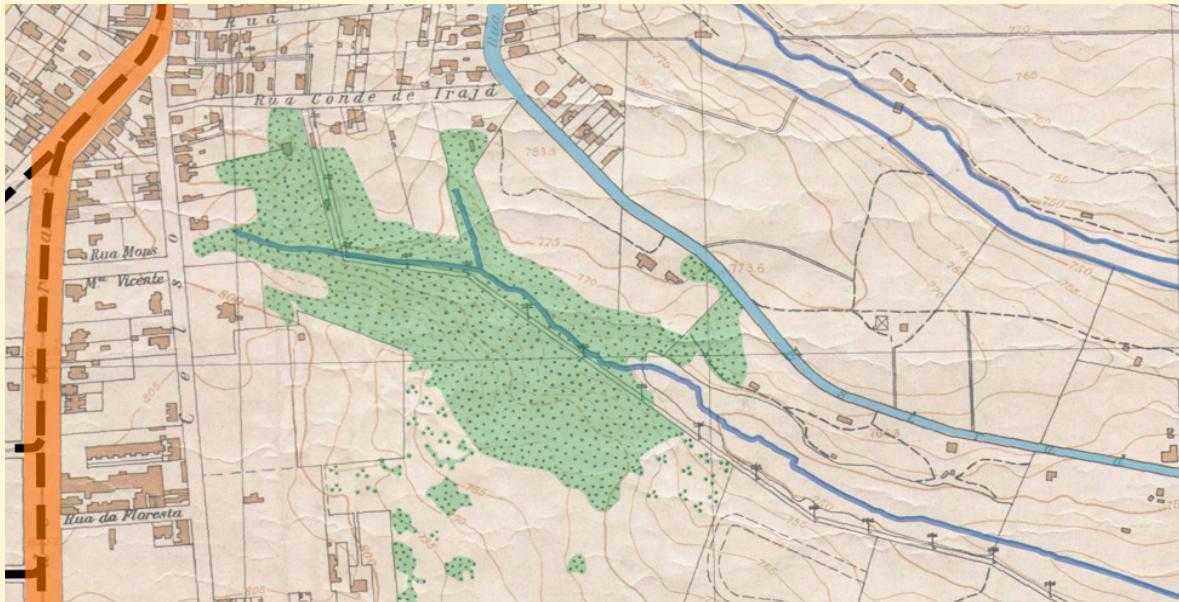
Essa legenda nos fala do passado rural da Vila Mariana, primeiro com as chácaras e depois com o Matadouro - recentemente desativado - que abrigava atividade atrelada à passagem de boiadas pelo seu entorno (MASAROLO, 1971). O nome capoeira identifica:

[...] uma vegetação secundária composta por gramíneas e arbustos esparsos, que cresce após a derrubada da vegetação original. O termo, oriundo do tupi, designa o mato que nasceu no lugar de vegetação cortada. Significa, literal-

³⁸ [...] que consiste num mapeamento feito a partir de fotos áreas”. Prefeitura disponibiliza mapa histórico de 1930 no Geosampa. 20 de abr. de 2016. GESTÃO URBANA. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/noticias/prefeitura-disponibiliza-mapa-historico-de-1930-no-geosampa/>. Acesso em: 20/10/2021.

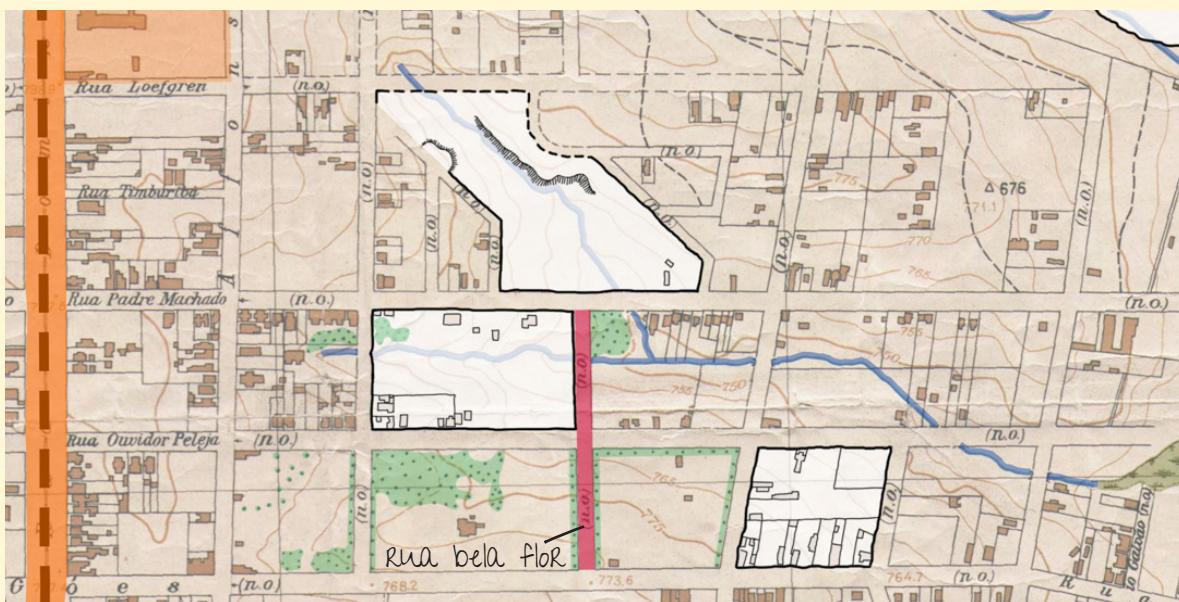
³⁹ Por aqui passa o Córrego do Sapateiro. PEDAÇO DA VILA. 29 de set de 2020. Disponível em: <https://pedacodavila.com.br/geral/por-aqui-passa-o-córrego-do-sapateiro/>. Acesso em: 28/10/2021.

Figura 33 - Presença significativa de capoeiras na região acima do “Pedaço do vô Pedro”.



Fonte: CESAD FAU-USP; adaptado pela autora.

Figura 34 - Vizinhança “não-oficial” no entorno da Ouvidor Peleja e da Bela Flor, com presença de capoeiras.



Fonte: CESAD FAU-USP.

mente, “mato do passado”, de ka’á (“mato”) e uera (“do passado”). A capoeira se dá principalmente em áreas de atividade agrícolas, em especial áreas de pastagem. Por sofrer desgaste causado pelo homem não é considerada uma floresta primária.⁴⁰

Havia ainda capoeiras em menor peso em trecho não-oficial da Rua Ouvidor Peleja e no quarteirão da Bela Flor, inteiramente não-oficial em 1930. Apesar disso, a observação dessa vizinhança (figura 34) mostra um desenho consolidado e uma ocupação edilícia diversa com algumas casas em lotes demarcados e outras simplesmente soltas no quarteirão. A observação da topografia, representada de 5 em 5 metros nesse material, é marcante nos quarteirões entre as ruas Padre Machado e Ouvidor Peleja, por onde passa também um afluente do Ipiranga. O levantamento SARA Brasil (1930) também traz legenda de matas, que supõe se referir a vegetação primária, porém esta não foi identificada em nosso recorte.

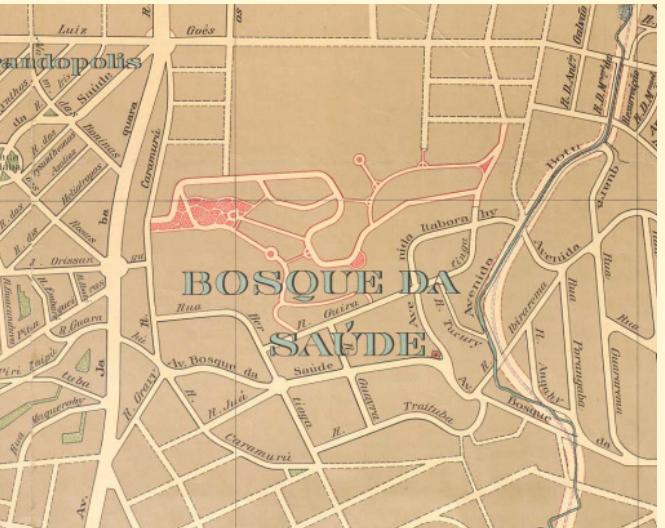
No limite sul do nosso recorte, o Bosque da Saúde não é mais aquele lugar distante e “intocado” que dava “a impressão aos visitantes de estar dentro de uma mata virgem” (MASAROLO, 1971, p. 90): agora há uma notável rede de ruas oficiais e de ruas projetadas⁴¹ (figura 35) ou oficializadas não recebidas⁴² (figura 36). Nessa época, a passagem do bonde já se estendia até o Jabaquara e a antiga parada final, Estação do Bosque da Saúde, não havia permanecido da maneira que era em 1914. A vegetação no Bosque é representada como capoeira, o que corrobora para o relato de Masarolo que a vegetação ali só aparentava ser virgem, tendo já sofrido intervenção humana anteriormente (como a própria presença da linha de bondes sugere).

⁴⁰ Capoeira. Wikipédia. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Capoeira_\(vegetação\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Capoeira_(vegetação)). Acesso em: 21/20/2021.

⁴¹ Legenda presente na Planta da Cidade de S. Paulo de 1929. (PLANTA da Cidade de S. Paulo. São Paulo, SP; Rio de Janeiro, RJ: Ypiranga, 1929-1930. 1 planta em 4 seções, col., cada seção 100 x 102. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart173928/cart173928.html). Acesso em: 19/08/2021.)

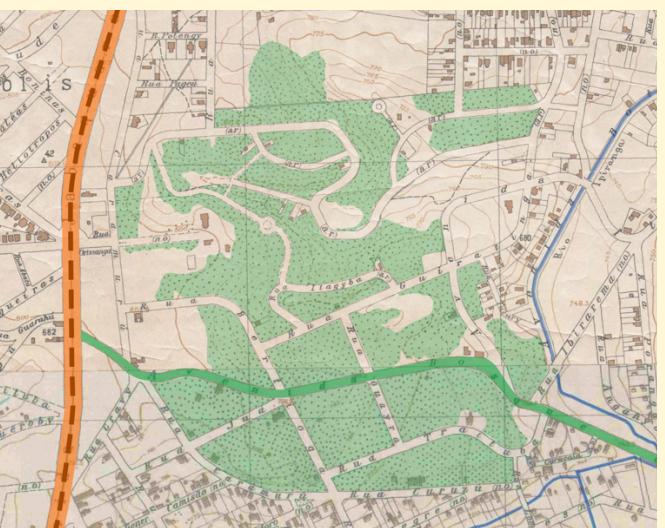
⁴² Legenda presente no levantamento SARA BRASIL, de 1930.

Figura 35 - Bosque da Saúde em 1930 (Planta de Cidade de S. Paulo): ruas oficiais em linha cheia preta e projetadas em linha vermelha, no limite sul do nosso recorte de interesse.



Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

Figura 36 - Bosque da Saúde em 1930 (SARA BRASIL): ruas oficializadas não recebidas com legenda a.r.



Fonte: GeoSampa

Aliás, a linha de bondes como um todo havia aumentado de extensão e na Vila Mariana houve ainda a realocação da linha para Santo Amaro em relação ao previsto em 1914. Naquele mapa, havíamos representado a expansão futura desta linha, que se ramificaria da Rua Domingos de Moraes, passando pela Rua Jabaquara, Estrada do

Curtume e “Para Sto. Amaro” (atual Avenida Ibirapuera). Aqui, essa linha é construída efetivamente numa paralela acima da Rua Morgado Matheus (antiga Rua Jabaquara), a Avenida Conselheiro Rodrigues Alves, e segue pela Rua Tangará (antiga Estrada do Curtume) e depois pela mesma via “Para Sto. Amaro” (neste mapa, nomeada simplesmente *Tramway de Sto. Amaro*).

Avançando 24 anos, chegamos ao levantamento VASP Cruzeiro⁴³ (figura 37), de 1954, nosso terceiro referencial que apresenta a urbanidade consolidada no “Pedaço do vô Pedro”, onde finalmente aparecem construídas as casas da Bela Flor e da Ouvidor Peleja. Esse mapa traz vias já conhecidas e vias novas: as conhecidas Ouvidor Peleja e Padre Jorge Machado, ruas agora totalmente oficializadas, e as agora oficiais e nomeadas Rua Jorge Tibiriçá, Rua Juréia, Rua Izar, Travessa Jorge Tibiriçá (atual Rua Joel Jorge de Melo) e Travessa Bela Flor (antiga Travessa Terceira⁴⁴). Não há mais ruas não-oficiais no “Pedaço do vô Pedro” e é nesse território consolidado que ele está a dois anos de constituir sua família de segundas núpcias.

O desenho deste mapa é visivelmente mais “preenchido” que os anteriores e nos leva a identificar diversos fragmentos de tessituras urbanas pelo território que foram costuradas juntas através do tempo e se apresentariam como uma massa uniforme ao primeiro olhar desatento. Trata-se então de notar o traçado em quadrículas abraçando certas áreas de traçado “atarracado”, onde as linhas tomam direção diversa do entorno e parecem ser condicionadas por topografia circunstancial. Os traços que já existiam em 1914 e 1930 são facilmente identificáveis e destacadamente regulares, enquanto novos “preenchimentos” no mapa dotam o território de maior diversidade de desenho e ocupação.

A comparação entre o “Pedaço do vô Pedro” e a Vila Clementino, território no lado oposto da Domingo de Morais, pode demonstrar essa condição. Enquanto a Vila Clementino é conformada por uma malha ortogonal clara, relativamente uniforme e em estado de ocupação avançado, a região do vô tem formatos particulares, como no quarteirão da Rua Izar, e persiste a grande área não ocupada próxima ao afluente do

43 VASP CRUZEIRO. Levantamento aerofotogramétrico executado por Vasp Aerofotogrametria S/A e Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul S/A: fotografias tomadas em janeiro de 1954, autorizado pela lei N.º 4104/51, iniciado na gestão do prefeito Armando de Arruda Pereira (1952-1959). São Paulo, SP: Prefeitura Municipal de São Paulo, 1954. 1 mapa, col. Escala 1:2.000 Disponível em: <http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/SBC.aspx#> Acesso em: 04 de out. 2021.

⁴⁴ Que consta como seu nome antigo em registro de novembro de 1955 na transcrição do imóvel e ainda era seu nome efetivo na carteira de caça do meu avô, de abril de 1950.

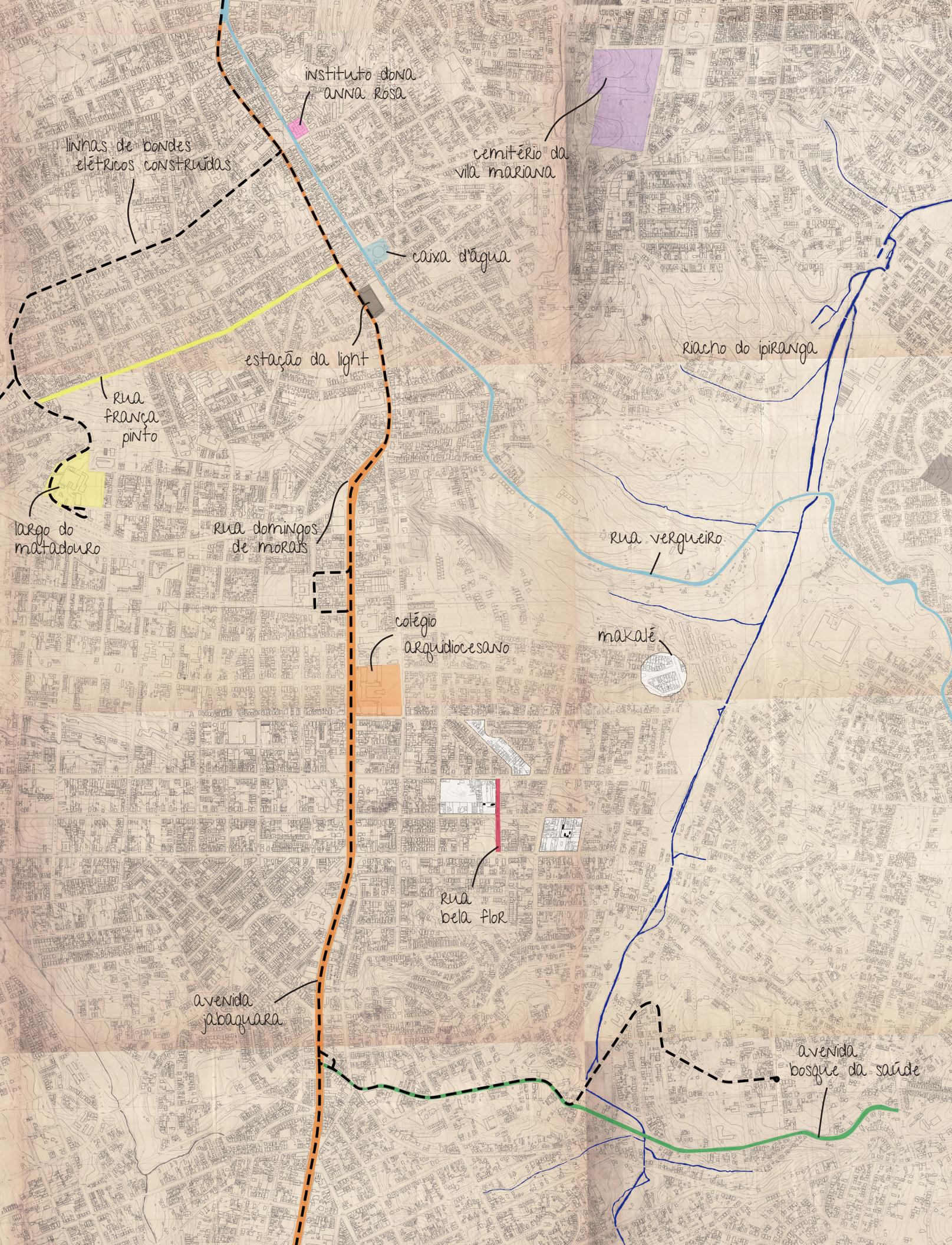


Figura 37 - Mapeamento VASP Cruzeiro, de 1954. Quadras desenhadas - Makalé (área redonda) e quadras onde meu avô construiu, de cima para baixo: Rua Izar, Rua Bela Flor (destacada em rosa) e Rua Ouvidor Peleja. Fonte: CESAD/FAU-USP; adaptado pela autora.

Ipiranga e à Rua Vergueiro. Além disso, ele apresenta vias com inflexões mais pronunciadas que corroboram para a ideia do desenho urbano se adequar conforme condições físicas pré-existentes.

Na Travessa Bela Flor, observam-se quebras no padrão de loteamento em contraste à regularidade nos quarteirões do entorno, como na Rua Izar logo acima, que são conformados por lotes ortogonais ao sentido das ruas. Ali na Bela Flor essa regularidade dá lugar a lotes inclinados, por vezes excessivamente compridos, e o quarteirão do meu avô se destaca também porque contém tipologias diversas (figura 38). A casa solta no lote (casa do meu avô), as casas em série que são geminadas sem grandes recuos laterais e o conjunto de habitações dispostas num lote comprido e acessadas somente pela lateral - um cortiço; todas estão presentes num mesmo quarteirão.

Figura 38 - Quarteirões delimitados pela Travessa Jorge Tibiriçá (atual Rua Joel Jorge de Melo), Rua Padre Machado, Travessa Bela Flor, Rua Juréia e Rua Ouvidor Peleja.



Fonte: GeoSampa.

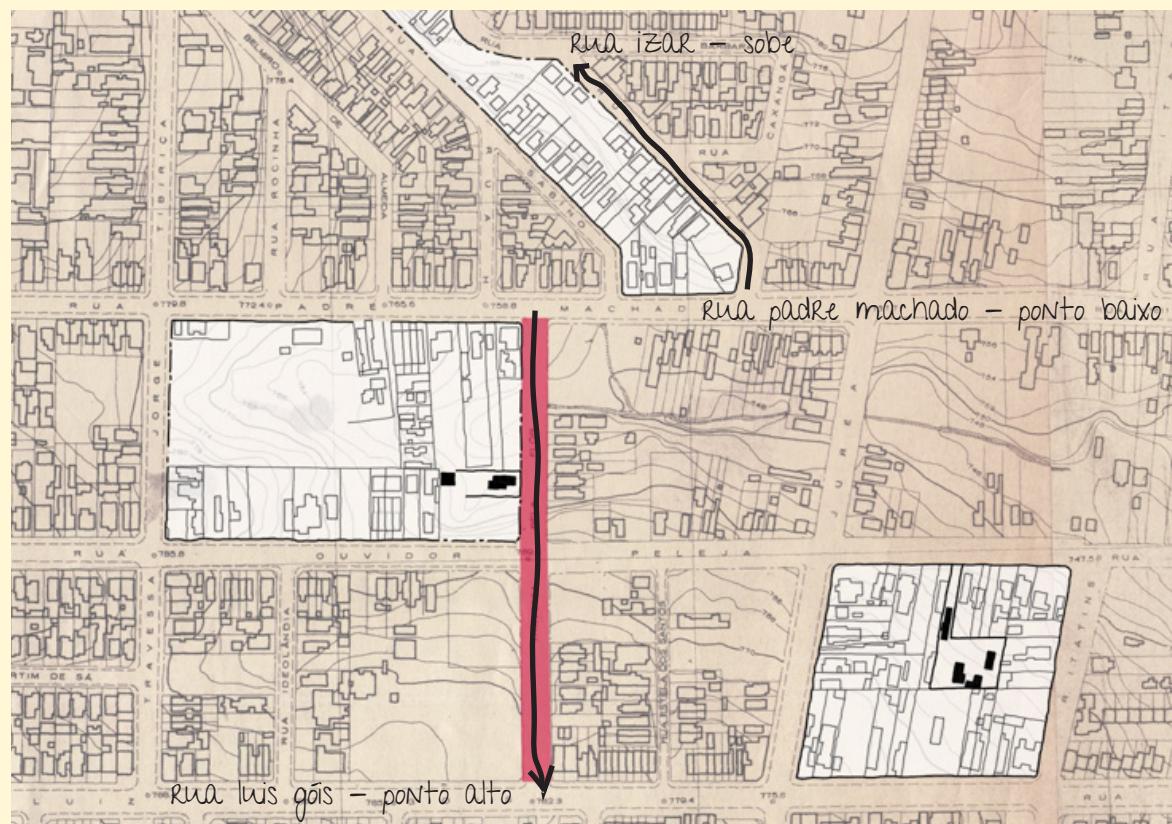
O quarteirão oposto também apresenta configuração irregular: os lotes são ainda mais inclinados e alguns deles não possuem linha de fundo. A quantidade de cotas de nível é demarcada de 2 em 2 metros e ambos os quarteirões possuem quantidade considerável de cotas em relação aos seus vizinhos da esquerda (mais próximos à Rua Domingos de Morais), densos e ocupados anteriormente. Essa característica se repete

nos demais quarteirões à direita até a várzea do Ipiranga, cuja área de brejos apontada pelo SARA ainda é um vazio não ocupado neste mapa.

Considerando percurso de interesse o caminhamento Rua Luiz Góis - Travessa Bela Flor - Rua Izar, a topografia se comporta da seguinte forma: ao sul, a Rua Luiz Góes é ponto alto e então seguindo pela Bela Flor há uma descida brusca até a Padre Machado e na Izar o terreno sobe novamente (figura 39). O trecho que se destaca é certamente a Bela Flor, especialmente no quarteirão entre a Ouvidor Peleja e a Padre Machado que tem o maior acidente do percurso (figura 40) e minha mãe não lembra de haver alagamentos pela vizinhança, hipótese que parecia possível devido à proximidade com o brejo do Ipiranga. Na realidade, meu avô parecia estar muito bem informado sobre as qualidades daquele terreno porque a tia Cláudia lembra de ele falar que nunca compraria terreno na Avenida Ricardo Jafet ou na Abraão de Moraes porque ali "era tudo brejo"

- informação que se confirmou no mapeamento SARA.

Figura 39 - Topografia no caminhamento Rua Luiz Góis - Travessa Bela Flor - Rua Izar.



Fonte: GeoSampa; adaptado pela autora.

Figura 40 - Trecho de descida acentuada na Bela Flor.

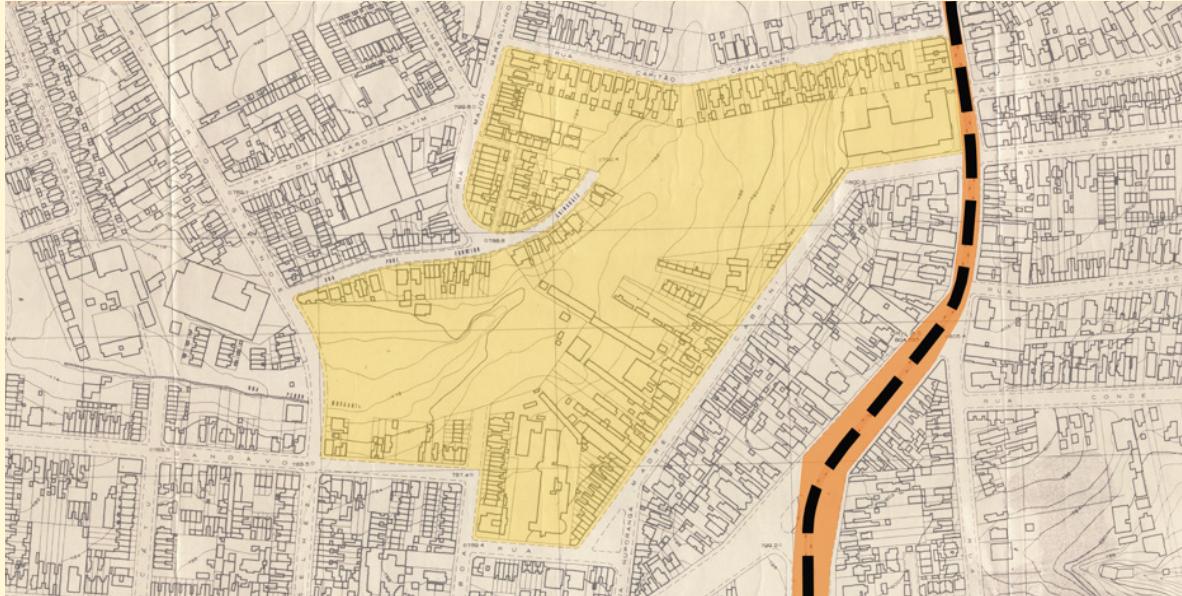


Fonte: Google Street; adaptado pela autora.

Outro dado curioso é a recorrência da classificação "travessa" no quarteirão do meu avô, que no futuro dará lugar à "rua". Essa mudança expõe certa "ascensão social" das vias porque as travessas são historicamente vias ignoradas, nas quais habitualmente há fundos de lotes e priorização da evacuação de águas - a "cara" de um lugar habitualmente não é a travessa. Pode-se ver isso inclusive na extensão inexpressiva da Bela Flor, entretanto a casa do meu avô sempre esteve voltada para ela e não era a única a assumir essa posição, observação que nos conta porque a Bela Flor teve seu caráter de rua logo reconhecido. É valioso que uma rua tão pequena e "escondida" como ela instiga tantas investigações.

Tratando da hidrografia - apesar do eventual curso superficial, como no quarteirão entre a Bela Flor e a Rua Juréia - neste momento os córregos já se apresentam gradualmente canalizados e começa a se esconder a lógica que designou o desenho de diversas ruas e quarteirões. No Largo Senador Raul Cardoso (antigo Lg. do Matadouro), o Sapateiro corre ora superficial, ora subterrâneo e suas águas passaram a alimentar as lagoas artificiais no Parque Ibirapuera, que assumiram a função do antigo piscinão - o quarteirão de formato incomum permanece como registro do que já houve ali (figura 41). No vazio acima do recorte territorial do vô, não temos informação sobre o estado da capoeira mas o afluente do Ipiranga já apresenta parte do seu percurso oculta.

Figura 41 - Quarteirão onde existiu o piscinão do Córrego do Sapateiro.



Fonte: GeoSampa; adaptado pela autora.

Figura 42 - Área conhecida como Makalé nos anos 1930.



Fonte: GeoSampa; adaptado pela autora

Por fim, o Makalé mudou totalmente de configuração: agora é plenamente ocupado por um loteamento regular e uma rede de vias mais complexa que aquela única rua mal definida de 1930 (figura 42). Devido a essa mudança, assume-se a hipótese de que aquele lugar não era mais denominado por dado nome, ideia que se reforçou na tentativa frustrada de encontrar mais menções sobre ele. Entretanto, isso não significa que aquela população “sumiu” dali; é possível que tenha se consolidado de outras maneiras naquele lugar ou em terrenos próximos, pois minha família tinha vizinhos negros e pardos, apesar de não predominarem na Vila Mariana.

O histórico que construímos deste lugar permite inferir que na década de 50 a urbanidade mostrava todo o seu potencial que as décadas passadas sugeriam desde o estabelecimento de um polo de empregos (Matadouro e indústrias) e da linha de bondes. Assim, a motivação do meu avô Pedro está delineada: a Vila Mariana como bairro em expansão apresentava farto mercado de trabalho para a sua profissão (pedreiro), ao mesmo tempo que na década de 30 já mostrava sinais de consolidação e uma ocupação notoriamente residencial. Avançando para relato acerca do final da década de 50, época que meu avô já estava bem estabelecido ali, constatamos a conveniência da localização:

A grande maioria dos trabalhadores ainda conseguia adquirir terrenos em lotamentos irregulares na periferia ou em municípios vizinhos, junto às ferrovias, construindo as suas habitações com as próprias mãos. Os trabalhadores da construção civil, inclusive os serventes, conseguiam se deslocar diariamente entre o local de residência e o local de trabalho, em geral tomando uma única condução, fosse trem de subúrbio, bonde ou ônibus. (REIS FILHO, 2004, p. 199)

O terreno da Bela Flor era exemplo claro do que o professor Reis Filho discorre na referida passagem. Ele estava convenientemente próximo à linha de bondes (~600m) e às antigas estações Bosque da Saúde (~1,5 km), Vila Mariana (~2,1 km) e Matadouro (~2,6 km), o que fazia da sua localização estratégica. Entretanto, era um terreno muito acidentado e em área de baixada, caracterizando uma condição inconfundível: era o terreno que o meu avô podia pagar, ou seja, provavelmente o pior terreno disponível na rua⁴⁵. Sobre bairros e baixadas no final do século xix, sabemos:

Não havia barro exclusivamente residenciais mas já começava a se delinear uma segmentação social. As áreas de baixada e mais acidentadas foram sendo caracterizadas como bairros populares e industriais, enquanto mais altas e planas, com preços mais elevados, eram procuradas para a construção de residências das camadas mais ricas. (Ibidem, p. 124)

45 Conforme suspeita da minha tia Cláudia.

Assim, as baixadas foram áreas preteridas pelo mercado imobiliário que visava as pessoas ricas até o século xix e por isso sua ocupação foi por vezes desvalorizada, por vezes tardia. A Vila Mariana se conformou de maneira diferente no contexto geral da cidade, pois está sobre o Espigão Central, colina que o professor Aziz Ab'Saber aponta como o divisor das águas do Tietê e do Pinheiros situado no percurso Av. Jabaquara - R. Domingos de Moraes - Av. Paulista - Av. Dr. Arnaldo⁴⁶ (figura 43). Silvio Hiruma, geólogo e pesquisador do Instituto Geológico, detalha trecho do Espigão no bairro ao jornal Pedaço da Vila⁴⁷:

Aqui na Vila, provavelmente, era um ambiente fluvial. De acordo com os estudos de Aziz Ab'Saber, a geomorfologia do bairro é caracterizada por rochas sedimentares em seu espigão (da rua Domingos de Moraes à rua Áurea); altas colinas (da rua Áurea até a Rua Alice de Castro); e Terraços Fluviais de nível intermediário (da Alice de Castro até o Parque Ibirapuera).

Figura 43 - Bacias com divisa compartilhada na Rua Domingos de Moraes (Espigão Central).



Fonte: GeoSampa.

A descrição se refere a áreas próximas ao antigo Matadouro e ao Parque Ibirapuera, caracterizando a baixada que se conforma Bacia do Córrego do Sapateiro dentro, o qual é um afluente do Rio Pinheiros. Assim, observa-se na escala do bairro di-

⁴⁶ apud Geografia da Vila. *PEDAÇO DA VILA*. 23 de fev. de 2020. Disponível em: <https://pedacodavila.com.br/sustentabilidade/geografia-da-vila/>. Acesso em: 02/11/2021.

⁴⁷ Ibid.

versas situações topográficas e apesar de não contar com um detalhamento similar para a Bacia do Ipiranga, podemos estimar seu aspecto partindo da fala de Hiruma para entender a situação do terreno do meu avô na Bela Flor. Em consulta ao SARA (1930), averigua-se que o terreno estava próximo à cota 760 e a altura correspondente na Domingos de Moraes na cota 797.4, ou seja, em torno de 37 metros de diferença do Espigão ao terreno. No percurso de Hiruma, há diferença similar a partir do trecho “Terraços Fluviais de nível intermediário”, que vai da Rua Alice de Castro (cota 773, contra 810 na Domingos de Moraes) até o Ibirapuera.

Observando a configuração que as cotas assumem a partir do parque, onde as distâncias entre cotas começam a se alargar, a região toma aspecto de uma extensa planície que se dilata em torno dos cursos do Sapateiro e do Caguassú (figura 44). Na várzea do Ipiranga, por outro lado, isso não se repete no trecho analisado: as cotas ali assumem uma configuração bem delgada e o caminho da Domingos de Moraes ao córrego tem aspecto bastante íngreme, formando uma planície bem contida em torno do curso d'água. Esse é o tipo de formação que se averigua também no Córrego da Aclimação em trecho próximo ao Cemitério da Vila Mariana, uso do solo um tanto característico para topografias complexas e ainda mais íngreme que o trecho do Ipiranga.

Figura 44 - Padrão das cotas (à direita) muda drasticamente no Parque do Ibirapuera (à esquerda).



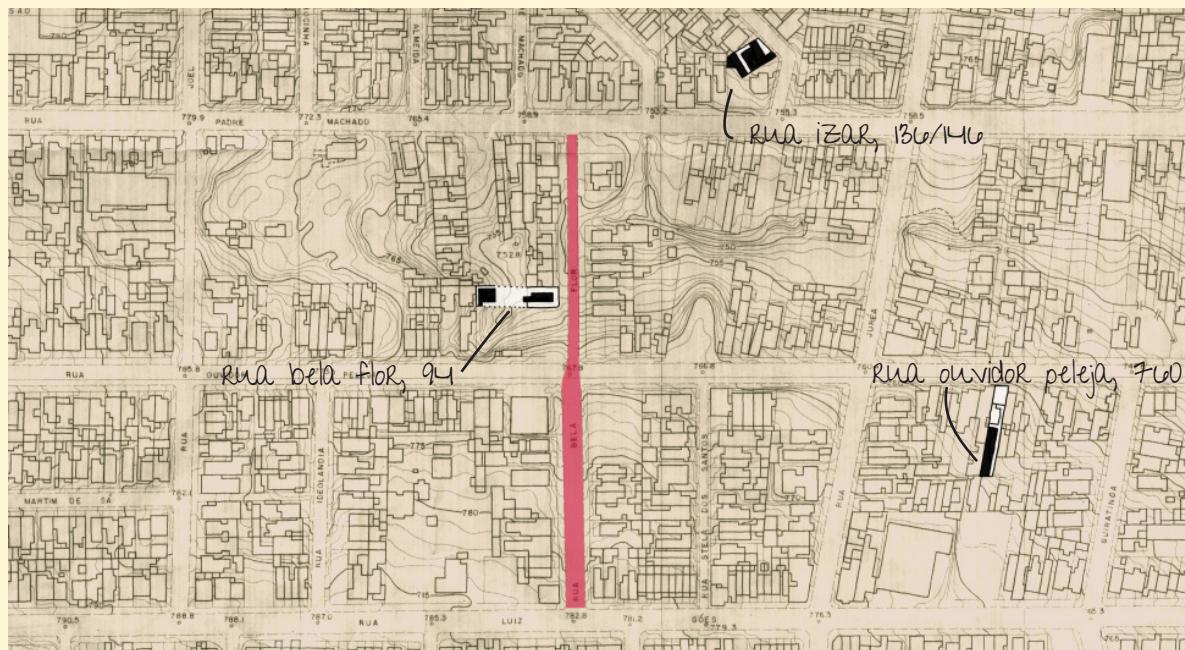
Fonte: GeoSampa.

Portanto, o “Pedaço do vô Pedro” e suas imediações se firmaram sobre uma topografia “brusca”, que o coloca numa posição de desvalorização frente àquele primeiro

núcleo de ocupação em torno do antigo Matadouro. Porém, o avanço da ocupação ali e a proximidade com infraestruturas públicas criaram perspectivas de valorização futura e foi deste modo que meu avô se decidiu por comprar aquele terreno, a conselho de um construtor italiano que construía sobrados para quem ele trabalhava⁴⁸. Esse construtor o aconselhou a comprar terreno e construir na Vila Mariana, o que provavelmente aconteceu na década de 1940, porque no futuro valeria muito e assim foi feito. Daí, a posição do meu avô na Vila, entre a especulação imobiliária empreendida por um indivíduo com poucos recursos e o estabelecimento de habitações modestas como o Makalé, o qual fora provavelmente multifamiliar.

Como um último vislumbre da consolidação desse lugar, o mapa GEGRAN (1970) nos mostra a ascensão da Bela Flor a rua e aumento considerável da vizinhança, em especial os vizinhos imediatos à casa do meu avô - um conjunto de sobrados geminados (figura 45). As condições naturais daquele terreno já não estagnam a sua ocupação, pois a Vila Mariana já se apresentava plenamente como um lugar visado para se morar e vazios anteriormente identificados se mostram gradativamente mais ocupados).

Figura 45 - Adensamento da vizinhança na Rua Bela Flor, casa do meu avô destacada em rosa.



Fonte: CESAD FAU-USP; adaptado pela autora.

48 Informação da família.

b. fragmentos de memória na bela flor

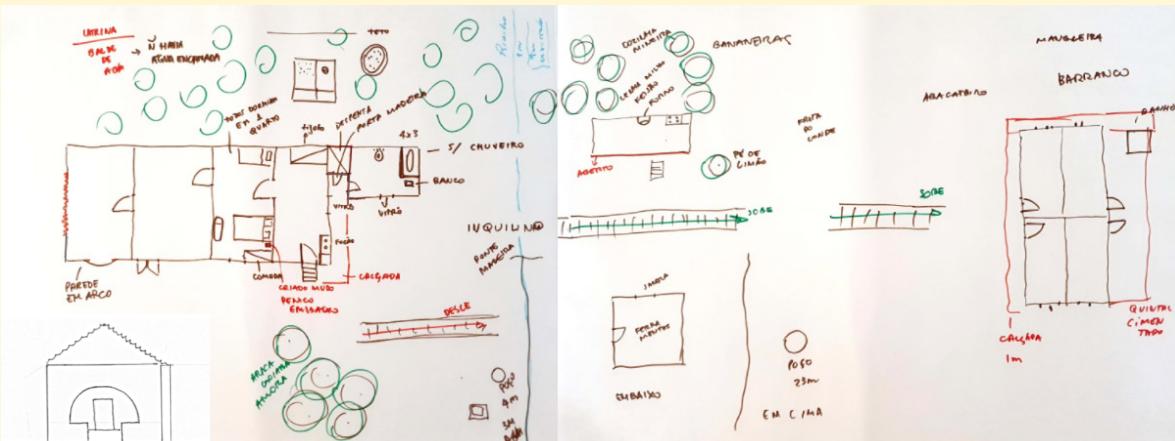
Reconstituir a Bela Flor demandava descobrir todos os envolvidos naquela casa e para isso a data de construção e os primeiros proprietários seriam informações de partida. A construção do imóvel foi sondada inicialmente nos mapas SARA Brasil (1930) e VASP Cruzeiro (1954); assim, constatamos que ela ocorreu nesse meio-tempo, pois em 1930 só existia terreno e em 1954 já havia edificações e marcações do lote. A consulta da transcrição do imóvel deixou a situação confusa, entretanto, pois a família supunha que a casa fora iniciativa do vô com a Dona Carolina, sua primeira esposa, mas o documento aponta para outra situação no ano de 1955⁴⁹.

A matrícula informou, por sua vez, que em 1989 os proprietários eram Pedro Roque Ribeiro (com nota ao seu falecimento, datado 15 anos antes do documento), Primo Fortim, Maria Fortin Marques, Aurelio Fortin, Carlos Fortin, Antonio Roque Ribeiro e João Roque Ribeiro. Por um lado, a citação dos enteados do meu avô confirmou que Dona Carolina também fora proprietária da casa e que sua parte passou para seus herdeiros após o seu falecimento. Por outro, trouxe à tona as intercorrências no documento quanto aos endereços de residência dos proprietários em 1955 e à inexistência de menção aos herdeiros de segundas núpcias do vô, visto que em 1989 deveriam constar como espólio.

Em 1990, a propriedade saiu das mãos da família para uma advogada e no ano seguinte ela a vendeu para um comerciante que desde então permaneceu com o imóvel e opera ali um negócio de desmonte de carros. A mudança para o uso comercial superou a vocação original do imóvel e hoje restaram somente pistas do que existiu na época do meu avô, circunstância que tornou meta central deste trabalho recuperar o desenho original desse lugar. As estratégias adotadas foram um mapa mental (figura 46), redesenhos, colagens e a modelagem de uma maquete virtual, aproximações que buscaram percepções que a memória vivida foi capaz de conservar. O resultado é uma Bela Flor reimaginada num exercício conduzido por minha tia Cláudia, a pessoa da família que guarda a maior quantidade de memórias daquele lugar.

⁴⁹ Entrada de 1955 na transcrição do imóvel menciona que o vô Pedro era viúvo e morava na Rua Estela dos Santos, 17 (imóvel que a família entende ter sido sua residência enquanto ele construía a casa na Bela Flor).

Figura 46 - Primeiro “mapa mental” da casa na Rua Bela Flor



Fonte: Cláudia Ribeiro; desenhado pela autora

Iniciamos pelo mapa mental, a primeira aproximação com o terreno do meu avô desenhado em conversa com a tia Cláudia, minha mãe (Rita) e do meu primo Thiago, também presentes na conversa. Neste momento, primeiras leituras do mapa VASP Cruzeiro (1954) se confirmaram: a casa solta no lote, os grandes recuos, o lote grande, fora dos padrões da época, e a topografia marcante. Todos esses aspectos permeiam as histórias que me foram contadas sobre a casa e decidi que a transcrição da conversa tinha que fazer parte deste texto porque não caracteriza só aquele lugar, caracteriza a vida que se desenrolou ali. Logo, voltar o foco para as histórias de família pareceu uma boa maneira de tatear esse universo.

Falar na Bela Flor é falar das condições físicas do terreno; quando se está ali, a sensação de “altos e baixos” é impressionante e provavelmente só “perde” para o Cemitério da Vila Mariana - e sinceramente, se tem um lugar íngreme nesse mundo é o Cemitério da Vila Mariana. A leitura do mapa de 1954 evidencia a concentração de curvas de nível na extensão da rua e mostra uma concentração distinta de curvas próxima do lote do meu avô, um acidente abrupto localizado bem na esquina das ruas Ouvidor Peleja e Bela Flor. Não obstante, existe topografia considerável também no sentido longitudinal do lote, que no mapa referido aparenta formar uma depressão bem no meio do terreno do meu avô, característica que é recorrente nos vizinhos imediatos da Bela Flor, que são fundos de lotes alongados e totalmente fora de padrão.

...

Thiago – Aqui acabava o terreno? [sobre o fundo do lote] Tinha um barranco?

Cláudia – Não, aí acabava mesmo. Um murão porque no fundo já tinha outra casa. Sabe a Ouvidor Peleja lá em cima? Era um barrancão que não fazia parte do nosso terreno.

Mariana – Então aqui [Rua Padre Machado] desceu e aqui [Rua Ouvidor Peleja] subiu?

C – Isso. O terreno vinha reto na frente.

T – O terreno na verdade tá nessa inclinação [gesticula]. A Bela Flor é uma subida, mano...

M – Ah, a subida eu sei...

Figura 47 - Representação do acidente da Bela Flor no quarteirão do meu avô (seta no sentido da subida).



Fonte: VASP Cruzeiro (1954) - GeoSampa; adaptado pela autora

T – E [a casa] tá no meio da subida. Então na verdade todo esse terreno tá no meio dos barrancos.

C – Todo accidentado. Por que você acha que meu pai - Pedro Preto Pobre, como ele dizia - tinha comprado um terreno na Vila Mariana? Era o pior terreno da rua, digamos. E a parte de baixo [avenidas Ricardo Jafet e Abraão de Moraes] foi tudo LA-GO-A.

T – A Ricardo Jafet foi desocupada pra fazer rodovia no final da década de 60, começo da 70, que foi quando o Paulo Maluf foi prefeito pela primeira vez.

C – Onde passa o rio ali na Jafet era tudo uma lagoa, meu pai falava que aquilo não era o rio, e aí eles canalizaram, né? Então o rio ficou preso [sic].

T - Não canalizaram, eles abriram e fizeram virar um rio [sic]. Era uma lagoa grande, era um brejo, aí eles canalizaram pra juntar com o Tamanduateí lá na frente, pra vir juntando o rio da Nazaré, o rio do Ipiranga e o rio de tudo pra eles conseguirem fazer as avenidas.

C - Tanto que o meu pai teve condição de comprar terreno lá embaixo, onde é o Elefante [bar que ficava na altura no encontro da Av. Dr. Ricardo Jafet com a Av. Prof. Abraão de Moraes], e ele falava que não ia comprar terreno no brejo.

...

Figura 48 - Fotografia do meu tio Pedro no colo do padrinho Toninho, que foi inquilino do meu avô; ao fundo da foto, a escada de quatro degraus que dava acesso à casa principal e o primeiro escadão logo à direita.



Fonte: Acervo de família.

O terreno ficava, portanto, numa topografia acidentada e o meu avô construiu ali mitigando essa topografia da maneira que era possível: com pequenas movimentações de terra para acomodar as edificações e lançando mão de escadas e pequenos pilotis para nivelamento. Como mencionado, o terreno começava plano da rua e então seguia

em pequena caída ao longo da casa principal, que na sua extremidade oposta demandava uma escada de quatro degraus para dar acesso à porta de entrada da cozinha. A partir daí, o terreno seguia em inclinação acentuada até encontrar um córrego que o atravessava transversalmente em cota mais baixa, percurso cuja transposição era feita por um escadão (figura 48).

...

C - Aqui tinha um riachinho. [logo após o escadão]

Rita - Depois canalizou.

C - É, não existe mais.

R - Ficou todo sujo. A gente não sabe se era nascente aquilo ou se vinha de...

C - Não, eu acho que vinha de esgoto mesmo, de água de chuva de lá de cima.

M - E ele era fininho?

R - Mais ou menos, uns dois metros...

C - Não, um metro que na enchurrada virava quatro!⁵⁰ Nossa, quando virava enchurrada....

R - Era no meio do terreno.

C - Era. Vinha partindo o terreno desde lá de cima. Então tinha esse rio [sic], aí você atravessava e tinha outra escadona, mas bem grandona, depois.

R - O terreno tinha uma depressão.

M - E como se atravessava o riacho?

R - Uma ponte de madeira.

M - Era uma tábua de madeira?

C - Não era uma tábua. Meu pai fez uma ponte direitinho, de madeira, não é pinguela não, tá pensando o quê!

R - Não, o meu pai era caprichoso... Depois que ele...

C - Depois que foi ficando doentinho é que...

M - Que ele não tinha mais como fazer né? [elas assentem]

...

50 Minha mãe e o tio Pedro discordam, para eles a largura do riacho não passava de 2 metros.

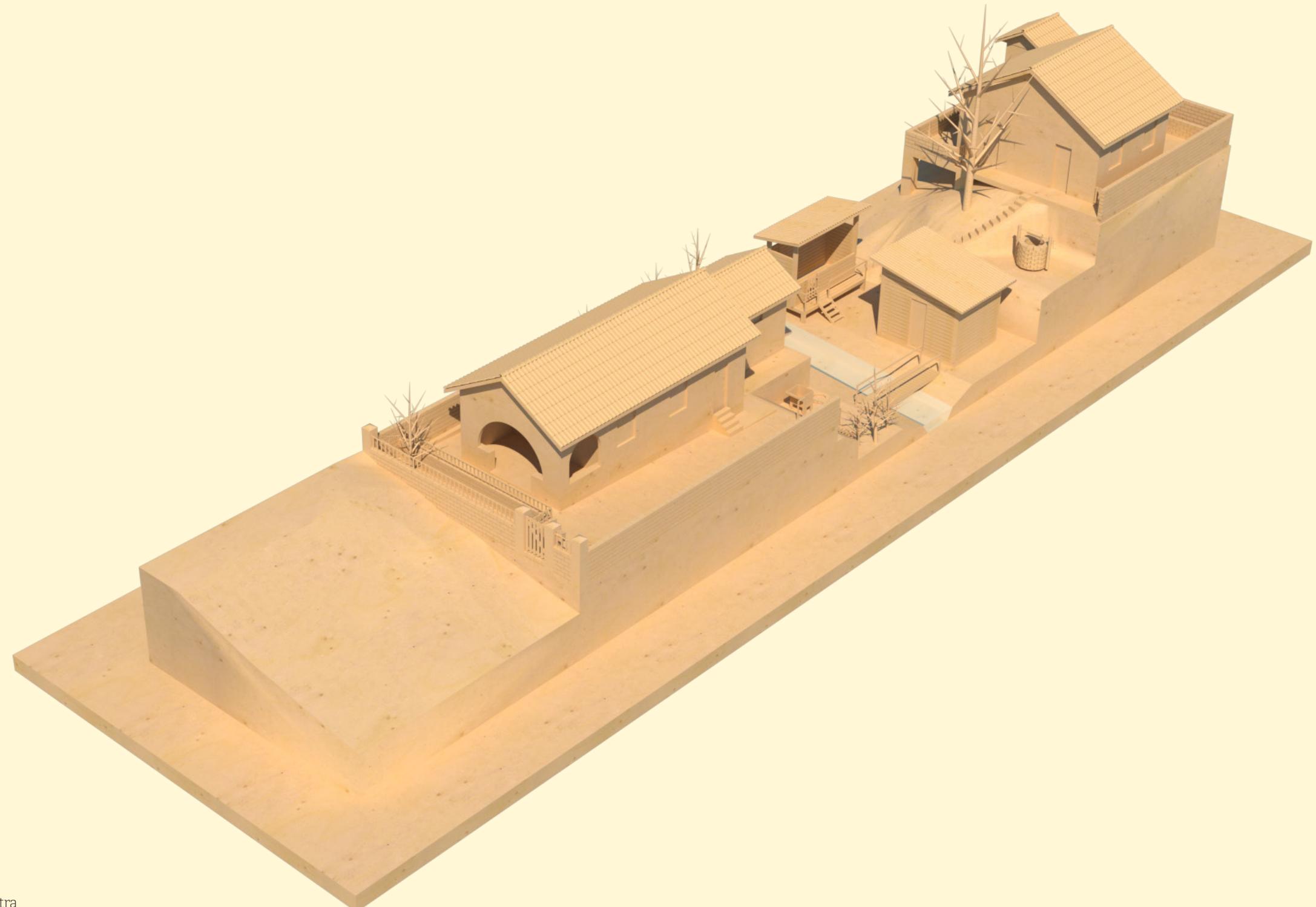


Figura 49 - Maquete que ilustra a situação da topografia e casas no lote. Fonte: Modelagem 3D desenvolvida pela autora.

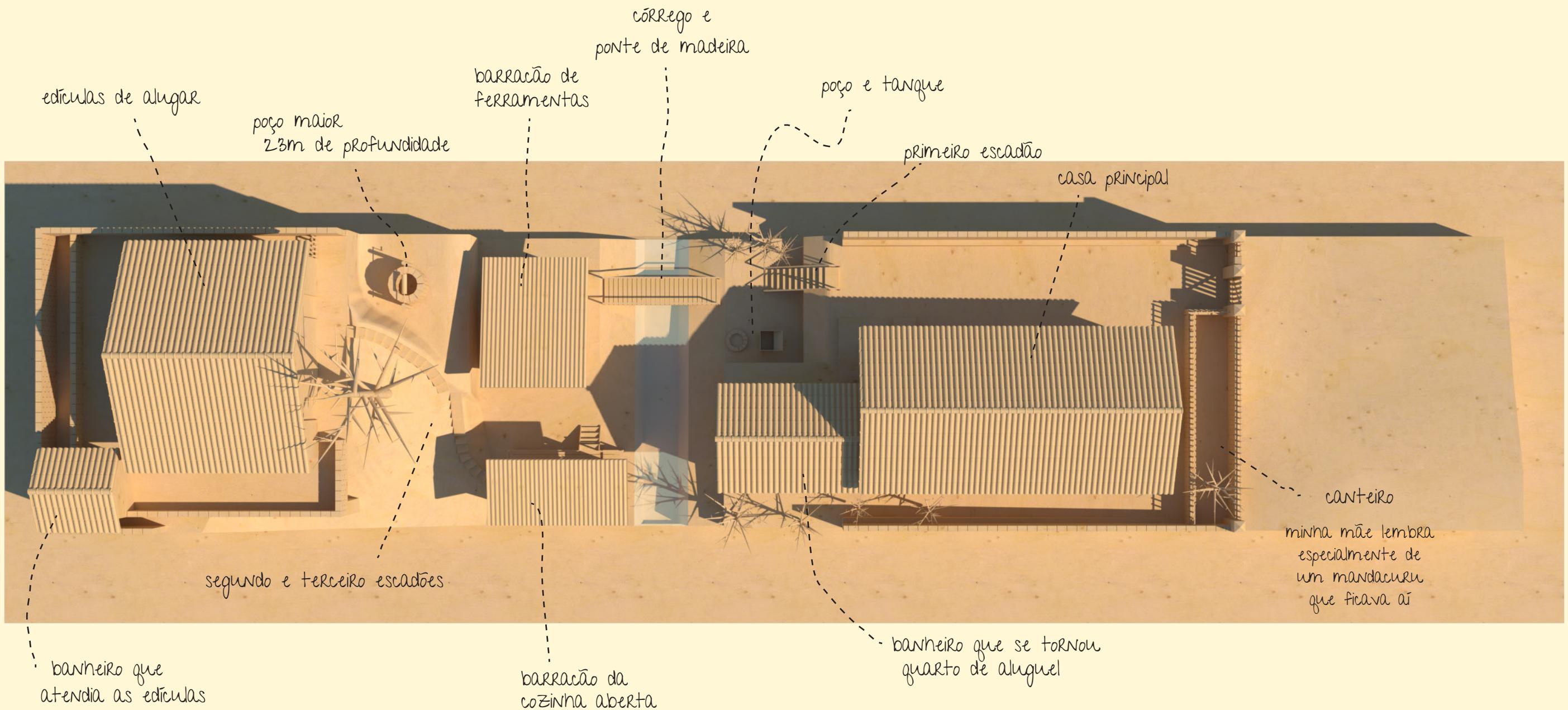


Figura 49 - Maquete em planta para melhor visualização das edificações no terreno. Fonte: Modelagem 3D desenvolvida pela autora.

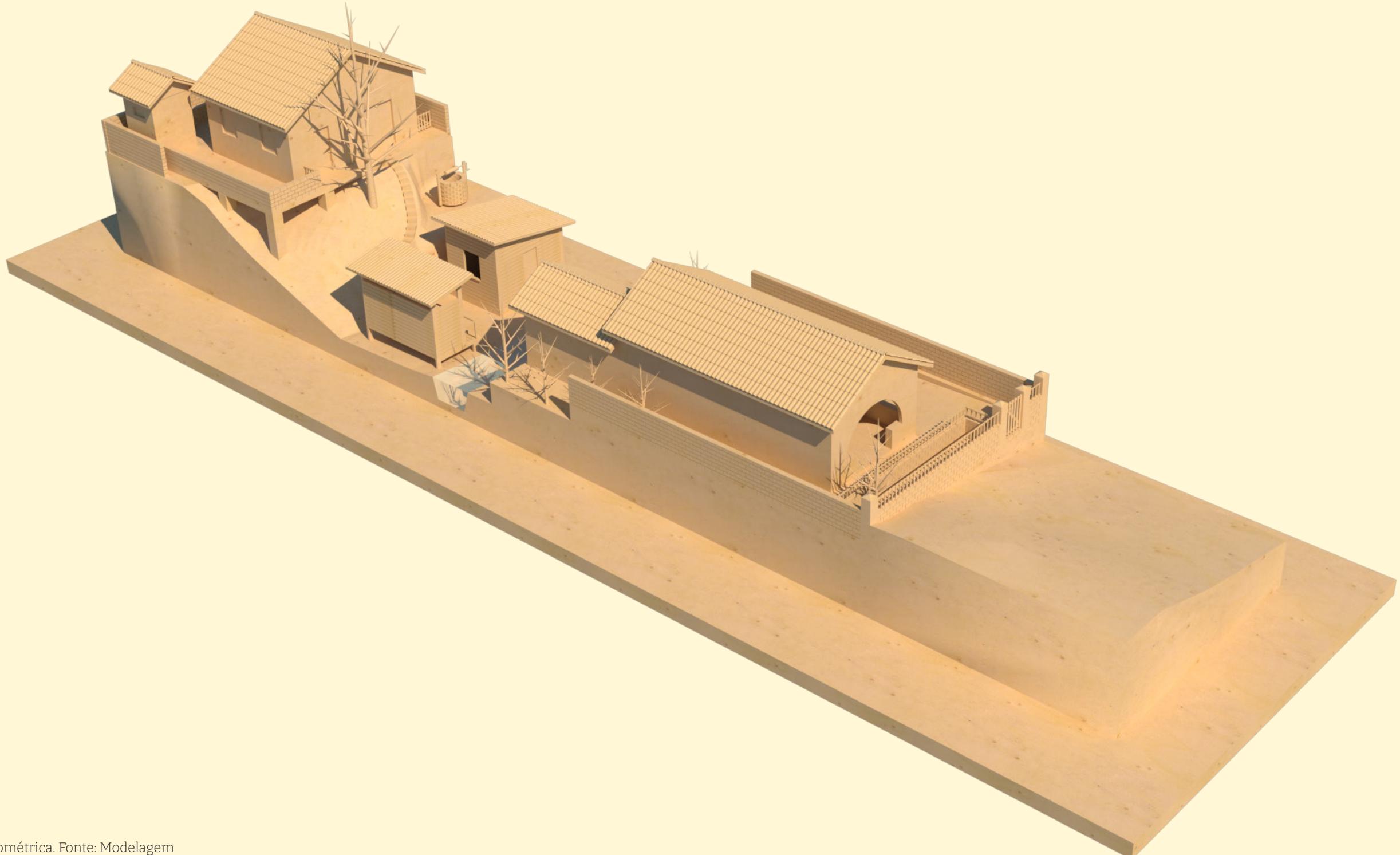


Figura 51 - Axonométrica. Fonte: Modelagem 3D desenvolvida pela autora.

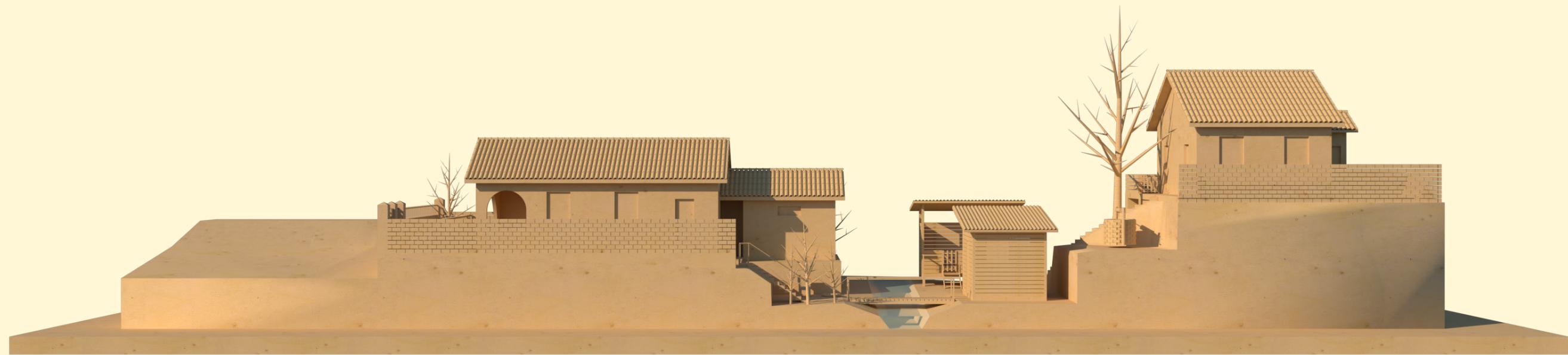


Figura 52 - Maquete em vista lateral.
Fonte: Modelagem 3D desenvolvida pela autora.

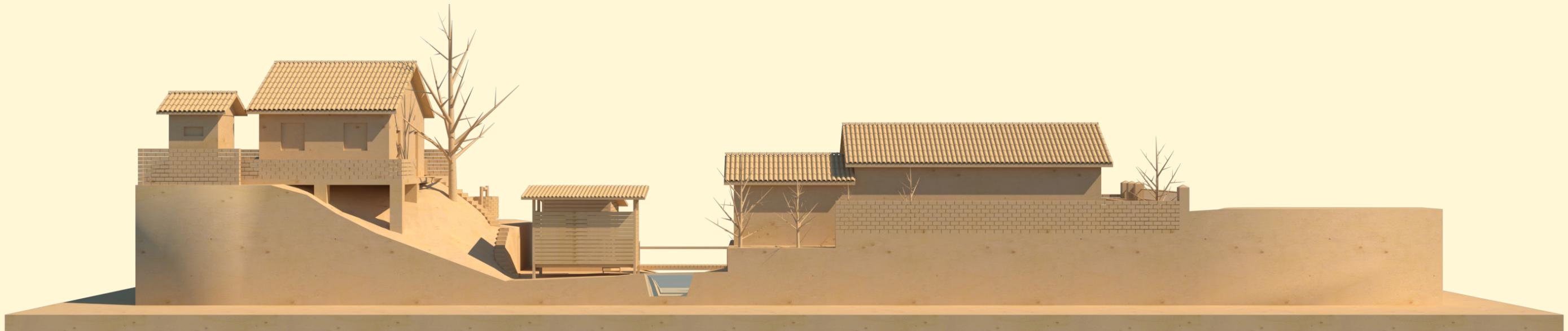


Figura 53 - Maquete em vista lateral.
Fonte: Modelagem 3D desenvolvida pela autora.



Figura 54 - Fachada da casa nº 94 da Rua Bela Flor, com destaque para a inclinação da rua e quantidade de cotas de níveis no lote. Fonte: Modelagem 3D desenvolvida pela autora.

O córrego que havia na parte baixa do terreno não pode ser identificado nos mapas mais detalhados da época⁵¹, mas pela lógica da rua, ele corria em sentido paralelo à Ouvidor Peleja (ponto alto) em direção à Padre Machado (ponto baixo). Depois dessa baixada, o terreno “subia” novamente e voltava a demandar um segundo escadão, maior até que o anterior, que era seguido então por uma área vaga de terreno e uma terceira escada de menor tamanho que completava o caminhamento até o fundo do lote.

A distribuição das edificações, por sua vez, se dava por toda a extensão do terreno, contemplando a casa principal, dois barracões de madeira (não representados nos mapas de 1954 e 1970) e uma edícula no fundo do lote, que fora construída para o inquilinato. A fachada que se via da rua era a casa principal, onde meu avô e a família ficavam; os dois barracões estavam logo após a baixada do córrego e cada um foi construído numa cota diferente do terreno; a edícula ficava na parte mais alta e era acessada pela terceira e maior escada de transposição (figura 49).

Adentrando as particularidades da casa principal, ela se organizava linearmente numa planta retangular alongada que compreendia uma varanda, três cômodos (sala, quarto e cozinha) e mais dois anexos (uma pequena despensa e um banheiro). A casa não tinha corredor e por isso, as pessoas faziam “caminhos” inusitados para transitar pelos cômodos e compartilhavam todos os espaços, inclusive o quarto onde dormiam pai, mãe e dois filhos, todos juntos - posteriormente, juntaram-se no cômodo a eles mais duas filhas do casal.

...

C – Era uma casa grande, comprida, mas ela só era um alpendre, uma sala, um quarto e uma cozinha. Vamos vindo do fundo [cozinha] que vai ficar mais fácil. Aqui [ela aponta no desenho] tinha uma porta. Aqui [aponta para a parede do fundo] tinha um vitrô de vidro. Grande.

M – Um vitrô em que sentido?

C – Um vitrô daqueles antigos que abre assim [gesticula uma janela basculante] de nivelinha, sabe? Era um vitrô normal, um vitrô quadrado...

M – Você acha que era mais pro meio?

⁵¹ Nominalmente, o SARA Brasil (1930) e o VASP Cruzeiro (1954).

C – Não, era mais no canto [ela aponta]. Aqui a porta abria, mas atrás era um fogão de lenha [sic]. O meu pai tinha feito um armário embutido de tijolo, era um armário tipo despensa - sabe aqueles armários que você abre e ele é grandão? Tinha daquelas portas com buraquinhas de telinha na frente. Esse armário tinha quatro portas, duas eram maiores e duas eram menores embaixo.

M – O armário ia até o teto?

C – Não, ele deixava um vago no teto. E aí o que eu lembro bem, que é memória de infância, tinha aqueles buraquinhas pra respirar redondinhos de telinha. Aí tinha uma parede e uma porta que dava pro quarto. [portanto, cozinha e quarto eram cômodos vizinhos e não havia corredor]

M – Era uma porta de duas folhas?

C – Não, uma porta normal. Era um quarto bem grandão e tinha uma janela.

M – Mas aí isso tudo era o quarto?

C – Sim! Era um quarto bem grandão, dormia quatro filhos, meu pai e minha mãe! E aí eu me lembro como se fosse hoje que tinha a janela, a cama da minha mãe, o berço do meu irmão e no começo da vida mesmo, que era só eu e o meu irmão, a minha cama. E pasme! No começo não tinha guarda-roupa! Para baixo da janela tinha uma cômoda e um outro móvel... - Mari, eu não sei te divisar, mas tinha um outro móvel. E aqui! [ela ri] Ficava um criado-mudo com penico, imagi- [gargalha e não consegue continuar]

M – Penico!?

C – Pe-ni-co!

T – Não tinha banheiro, caramba! Onde você tá vendo banheiro aí, bebê?

C – Todo mundo ficava de noite no penico! [ainda rindo]

M – Mas tinha uma fossa lá? Uma latrina, alguma coisa?

C – Tinha a fossa.

T – Sim, mas aonde você tá vendo banheiro aí na casa, bebê?

C – Não, não, peraí [sic]... A gente tinha banheiro com banheira!

T – Tudo bem Dona Cláudia e o banheiro aí?

C – Peraí! É que o banheiro era fora da casa!

M – Mas era tipo uma latrina, não tinha a descarga e tal? Ou tinha?

C – Não, claro que descarga não tinha, Mari! Imagina, descarga... descarga...

R - Era o que, balde de água?
 C - Era balde de água!

[marcamos no desenho onde ficava o penico]

C - Aí tinha outra parede e a sala [quarto e sala eram cômodos vizinhos].

T - É que emendou duas casas, mãe, é isso?

C - Não, era uma casa só.

T - Nossa, mas o quarto no meio da casa era perdido?

M - Bem estranho isso...

C - Mas era assim.

T - Você passava pelo quarto pra chegar na sala?

C - Passava pelo quarto pra chegar na sala.

T - Perdida, mãe.

C - É... E aqui, Mari, a sala era bem grande e tinha uma janela.

M - Essa janela era grande ou era janelinha?

R - Janela de veneziana. Aquelas janelas antigas...

M - Aquelas que abrem assim? [desenho duas folhas de abrir e ela confirma]

C - Janela de veneziana. Não era janela "de sala". [ou seja, nada de excepcional]

...

Tive a impressão de que a sala foi um lugar que "não importou" muito na infância da minha tia porque ela descreveu o cômodo mas não falou nada sobre a disposição interna dos móveis ou alguma situação que se passou ali. Perguntando depois, ela disse lembrar de uma cômoda e um sofá velho e mais pra frente, quando ela tinha 12 anos⁵², de uma televisão que foi colocada em cima da cômoda.

Passando então da sala para o alpendre, consegui um maior detalhamento do que se passava ali: o alpendre era a fachada da casa voltada para a rua e, numa composição típica da época, essa fachada era uma parede com abertura em formato de arco

52 Ano de 1969.

que na meia-altura se associava a duas muretas, uma em cada extremidade do arco. Era também o lugar onde as crianças gostavam de passar o fim da tarde, porque dava para sentar nas muretas e ficar conversando.

...

C - O alpendre era bem grande, em arco - casa de italiano mesmo. Era um terraço bem bonito e o arco.

M - Era tipo uma varanda, é isso?

C - Era tipo uma varanda. E tinha uma janela que também era um arco. Um arco lindo e de tarde a gente - as crianças - sentava naquela mureta pra ficar conversando.

T - Mari, tenta desenhar de frente para elas entenderem.

R - Eu lembro disso, era como se fosse uma meia-paredinha...

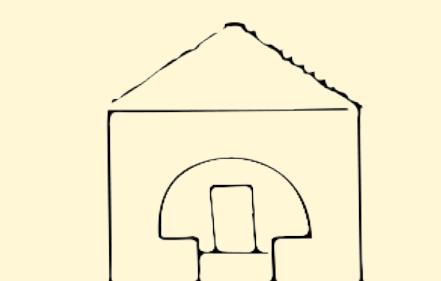
C - Uma foto de uma casa antiga exporia bem essa situação. Era uma casa de duas águas.

M - Aí a gente sabe que tinha uma porta [de entrada], era bem no meio né?

C - Bem no meio.

R - Era uma porta grande.

[desenho uma tentativa do que seria essa fachada]



C - Isso! Era isso! Agora matou [sic]!

...

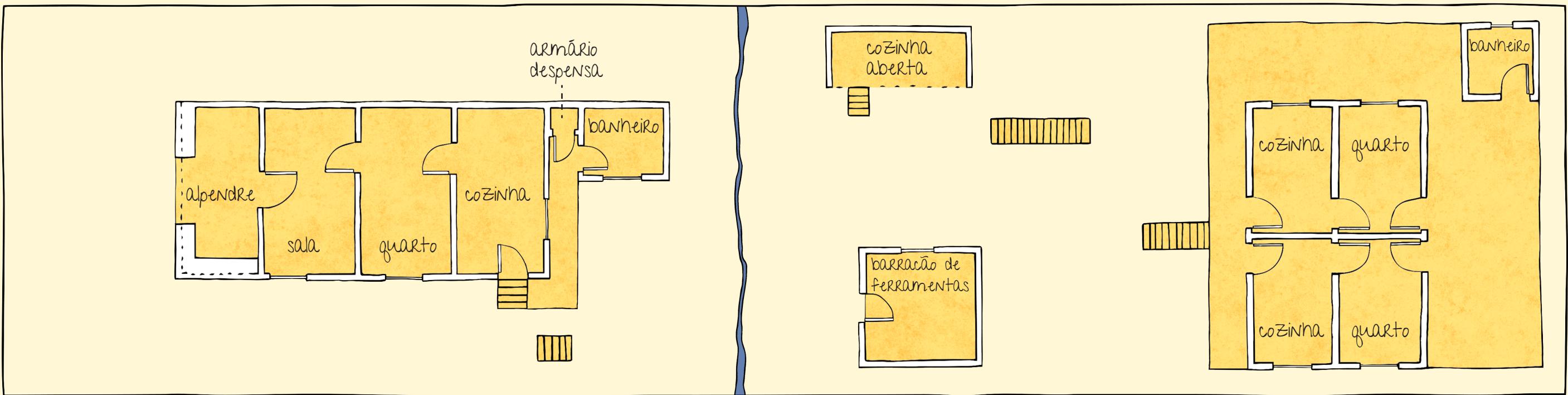


Figura 55 - Planta da casa em 1960.
Fonte: Desenhado pela autora.

Em seguida, partimos para os anexos que ficavam na fachada posterior da casa: uma despensa que compartilhava parede com a cozinha e um banheiro vizinho a essa despensa. O banheiro do lado de fora da casa era uma situação recorrente naquela época, visto que a extensão das redes de esgoto fora do perímetro central da cidade era incipiente. Logo, a maioria dos moradores ainda dependia das águas de poço em São Paulo e na casa do meu avô as necessidades básicas eram resolvidas por dois poços localizados em pontos diferentes do terreno. O primeiro ficava próximo da casa principal e tinha 4 metros de profundidade; o segundo, ficava no fundo do lote e tinha 23 metros de profundidade.

Entre 1954 e 1960, quando a cidade de São Paulo possuía menos de três milhões de habitantes, apenas a terça parte era atendida pelo sistema de distribuição de água. Cerca de dois milhões serviam-se de água de poço, sem tratamento. A gravidade maior desse sistema de improvisação decorria do fato de que essas áreas também não eram atendidas pelo sistema de esgoto, servindo-se de fossas, que necessariamente eram abertas a poucos metros dos poços, dos quais serviam-se os habitantes. As condições sanitárias eram portanto extremamente insatisfatórias para a grande maioria da população. (REIS FILHO, 2004, p.195)

...

C – Vamos para o banheiro. Você sai da porta da cozinha e tem uma escadinha de quatro degraus. Agora tem uma calçadinha, o quartinho de despensa e o banheiro. Do lado de fora.

R – Antigamente os banheiros eram fora de casa.

M – Era literalmente um armáriozinho? [sobre a despensa]

C – Não, era um quartinho mesmo. Um pouco maior que o seu lavabo. [área de 1 m²]

M – E tem uma portinha? Como que abre?

C – A despensa tinha uma portinha mas era dessas portas de madeira bem “vagabunda”, sabe?

R – Bem rústica. Do lado tinha um banheiro.

M – O banheiro era fechado mas era tipo uma fossa?

C – Não, o banheiro era direitinho, tinha banheira, privada...

M – Aí na privada vocês jogavam o balde de água.

R – É, só que não tinha chuveiro, né Cláudia?

C – Não tinha chuveiro. Não existia água encanada.

R – Não, na nossa rua não tinha. A água encanada só chegou depois.

C – Muito depois!

R – Era água de poço.

...

Segundo a tia Cláudia, a água encanada foi a última infraestrutura a chegar na casa, em torno da década de 70, quando ela já era casada e seu segundo filho havia completado 2 anos de idade - ela lembra inclusive de ter puxado água do poço na manhã do dia em que ele nasceu.

...

C – O banheiro era maior? Não. Tô pra te dizer que se fosse pra pegar [sic] pela cozinha da casa o banheiro era quase do mesmo tamanho. E tinha uma banheira enorme, essa banheira era de granilite.

R – Eu não lembro.

M – Era um retângulo esse banheiro?

C – Era quadrado, um quadrado bem grandão... ele devia ser uns 4 por 3. [metros]

R – 12 metros quadrados?

C – Era do tamanho de um quarto. Aí ele tinha a banheira no canto e a privada. E tinha uma janela e a porta [ela aponta]. E não tinha pia de lavar a mão, nem rosto, nem nada, era só uma privada e uma banheira! Olha que banheiro chique, era uma privada e uma banheira!

R – Não tinha [pia]... era o tanque no quintal.

C – É, todo mundo lavava rosto, essas coisas, ali.

...

Os anexos eram feitos de alvenaria, assim como a casa principal, e num primeiro momento serviram a ela como planejado, mas com o passar do tempo as necessidades foram mudando. Assim, toda a configuração da casa e dos anexos foi revisada quando o

meu avô começou a desenvolver dificuldades físicas para o trabalho, o que foi um golpe gradativo na situação financeira da família. A partir daí, a casa que se destinava somente à família durante a infância da tia Cláudia começou a compartilhar cômodos com o inquilinato no início da adolescência dela, em 1969.

...

M – Mãe, o que você ia perguntar?

R – É que eu não lembra do banheiro...

C – Bom, então agora vamos explicar porque você não conheceu esse banheiro. Você e a Dalva vieram bem depois. O pai foi ficando doente e o que ele fez: ele destruiu esse banheiro porque tinha um outro banheiro descendo o escadão lá no meio do terreno - Lembra? Desse você lembra, era um banheiro de madeira lá no meio das árvores [ela assente], tinha o quartinho que tinha o fogão de lenha [sic]... Essa época a gente fazia churrasquinho, vocês já eram maiores.

R – Não, eu lembro da plantação de milho que era o pai que plantava.

C – A plantação de milho era do lado da casa, onde é o “prédião” hoje [condomínio construído na esquina das ruas Ouvidor Peleja e Bela Flor]. Ali o pai plantava milho e feijão.

R – Isso, ali eu lembro.

C – Então tá, mas isso não tinha nada a ver com a nossa casa.

R – Que a gente fazia festa junina lá...

C – Por que houve essa transformação. O pai foi ficando doente, o que ele fez: esse alpendre ele fechou de “xadrez de madeira”. Xadrezinho de...

T – Treliça?

R: É, treliça de madeira mesmo.

C – Só que meu pai mesmo fez as treliças. Aí ele fechou. Esse alpendre virou a nossa cozinha, a nossa sala virou nosso quarto e o meu pai alugou o quarto dele e a cozinha para um inquilino.

R – E nós ficamos com a parte da frente.

C – Nós ficamos só com o quarto e com o alpendre servindo de cozinha. E esse banheiro acabava servindo para a gente e para o inquilino.

T – Nossa, vocês tinham que dar a volta na casa para usar...

C – Exatamente.

M – Quem era esse inquilino? Era só uma pessoa?

C – Era o padrinho Toninho com a madrinha do meu irmão Idalina e ainda morava com eles a vó Isabel, que era uma velhinha que eu chamava de vó, foi a única vó que eu conheci na minha vida e ela fazia a sopa de batatinhas mais gostosa desse planeta! Ela só fazia sopa de batatinhas naquele fogãozinho de lenha [sic], ela não fazia outra coisa!

M – E de onde que esse povo surgiu? Como é que vocês conhecaram?

C – Não sei. Porque meu pai alugou pra esse casal e esse casal ficou muito amigo da gente. Batizaram o meu irmão Pedro e ficaram morando lá um tempão. Até eles comprarem casa eles ficaram morando nesse quarto e cozinha. Uma das lembranças que eu tenho: eles tiveram uma filhinha, Cidinha. Morreu com a minha idade [criança] com um palitinho [todos se assustam]. Ela colocou um palitinho de dente dentro do ouvido... Era minha amiguinha. O palitinho de dente quebrou ali dentro, ninguém viu. Ela teve tétano e morreu.

R – Eu não lembro dessa história.

C – Você não existia! Aliás, você veio muito tempo depois, como que você ia lembrar?

Maurício [meu primo, filho da tia Dalva] – A mais nova, a mais nova do rolê... [sic] “Ai eu não lembro”... [todos riem]

C – Mas como que você ia lembrar, Rita? Olha a idade que tenho!

R – Nossa, mas essa história é chocante!

C – Rita, que idade que eu tenho? Eu vou fazer 65. Quantos anos você tem?

R – 55.

C – Quanto tempo de diferença?

R – 10 anos.

C – 10 anos! Você nem sonhava em descer para a Terra!

R – Não, mas a história é horrível!

C – Ah é? Então prepare-se! Porque eu me lembro de eu pequenininha, a mão dada pra minha mãe - olha, eu não lembra mais, você vê que coisa engraçada! - eu me lembro do caixãozinho branquinho da Cidinha na cozinha. De vocês falarem!

M – Que coisa horrorosa!

R – Não, mas velava na casa! Não era “velório”. [sic]

C – De vocês falarem! Agora eu vi a cena!

R – Eu lembro do enterro da Alessandra, do caixãozinho branco. Da Alessandra eu lembro.

...

Há algumas quadras dali, na Rua Domingos de Moraes, a vivência urbana já vinha e impunha o contraste entre o eixo estrutural, oficializado desde 1905⁵³, e o “interior” do bairro, que constatamos oficializado na cartografia de 1954. Segundo a minha mãe, a pavimentação só chegou à Bela Flor na década de 70, época que também chegou a água encanada; por estimativa da tia Cláudia, as infraestruturas de eletricidade chegaram antes, em torno de 1961, quando ela tinha 5 anos de idade⁵⁴. Desse modo, viveu-se uma vida de chácara por longos anos ali, bem no estilo “aos trancos e barrancos” - com o perdão do trocadilho que também define a condição física do terreno. A vida naquele tempo era precária e o acesso a infraestruturas básicas e à informação também, o que era evidente na recorrência de histórias inusitadas e tristes como a da Cidinha.

Uma década depois, a família Ribeiro teve que lidar com uma segunda e mais dolorosa partida prematura: Maria Alessandra, a caçula da família. Alessandra nasceu em 1971 no Hospital São Paulo e, segundo minha mãe, passou quase todo seu período de vida no hospital porque tinha problemas de saúde, que os irmãos mais velhos não sabem precisar o que eram. Ao longo dos seus dois meses de vida⁵⁵, Alessandra chegou a ir para casa por um breve período mas teve que retornar e os meus avós praticamente viveram no hospital naquele tempo. Infelizmente, a bebêzinha não resistiu, mas seus irmãos carregam até hoje memórias e muito afeto pela caçula.

Minha mãe guarda duas imagens fortes do ocorrido, a primeira delas sobre sua irmã Dalva e a segunda sobre seu pai, meu avô Pedro. Assim como ela, a tia Dalva era bem nova na época e supõe-se que uma criança não consegue entender esse tipo de coisa mas a tia entendia e muito - para minha mãe, é porque a irmã sempre foi muito

⁵³ COCOCI, Alexandre Mariano. *Planta geral da cidade de São Paulo, 1905, adoptada pela Prefeitura Municipal para uso de suas repartições*. São Paulo, SP: Lith. Hartman & Reichenbach, 1905. 1 mapa, 70 x 100. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart523225/cart523225.html. Acesso em: 19 ago. 2021.

⁵⁴ Apesar de não ter certeza absoluta da data, ela lembra que naquela época era “tudo muito escuro”.

⁵⁵ Informação presente no documento de contratação do enterro, de 29/11/1971.

emocional e talvez tenha a ver com o signo dela (*só para constar*, a tia Dalva é de peixes). Depois que a Alessandra morreu, minha mãe viu a irmã no auge dos seus 7 anos de idade chorando copiosamente no quarto, pegando as roupinhas da bebêzinha e arrumando na cama - “era como se ela estivesse montando uma bonequinha”.

A bebê repousou no jazigo da família no Cemitério da Vila Mariana, onde anos depois também repousariam seus pais, e a segunda memória da minha mãe revolve em torno disso. Ela conta que no enterro da bebê o pai vestia um terno azul com um lencinho na lapela - “ele era um homem muito alinhado, muito alto e magro... parecia um astro de Hollywood” - e observava as últimas pás de terra cobrirem o caixãozinho - enquanto isso ela observava de longe. E então, ele tirou o lencinho da lapela e com um olhar muito triste enxugou as lágrimas que corriam pelo seu rosto e a última imagem que ela tem é dele de costas indo embora do cemitério. Curiosamente, o antigo livro de registros do cemitério marca exatos 3 anos entre o enterro da Alessandra (30-11-1971) e o enterro do meu avô (30-11-1974).

“Engraçado a saudade que dá de alguém com quem convivemos tão pouco tempo”

- tio Pedro

...

C – Eles [se] mudaram [Toninho e Idalina], depois disso eles tiveram dois filhos. Muda-se toda a configuração desta casa novamente. Meu pai começou a ficar mais doente. Veio a Dalva e logo depois veio a Rita. O dinheiro continuava diminuindo, meu pai cada vez mais velho e cada vez mais doente. Ele arrebentou a banheira, tirou a privada, transformou [o banheiro] num quarto, esse quartinho de despejo numa mini cozinha e alugou mais isso.

M – Nossa, como é que cabia uma cozinha nisso?

C – Era uma cozinha pequenininha e um quarto pequeno.

R – Só tinha um fogão e nada mais.

C – Um fogãozinho de lenha [sic], um fogareiro. E isso aqui virou um outro canto que ele alugou.

M – Áí era realmente uma pessoa só?

C - Uma pessoa só.

M - E como que se arranjava esses inquilinos? [sic]

C - Como que arranjava? Ô Mari, antigamente todo mundo se conhecia! Se você chegar hoje no bairro que o Thiago construiu a casa dele, “Ô cêz sabe [sic] onde que tem um quarto pra alugar?”, “Pô vem aqui, eu sei sim, olha tem ali...”. Era assim.

R - Na periferia tem. Você desce um pouco aqui... o povo mora em quartinho.

C - “O Seu Pedro tá alugando um quartinho” aparecia alguém e alugava o quartinho.

R - Uma pessoa solteira, um trabalhador...

...

Vê-se que inquilinos iam e vinham por meios espontâneos e que a vizinhança se conhecia bem e era pequena, dado que se depura também do mapa de 1954.

...

M - Então era esse esquema de aluguel que ele fazia aqui.

C - Sim. Aí [próximo da casa principal] tinha um poço e o tanque de lavar roupa e um monte de pé de fruta. [sic] Ah! E tinha o barracão ali no meio ainda! [depois do córrego] Tinha o barracão das ferramentas e uma outra cozinha que o Benjamin cozinhava no fogão à lenha [sic] - Lembra? O pai alugou o barracão de ferramentas também, para o Benjamin e para a Maria Inês. E esse Benjamin tinha uma filhinha chamada Monique.

R - A gente brincava lá né!

C - A gente brincava, zoava para caramba.

R - A gente chamava de barracão porque era feito de madeira mesmo. E ele guardava as ferramentas dele.

C - E do outro lado do terreno tinha um outro barracão, só que ele era meio aberto, com um fogão de lenha. [sic]

R - Tinha um forno de pizza, não é?

C - Era um forno de barro - a Rita lembrou, eu não lembrava.

M - Desenha a parte aberta para cá? [mostro no rascunho]

C - É, a parte aberta é para cá, tinha uma escadinha pra subir... Faz uma escada de uns

quatro degraus e desenha um barracão compridinho. Aí tinha o fogão de lenha. [sic]

T - Era aberto? Só tinha a parede do fundo?

C - Parede do fundo e dos lados.

T - Tipo cozinha mineira. Antigamente o pessoal deixava muito aberto assim pra descascar milho, para guardar a lenha, essas coisas.

C - Isso! Meu pai guardava lenha, guardava milho, guardava feijão, uns cachos de banana... [sic]

T - Pessoal fazia aberto, aí muitas vezes para cozinhar o milho, fazer pamonha, abre esses forno à lenha tudo [sic] pra não trazer bagunça pra dentro de casa. Já colhia e já fazia ali, já descascava, já depenava e já fazia as coisas.

C - E aqui tinha um forno desses redondo [sic] de barro. “Forno de cupim” que eles falavam.

T - Sim, é como se fosse o forno de pizzaiolo hoje em dia, [feito] com aquele barro mais vermelho que é térmico e não tinha nem chaminé, só tinha uma entrada e uma saída.

C - É. Eu lembro do meu pai fazendo ele. Amassando barro pra fazer.

T - Por isso que eu to falando para ela, “cozinha mineira”, o desenho da marca Forno de Minas.

C - Isso! O desenho da marca Forno de Minas! Era isso, só que no caso da gente um pouco mais rústico, só de barro mesmo.

R - Barro e tijolos.

M - E tinha essas escadinhas porque era um pouco elevado?

C - Isso, era elevado. O terreno era todo acidentado. O barracão [de ferramentas] ficava na parte mais baixa e esse outro barracão [cozinha aberta] já ficava num barranco em cima. Aí esse barracão [de ferramentas] tinha um pé de limão [na frente].

R - Tinha um monte de bananeira, onde que ficava? [sic]

C - Aqui [do lado da cozinha aberta] era tudo bananeira. Tinha banana prata, banana ouro, banana da terra... E essa parte do terreno [perto da casa principal], tudo pé de fruta. Goiabeira...

R - Araçá, pitanga...

C - Jambo, manga, aqui era tudo assim! Tinha um pé de fruta do conde subindo a escada [segundo escadão, que levava à parte alta do terreno]. Aí em cima tinha um abacateiro, tinha uma mangueira...

R - O abacateiro era enorme! Era uma chácara quase né? Tudo árvore grande.
 C - Era. E aqui do lado da casa [onde havia o tanque e o poço menor] tinha araçá, tinha goiaba, tinha amora - que era as vara que o meu pai tirava pra bater na gente. [sic]
 R - Atrás do barracão [de ferramentas] já era o barranco, né?
 C - Isso. Atrás do barracão já era o barranco e em cima era o poço. Aí, Mari, chegava a hora que acabava de subir esse escadão, subia mais uma outra escadinha e tinha uma mangueira enorme, imensa, ela cobria as duas casas [referência à edícula de alugar].
 T - Começava aqui o terreno [ele aponta no desenho], terminava na Lapa!
 R - É! 60 [metros] de fundo, Mari!⁵⁶
 C - Era 60 de fundo, Mari! 10 de frente por 60 de fundo! Aqui [fundo do lote] tinha uma casa de duas águas.
 R - Mas eram casas distintas. Porque alugava um quarto e cozinha e um quarto e cozinha.

C - Isso. Dois quintaizinhos, um de cada lado, duas portas. Pra entrar tinha uma calçadinho de um metro [de largura].
 R - E no meio era só uma parede, geminado.
 C - Banheiro era no fundo. Janela do quarto na mesma parede do vitrô da cozinha. E cada uma tinha um quintalzinho no fundo, um cimentadinho. E do lado tinha um banheiro que servia as duas casas. Um banheirinho pequenininho com uma privada e um vitrôzinho, só.

...

Tia Cláudia lembra que a vizinhança não destoava muito da família Ribeiro e que a minha avó fazia comentários racistas sobre certo grupo de vizinhos - veja bem, uma branca que casou e constituiu família com um negro falando coisa do tipo.

"Passava uma senhora de cor com um bando de filho [sic] - um bando de criança mesmo, tinha umas cinco, seis criança [sic] - e a minha mãe brincava "Oh lá! Oh lá! Balançaram o bambuzal e voou um monte de anu". Aí foi exatamente assim que eu descobri que minha mãe [ela ri] era racista, eu acho, então não sei como ela casou com um negro, mas eu acho que ela era racista sim." ⁵⁷

⁵⁶ Memória um pouco equivocada, visto que o terreno tinha na verdade 10 metros de frente e 47 metros de comprimento.

⁵⁷ Transcrição de áudio da tia Cláudia recebido via WhatsApp em 04/11/2021.

E fica pior, o próprio vô Pedro costumava advertir as filhas para "casar com branco para melhorar a raça", um "conselho" que ele mesmo deve ter ouvido de alguém porque seus dois casamentos foram com mulheres brancas, a primeira delas inclusive de sangue italiano. Esse é o tipo de memória que escancara as sucessões na vida social dos próprios violentados pelo pensamento da época, que fora marcado pela vilanização do negro e ideias sobre o embranquecimento do povo estimuladas pela ação do poder público (ROLNIK, 1989; idem, 1997; WISSENBACH, 1998; JACINO, 2013; NASCIMENTO, 2018). Em conversa posterior com minha mãe, entendo como esse mesmo pensamento estava no dia-a-dia da família e na maneira com que os vizinhos se relacionavam entre si, visto que a vizinhança era bastante diversificada.

...

R - Tinha uma família na Padre Machado, eles moravam numa casa e eram todos negros, e eu lembro da minha mãe comentando "Ah, eles são negros mas é como se fosse branco" [sic] no sentido de serem honestos, de terem trabalho, sabe?
 M - Tipo o seu pai, uma pessoa alinhada.
 R - Exatamente. Mas quanto aos vizinhos era bem variado. Vizinhos da nossa casa tinha a Dona Marirene [a primeira proprietária da casa do meu avô depois da família] - acho que tinha uns seis sobradinhos, talvez - aí tinha a família do Júnior, a mãe dele era mestiça e ele era mestiço [descendentes de japoneses]. Aí mais para o final da rua tinha um casal de alemães, só que eles tinham um filho adotado que era negro. Era uma pessoa que teve estudo, eu lembro que ele trabalhava e teve formação, e deve ter sido adotado novo porque foi criado por eles.

M - E quando você fala alemães, você quer dizer nascidos na Alemanha mesmo?
 R - Eu acho que eram alemães mesmo, devem ter vindo por conta de algum trabalho, Volkswagen, não sei, porque eu lembro do sotaque dela. Era uma senhora muito alta, muito clara, até o cabelo dela era claro. Do marido dela eu não me recordo e do filho deles também não, mas eu lembro de todo mundo falando...

M - Fofoca de vizinho?

R - Não, é que... era uma pessoa negra que foi adotada por um casal de estrangeiros e foi dada para ele uma vida muito melhor, no sentido de oportunidade e por aí vai.

M - E o que você falou dessa família negra da Padre Machado, falavam sobre "parece-

rem ser brancos" por quê? Dos outros vizinhos tinha gente que era mal vista?

R – Mari, naquela época só de você ser negro já era mal visto. É um comentário ridículo, "Ah, eles são negros mas é como se fosse branco" [sic], por que como se fosse branco? Porque eram pessoas distintas, todos tinham bons empregos, coisas do tipo.

M – E o pessoal do cortiço?

R – Eles trabalhavam também.

M – Comércio, será?

R – Não sei, o pessoal trabalhava muito em fábricas na Vila Mariana.

M – Então essa família "distinta" provavelmente não era de operários....

R – Provavelmente.

R – Tinha a família da Meire, a mãe dela era cozinheira num hospital e várias pessoas da família viviam ali: a Neili⁵⁸, a família dela, aí tinha o outro primo... um terreno com uma casa aqui, uma casa ali... [ou seja, as residências eram multifamiliares]

M – Será que eles eram donos ali? Porque faz sentido: Como que todos moravam ali? Cada um dava a sua parte.

R – Não sei... Eram casas pequenas, dois quartos com sala e cozinha, mas o terreno era grande porque todo mundo morava junto ali. A família da Neili, da Meire, o próprio pai da Meire, eles eram todos pardos - porque na época o povo falava pardo né, mas branco não era.

M – É, seu pai aparece como pardo nos documentos.

R – Eles estavam no outro lado da rua.

M – Na frente da sua casa?

R – É. Aí tinha as casas lá e um rio atrás delas também... uma bagunça. Tinha um vizinho que tinha um monte de amoreiras perto da casa da Meire, que era no final da rua, perto da Padre Machado. E aí ele tinha tipo uma chácara, muito terreno e um monte de amoreiras. A gente ia lá e pegava amora.

[mostro o contraste daquela área em relação aos quarteirões mais próximos à Domingos de Morais, que eram totalmente ocupados e com lotes mais homogêneos]

M – É você mudar de quarteirão que a topografia fica meio que impossível.

R – Eu lembro que tinha a casa da Meire e aí tinha um barranco, tinha um monte de capim e às vezes até uns cavalos que ficavam ali pastando, e era isso mesmo que você falou, era subida e descida. [sic]

M – Umas subidas muito bruscas, né?

R – É. A gente punha caixa de papelão em cima e descia que nem tobogã. Atrás da casa da Meire. Agora, que eu me recorde de vizinhos, tinha de tudo lá. Só que eu entendo que tinha mais pessoas... Não é negro, mas não era branco [eu rio]. Mas você vê que tinha de tudo porque tinha o Júnior que era japonês, a Marirene que era clara e o marido dela já era pardo.

M – E era uma vizinhança consolidada, com casas bem feitas?

R – Sim. Tinha esses sobradinhos que já eram uma construção mais nova [referencial na década de 70], aí tinha a família do Paulo Lofiego, que era policial civil, e eles eram claros - a Patrícia era quase loira, a gente brincava junto. A Dona Inácia e a família dela, que também eram claros, tanto que o Davi [neto da Dona Inácia] era um menininho de olho claro, branquinho, "transparente". A minha mãe cuidou dele por um ano porque a Aninha [filha da Dona Inácia] ia pro trabalho e como a mãe dela já era muito doente e o pai dela era um senhor também, ela pediu para a minha mãe cuidar do Davi.

M – E ele ficava na sua casa e sua mãe cuidava de graça?

R – Não, ela pagava.

M – Porque eu me lembro que você falou que em algum momento a sua mãe começou a oferecer serviços de doméstica para as senhoras do bairro.

R – É, mas nessa hora já tinha passado essa fase. Foi depois. Ela já não trabalhava mais na casa da Dona Joaquina... Mas ela fazia outros trabalhos, lavava roupa, passava....

M – Então ela não era exatamente "do lar" porque ela fazia para os outros também.

R – É, para ganhar dinheiro. Fazia faxina, às vezes... Tinha um senhor para quem ela passava e lavava as roupas dele, toda semana ele levava...

M – E essas pessoas foram indo embora ou vocês foram embora antes?

R – Acho que a gente foi embora antes.

M – Vai ver alguém está lá ainda.

...

⁵⁸ Que foi a declarante da certidão de óbito do meu avô e acabou passando as informações erradas que ainda constam no documento - idade do meu avô e dos filhos do segundo casamento.

A maior parte da vivência das crianças se deu naquela casa, mas a rua também foi um lugar de brincar e minha mãe conta que antes de ser pavimentada a rua inteira virava um lamaçal em tempos de chuva. Havia muitas crianças na vizinhança que gostavam de se juntar para empinar pipa na rua e o meu tio Pedro era quem fazia as pipas para todo mundo; já minha mãe e a tia Dalva adoravam brincar de “fazer comidinha” com as plantas que cresciam no terreno da casa. Essa brincadeira não estava muito longe da realidade, porque a alimentação da casa consistia do que era plantado ali mesmo e de plantas “que crescem em qualquer lugar”. Na lembrança da minha mãe, a vó Margarida costumava preparar serralha, caruru (folhinhas que se punha no feijão), milho e café, dentre outros alimentos - uma alimentação simples porque o dinheiro era curto e não havia outra opção.

Uma memória, desta vez fora da Bela Flor, é das festas na casa do irmão Aurélio⁵⁹ - que não ficava longe dali, na Rua Nhandú (Planalto Paulista) - lembradas pelo meu tio Pedro até hoje porque o irmão costumava encher vários balões para recebê-los. Aurélio foi padrinho da minha mãe e provavelmente o filho de Dona Carolina que se manteve mais próximo da segunda família do vó - segundo a tia Cláudia, os irmãos não gostavam muito da vó Margarida, mas o Aurélio era “amável, bonzinho”. Logo, apesar de formarem uma família grande, poucas lembranças ficaram desses contatos, restando memórias vagas das visitas esporádicas dos irmãos mais velhos ao pai na Rua Bela Flor.

Assim, os Ribeiro e os Fortin partiram para caminhos diferentes, apesar de permanecerem ligados por aquela casa e por circunstâncias mais fortes que o sangue. O ciclo dos Ribeiro ali ainda passaria pelas turbulências do deterioramento da saúde do meu avô que refletiram na organização da vida e da casa - como mencionado, gradualmente tomada pelo inquilinato devido à necessidade. Naquele tempo, as crianças já ajudavam a pagar as contas, trabalhando para pequenas fábricas do entorno⁶⁰ e escapando do radar da fiscalização do trabalho, e minha avó fazia dos afazeres do lar fonte

⁵⁹ Como o tio Pedro costumava se referir ao seu irmão de criação favorito.

⁶⁰ Minha mãe tinha 8 anos (1973) quando eles começaram a montar cabelos de bonecas em casa e, no ano seguinte, a trançar cintos de courino que minha avó levava depois para a fábrica para a aplicação das ferragens e acabamentos. As crianças iam para a escola de manhã, na Escola Estadual de 1º Grau Érico de Abreu Sodré, à alguns quarteirões da Bela Flor, e à tarde se dedicavam a este trabalho. Em 76, minha mãe e a tia Dalva trabalharam para Manoel Mory e Irmão Ltda., que ficava na Rua Padre Machado, fazendo montagem de caixas de jóias e permaneceram por lá por alguns anos, até que em 81 trabalharam com montagem de pulseiras de pedras brasileiras, numa empresa de uma senhora japonesa que também ficava na vizinhança. Por outro lado, tio Pedro trabalhou entre 1974 e 1978 numa oficina de sapataria, onde se fazia a parte de cima de sapatos para empresas da cidade de Franca; em seguida, conseguiu colocação no departamento de tecnologia de uma empresa localizada na Rua Bernardino de Campos.

de renda, lavando e passando roupas para vizinhos, por exemplo. Quando o inevitável aconteceu em 1974, a casa permaneceu, guardando todas aquelas memórias e o lar que meu avô deixou para os filhos.



"mãe, o que é que é o mar,
mãe?" MAR era longe, muito
longe dali, espécie dumha lagoa
enorme, um mundo d'água
sem fim, mãe mesma
nunca tinha avistado o mar,
suspirava. "pois, mãe, então
mar é o que a gente tem
saudade?"

- guimarães Rosa

lugar ou lar

Vila Mariana, a pequena Vila dos imigrantes italianos, com cercas de espinheiros plantadas pelo escravo índio e valos divisórios de terras cavados pelo escravo preto já não é o bairro das modestas casas de 1900; é agora transformado em zona de hospitais, indústrias e laboratórios de produtos farmacêuticos que em grande quantidade estão se instalando nele. As edificações se sucedem. Não existem mais claros. É o bairro que se junta à cidade e que breve será diluído na grande metrópole. (MASAROLO, 1971, p. 109, grifo nosso)

A quem pertence a Vila Mariana? Haveria uma maneira de satisfazer tal pergunta com uma resposta? Melhor, seria *adequado* abordar essa pergunta esperando somente uma resposta? É sobre essa problemática que este trabalho propõe incidir, baseando-se na história do meu avô. A Vila Mariana nunca foi "bairro de negros", entretanto, ele estava lá: construindo o bairro, deixando marcas anônimas naquela paisagem que se consolidava na cidade. Assim, nosso esforço busca somar pers-

pectivas à historiografia paulistana, a qual possui lacunas consideráveis⁶¹ a respeito da população negra, e mostrar mais um caminho prolífico a se explorar e com potencial imenso para se expandir.

Nesse caminho, confrontamos o discurso que se firmou como sinônimo da cidade de São Paulo, “a cidade construída pelo imigrante”, julgando evidente o lugar destes indivíduos nesse processo⁶² e almejando que o lugar das pessoas escravizadas e dos seus descendentes também o seja. É hora, porque a vida hoje se organiza em grande medida sobre as repercussões daquela sociedade e o lugar onde vivemos reflete visivelmente tal organização, marcada pela desvalorização de dada população e pela impossibilidade histórica de restrições à sua presença e contribuição na cidade⁶³.

Demorei para entender que a história do meu avô suscitava tantas discussões e o quanto especial ela é - talvez, por ser o tipo de história que a gente ouve tantas vezes que leva tempo para nos atingir de uma maneira diferente. Me embrenhando nessa história, fui sensibilizada por questões que me rodeiam diariamente e que eu não havia parado para notar, descobertas contempladas pela seguinte fala de Débora Nascimento (PERIFERIZAÇÃO, 2020):

Fica o questionamento de qual é a mudança que a abolição trouxe. Efetivamente. Quando a gente pensa como pesquisador, como pesquisador negro, como mulher negra. Qual foi a transformação, cadê os arquitetos negros? Porque o ambiente acadêmico continua a focar nas mesmas pessoas, nos mesmos países, nas mesmas produções? [Se] a gente como arquitetos, como urbanistas, continuar estudando, produzindo arquitetura e urbanismo no mesmo padrão que vem desde a abolição, a gente está fadado a continuar ciclos de segregação, continuar ciclos de exploração que a gente está vendendo até hoje.

Minha investigação partiu do ângulo de vista do pesquisador e, especialmente,

⁶¹ Dentre condutas que favoreceram tal circunstância, destaca-se: “A maioria dos documentos oficiais, até a promulgação da Lei Áurea, indicava a condição de escravo ou livre dos indivíduos, e alguns discriminavam os cativos como pardos ou pretos. A partir de 13 de maio de 1888, todos se tornaram “igualmente cidadãos”, e passou a existir um “silêncio sobre a cor” na documentação oficial. Consequentemente, o silêncio a respeito da cor teria influenciado a historiografia da cidade de São Paulo”. (CASTRO, 1995 apud JACINO, p. 09-10, 2012)

⁶² Assim como na Vila Mariana, destacam-se os italianos nos dados censitários da cidade de São Paulo entre 1888 e 1920: “Havia tantos italianos em São Paulo no começo do século, que não se podia falar sequer de uma comunidade italiana, mas sim de uma cidade italiana” (RÖLNIK, 1997, p. 82). Os mesmos participaram ativamente do setor da construção civil na cidade (*Ibid.*, p. 73) e no bairro estudado (CARVALHO, 2015).

⁶³ “Invisibilizar a contribuição de africanos e seus descendentes e de indígenas na construção econômica, na organização social e política, assim como na produção cultural da nação brasileira foi (e continua sendo) parte do projeto de dominação étnica e de classes. Negar – sistematicamente – sua história, seu legado cultural e desumanizar negros e indígenas contribui para a naturalizar a agressão colonial e seu complemento, o escravismo. O reconhecimento de uma pequena parte dessa contribuição serve apenas para reforçar o estigma e o estereótipo reducionista que apresentam os povos não brancos como capazes de se desenvolver apenas em determinadas áreas.” (JACINO apud FERREIRA (org.), 2018, p. 99)

do apreço gigante por um personagem, o meu avô, acreditando que a história dele contribui para os esforços que a Débora cita e sabendo que se alguém poderia passar essa história para frente, teria que ser eu. Olhando para frente, esta pesquisa abre diversas possibilidades de continuidade: a investigação sobre os imóveis na vizinhança da Bela Flor e seus agentes responsáveis, a caracterização da população negra do bairro⁶⁴, o aprofundamento da investigação sobre a produção do meu avô e a possibilidade de contá-la através de abordagens artísticas.

Por ora, fica este registro de um encontro entre mim e a história da minha família, impossível de dissociar do exercício de observação da cidade e responsável pelo entendimento que das pequenas histórias saem inspiração e explicação sobre quem somos e o lugar onde vivemos. O lugar que pode parecer grande demais para ser nosso e indiferente à nossa presença, entretanto, que só ganha certa beleza quando existe por ser importante para nós. O lugar onde nos reconhecemos e podemos reconhecer as pegadas de nossos antepassados. O lugar que, independentemente do que digam, é nosso lar.

⁶⁴ O final da Rua Jorge Tibiriçá (Makalé) continua como vestígio a ser destrinchado.

Referências bibliográficas

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. A cidade como negócio: mercado imobiliário rentista, projetos e processo de produção do Centro Velho de São Paulo do século XIX à Lei do Inquilinato (1809-1942). 2008. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/16/tde-17012019-135711/pt-br.php>. Acesso em: 20/09/2020.

CARVALHO, Clara Cristina Valentin Anaya de. Os setores médios e a urbanização de São Paulo: Vila Mariana, 1890-1914. 2015. 270 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, 2015. Disponível em: e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3358695. Acesso em: 23/09/2020.

EMÍDIO, Teresa; PASSOS, Maria Lúcia Perrone. Desenhando São Paulo: mapas e literatura: 1877-1954. São Paulo: Editora Senac, Imprensa Oficial, 2009.

FERNANDES, Beatriz dos Santos Alves Ventura. Paisagens de Pertencimento: Memórias e cotidianos da Vila Mariana. 2018. Trabalho Final de Graduação – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

FERREIRA, Abilio (org.). Tebas: um negro arquiteto na cidade escravocrata (abordagens). São Paulo: IDEA, 2018. Disponível em: <https://www.causp.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/Livro-Tebas.pdf>. Acesso em: 02/09/2021.

JACINO, Ramatis. *O negro no mercado de trabalho em São Paulo pós-abolição - 1912/1920*. 2012. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-11042013-093449/pt-br.php>. Acesso em: 20/09/2021.

MASAROLO, Pedro Domingos. *O Bairro de Vila Mariana*. São Paulo: Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo, 1971.

MAGNANI, José G. C. (1992). Da periferia ao centro: pedaços & trajetos. *Revista De Antropologia*, 35, 191-203. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/111360>. Acesso em: 03/12/2021.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 29-61. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5164423/mod_resource/content/1/A%20paisagem%20como%20fato%20cultural_UlpianoBezerradeMeneses.pdf. Acesso em: 23/09/2021.

NASCIMENTO, Débora Fernandes. O prefeito Antônio Prado e a população negra da cidade de São Paulo (1899-1911). *Anais XVIII ENANPUR 2019*, Natal, [s.n.], 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=632>. Acesso em: 05/07/2021.

PARETO JR, Lindener. O cotidiano em construção: os Práticos Licenciados em São Paulo, 1893-1933. 2011. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-30012012-151830/pt-br.php>. Acesso em: 25/09/2020.

_____. Pândegos, rábulas, gamelas: os construtores não diplomados entre a engenharia e a arquitetura (1890-1960). 2016. Dissertação (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-19122016-181951/pt-br.php>. Acesso em: 25/09/2020.

REIS, Philippe Arthur dos. Construir, morar e viver para além do centro de São Paulo: os setores médios entre a urbanização e as relações sociais do Brás (1870-1915). 2017. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-26062017-114209/pt-br.php>. Acesso em: 29/10/2021.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *São Paulo: vila, cidade, metrópole*. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, 2004.

ROLNIK, Raquel. *A Cidade e a Lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1997.

_____. Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro). Blog da Raquel Rolnik. São Paulo, 16 set. 1989. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/1989/09/16/territorios-negros-nas-cidades-brasileiras-2/>. Acesso em: 06/07/2021.

SCHNECK, Sheila. Formação do Bairro do Bexiga em São Paulo: proprietários, construtores, tipologias edilícias e usuários (1881-1913). 2010. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-01062010-111349/pt-br.php>. Acesso em: 15/10/2020.

_____. Bexiga: cotidiano e trabalho em suas interfaces com a cidade (1906-1931). 2016. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-01092016-155844/pt-br.php>. Acesso em: 15/10/2020.

VIANA, Gabriela Petter. Construindo o bairro e a cidade: Formação do Bom Retiro em São Paulo (1810-1914). 2021. Trabalho Final de Graduação – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 2017. 2 ed. p. 17-48. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=240318>. Acesso em: 21/08/2021.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros no município de São Paulo, 1850-1880. São Paulo: Hucitec, 1998.

fontes orais

CLAÚDIA RIBEIRO. Informações concedidas entre outubro de 2020 e dezembro de 2021.

PEDRO RIBEIRO. Informações concedidas entre janeiro de 2020 e dezembro de 2021.

RITA DE CÁSSIA RIBEIRO. Informações concedidas entre outubro de 2020 e dezembro de 2021.

mídias

PERIFERIZAÇÃO dos corpos pretos [Parte II] _ Lançamento Revista Contraste 6. Produção: Revista Contraste e Coletivo Malungo da FAUUSP. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (221 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kyA8ua1cVB4&t=3558s>. Acesso em: 05/07/2021.

VILA Mariana: História do bairro de São Paulo/SP. Direção: Daniel Solá Santiago, Produção: Luanda Moraes, Roteiro: Júlio Rodrigues, Realização: Prefeitura de São Paulo - Secretaria Municipal de Cultura. São Paulo: DSS Produções, 2009. 1 vídeo (27 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qSiw-A79jU8>. Acesso em: 23/09/2020.

sites

BIBLIOTECA NACIONAL – Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hereroteca-digital/>. Acesso em: 01/12/2020.

DIÁRIO OFICIAL – Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.imprensaoficial.com.br/#24/10/2021>. Acesso em: 31/08/2021.

DICIONÁRIO DE RUAS – História das ruas de São Paulo – Prefeitura de São Paulo. Disponível em: <https://dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em 15/06/2021.

GEOSAMPA – Mapa Digital da Cidade de São Paulo – Prefeitura de São Paulo. Disponível em: http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx#. Acesso em: 07/12/2021.

GESTÃO URBANA – Prefeitura de São Paulo. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em: 20/10/2021.

PEDAÇO DA VILA – Disponível em: <https://pedacodavila.com.br/>. Acesso em: 15/06/2021.

fan usp

